

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

FABIANA ANDRÉA FRACÁCIO FRIGHETTO

**OS DESAFIOS DA EFICÁCIA E O PROBLEMA DA EVASÃO NA FORMAÇÃO
TÉCNICA: UM ESTUDO SOBRE O IFSP SERTÃOZINHO/SP**

SÃO CARLOS – SP

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

FABIANA ANDRÉA FRACÁCIO FRIGHETTO

**OS DESAFIOS DA EFICÁCIA E O PROBLEMA DA EVASÃO NA FORMAÇÃO
TÉCNICA: UM ESTUDO SOBRE O IFSP SERTÃOZINHO/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Alves Cepêda

SÃO CARLOS – SP

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabiana Andréa Fracácio Frighetto, realizada em 12/03/2018:

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
UFSCar

Prof. Dra. Juliana Cristina Perloti Piumi
IFSP - Sertãozinho

Prof. Dr. Carlos Roberto Matias
IFSP - Sertãozinho

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Carlos Roberto Matias e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda

AGRADECIMENTOS

Não caberia neste texto os tantos agradecimentos que eu deveria citar, portanto, vou me ater às formalizações, agradecendo primeiramente a Deus pela proteção em todos os momentos.

E agradeço ainda:

À toda a comunidade do IFSP, e, em especial à do câmpus Sertãozinho, que oportunizou e deu todo o apoio necessário à condução da minha pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Vera Alves Cepêda, pela aceitação do meu trabalho desde o início, pela amizade, pela compreensão das minhas falhas e fraquezas e pela indicação dos meus passos nos momentos duvidosos.

Ao meu marido Paulo Donato Frighetto pela motivação em seguir adiante, pelo carinho e pela constante presença e acompanhamento em todas as etapas.

Aos meus familiares: pais, irmãos, sobrinhos, cunhados, tios e primos pela compreensão nos diversos momentos ausentes por estar empenhada neste trabalho e pela motivação vinda de todos.

Aos professores do PPGGOSP que ministraram disciplinas na turma 2016 pela oportunidade que tive de conhecê-los podendo constatar enorme competência e transferência de conhecimentos.

Agradeço aos meus colegas da turma PPGGOSP 2016 pelos bons momentos que passamos juntos, pela amizade, apoio e conhecimentos compartilhados.

Finalmente, agradeço à toda a equipe do PPGGOSP e da UFSCar pelo gentil apoio nas etapas de qualificação e defesa.

RESUMO

Este trabalho apresenta o problema da eficácia nas atividades desenvolvidas pelo IFSP câmpus Sertãozinho a partir de dois movimentos de análise. No primeiro movimento, pretendeu verificar-se o tema da eficácia quanto à capacidade de inclusão e formação qualificada dos estudantes dos cursos da instituição, meta importante dos projetos pedagógicos e da missão dos Institutos Federais no período recente, com a construção do perfil socioeconômico dos alunos de 2008 a 2016 nos diversos cursos oferecidos na instituição durante o período. No segundo movimento, tomando como elemento central a permanência e conclusão do curso, procurou mapear-se o tamanho e as causas da evasão em alguns cursos da instituição (Engenharia Mecânica - modalidade Bacharelado, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos - modalidade Tecnólogo, Licenciatura em Química - modalidade Licenciatura, Técnico em Química modalidade - Integrado, Técnico em Administração - modalidade Concomitante/Subsequente e Técnico em Mecânica - modalidade EJA). Além da mensuração destes dois pontos cruciais para avaliar as ações do IFSP/Sertãozinho quanto à meta da inclusão e à meta de formação, o trabalho apresenta ainda uma breve descrição da história do ensino técnico - superior e médio - no Brasil e o contexto social e econômico da região de inserção da instituição.

Palavras-chave: formação técnica e profissional, eficácia, evasão e permanência.

ABSTRACT

This work presents the problem of effectiveness in the activities developed by IFSP campus Sertãozinho from two analysis movements. In the first movement, it was intended to verify the effectiveness of the students' capacity for inclusion and qualified training, an important goal of the pedagogical projects and the mission of the Federal Institutes in the recent period, with the construction of the socioeconomic profile of the students from 2008 to 2016 in the various courses offered at the institution during the period. In the second movement, taking as a central element the permanence and conclusion of the course, it was attempted to map the size and causes of evasion in some courses of the institution (Mechanical Engineering - Baccalaureate modality, Technology in Human Resources Management - Technologist modality, Chemistry - Licenciatura modality, Chemistry Technician modality - Integrated, Technician in Administration - Concurrent / Subsequent modality and Technician in Mechanics - modality EJA). Besides the measurement of these two crucial points to evaluate the actions of the IFSP / Sertãozinho regarding the inclusion goal and the training goal, the work also presents a brief description of the history of technical education - upper and middle - in Brazil and the social and the region of insertion of the institution.

Keywords: technical and vocational training, efficacy, avoidance and permanence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Mapa dos Campi – 2017	41
Figura 2 - Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto.....	43
Figura 3 - Fachada do IFSP câmpus Sertãozinho.....	55
Figura 4 - Estrutura do IFSP câmpus Sertãozinho	56
Figura 5 - Organograma Funcional IFSP-SRT.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados socioeconômicos de Sertãozinho e municípios limítrofes	45
Tabela 2 - Infraestrutura física do IFSP câmpus Sertãozinho	59
Tabela 3 - Evolução do espaço físico nos últimos anos	60
Tabela 4 - Evolução do quadro de funcionários do IFSP-SRT de 2010 a 2016.....	61
Tabela 5 - Público atendido no IFSP câmpus Sertãozinho de 2008 a 2016	65
Tabela 6 - Relação candidato/vaga – período de 2008 a 2016	68
Tabela 7 - Evolução do nº de alunos no IFSP-SRT de 2008 a 2016	71
Tabela 8 - Evolução do público feminino em número de 2008 a 2016.....	77
Tabela 9 - Agrupamento por idade dos alunos ingressantes nos cursos superiores do IFSP-SRT entre 2008 e 2016	83
Tabela 10 - Agrupamento por idade e curso referente aos alunos ingressantes nos cursos superiores do IFSP-SRT entre 2008 e 2016	84
Tabela 11 - Agrupamento por idade dos alunos ingressantes nos cursos técnicos do IFSP-SRT entre 2008 e 2016.....	85
Tabela 12 - Agrupamento por idade e curso referente aos alunos ingressantes nos cursos técnicos do IFSP-SRT entre 2008 e 2016.....	85
Tabela 13 - Distribuição de estudantes por etnia e raça, por curso - 2016 (em %)	87
Tabela 14 - Número de alunos evadidos por etnia e cursos - 2016	87
Tabela 15 - Composição dos alunos ingressos originários de escolas públicas por curso – IFSP-SRT – 2008 a 2016.....	90
Tabela 16 - Notas dos cursos do IFSP-SRT em avaliações do Enade.....	90
Tabela 17 - Composição dos ingressos do IFSP-SRT por renda média <i>per capita</i>	91
Tabela 18 - Cursos Superiores: representatividade dos estudantes ingressos em 2016 por renda bruta familiar	93
Tabela 19 - Cursos Técnicos: representatividade dos estudantes ingressos em 2016 por renda familiar per capita.....	93
Tabela 20 - Média de evasão nos cursos do IFSP – SRT - período de 2008 a 2016.....	103
Tabela 21 - Índices de evasão por cursos no período de 2008 a 2016.....	106
Tabela 22 - Motivações de ingresso – cursos de nível médio	109
Tabela 23 - Motivações de ingresso – Superior.....	112
Tabela 24 - Motivos para permanência nos cursos de nível técnico	113

Tabela 25 - Motivos para permanência nos cursos de nível superior.....	115
Tabela 26 - Dificuldades pessoais enfrentadas no início dos cursos	116
Tabela 27 - "Outras" dificuldades enfrentadas no início dos cursos	117
Tabela 28 - Dificuldades em acompanhamento nas disciplinas	118
Tabela 29 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Técnico em Química modalidade Integrado.....	119
Tabela 30 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Técnico em Administração modalidade Concomitante/Subsequente	120
Tabela 31 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Técnico em Mecânica modalidade EJA	121
Tabela 32 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Engenharia Mecânica	122
Tabela 33 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso: Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	123
Tabela 34 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Licenciatura em Química.....	124
Tabela 35 - Uso da estrutura do câmpus em horário oposto ao do curso	140
Tabela 36 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – TQ	147
Tabela 37 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina - TA	149
Tabela 38 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – TM-EJA.....	150
Tabela 39 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – EM	151
Tabela 40 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – GRH.....	152
Tabela 41 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – LQ	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão da literatura sobre conceitos de eficiência e eficácia	25
Quadro 2 - Cursos ofertados no IFSP câmpus Sertãozinho	64
Quadro 3 - Cursos pesquisados e suas modalidades	73
Quadro 4 - “Outras” insatisfações quanto a aspectos que interferem na aprendizagem apontadas pelos estudantes	137
Quadro 5 - Visão dos alunos sobre as formas de colaboração da gestão para a permanência dos alunos – aspectos positivos	145
Quadro 6 - Visão dos alunos sobre as formas de colaboração da gestão para a permanência dos alunos – aspectos negativos	146
Quadro 7 - “Outros” motivos apontados pelos alunos como motivadores de evasão nos cursos	157
Quadro 8 - Melhorias apontadas pelos alunos para contenção da evasão.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de inscritos por curso técnico no ano de 2016 – IFSP-SRT.....	70
Gráfico 2 – Número de inscritos por curso superior no ano de 2016 – IFSP-SRT	70
Gráfico 3 - Evolução do nº de alunos no IFSP-SRT de 2008 a 2016.....	72
Gráfico 4 - Composição do público ingressante do IFSP-SRT	76
Gráfico 5 - Composição do público ingressante do IFSP-SRT por gênero.....	77
Gráfico 6 – Número de mulheres na composição do corpo discente – IFSP/SRT – 2008 a 2016 (em %)	78
Gráfico 7 - Divisão do público discente por gênero e curso no IFSP-SRT.....	79
Gráfico 8 - Evasão feminina por cursos no IFSP-SRT.....	80
Gráfico 9 - Distribuição de alunos ingressantes nos cursos superiores por cidade de origem – 2008 a 2016.	81
Gráfico 10 - Distribuição de alunos ingressantes nos cursos de nível médio por cidade de origem – 2008 a 2016.....	81
Gráfico 11 - Distribuição de alunos ingressantes no IFSP-SRT por residência de origem – 2008 a 2016	82
Gráfico 12 - Evolução dos estudantes por renda média familiar per capita no	92
Gráfico 13 - Evasão média nos cursos do IFSP-SRT – 2008 a 2016	105
Gráfico 14 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso: TQ.....	125
Gráfico 15 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso: TA.....	126
Gráfico 16 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso TM-EJA	126
Gráfico 17 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso: EM	127
Gráfico 18 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso: GRH.....	127
Gráfico 19 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso: LQ.....	128
Gráfico 20 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: TQ.....	128
Gráfico 21 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: TA.....	129
Gráfico 22 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: TA.....	129

Gráfico 23	– Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: EM.....	130
Gráfico 24	– Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: GRH.....	130
Gráfico 25	– Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: LQ.....	131
Gráfico 26	– Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: TQ.....	131
Gráfico 27	– Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: TA.....	132
Gráfico 28	– Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: EJA	132
Gráfico 29	– Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso : EM	133
Gráfico 30	– Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: GRH....	133
Gráfico 31	– Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais – Curso: LQ.....	134
Gráfico 32	– Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: TQ	134
Gráfico 33	– Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: TA	135
Gráfico 34	– Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: EJA.....	135
Gráfico 35	– Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: EM.....	136
Gráfico 36	– Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: GRH	136
Gráfico 37	– Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: LQ	137
Gráfico 38	– Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência – TQ.....	141
Gráfico 39	– Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência – TA.....	142
Gráfico 40	– Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência – EJA ...	142
Gráfico 41	– Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência – EM....	143
Gráfico 42	– Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência – GRH .	143
Gráfico 43	– Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência – LQ.....	144
Gráfico 44	– Desistência de curso/disciplina – Curso: TQ.....	147
Gráfico 45	– Desistência de curso/disciplina –Curso: TA	148
Gráfico 46	– Desistência de curso/disciplina – Curso: TM-EJA.....	149
Gráfico 47	– Desistência de curso/disciplina – Curso: EM.....	150
Gráfico 48	– Desistência de curso/disciplina – Curso: GRH	151
Gráfico 49	– Desistência de curso/disciplina – Curso: LQ.....	152
Gráfico 50	– Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: TQ.....	154
Gráfico 51	– Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso:TA.....	154
Gráfico 52	– Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: TM - EJA.....	155
Gráfico 53	– Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: EM.....	155
Gráfico 54	– Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: GRH.....	156
Gráfico 55	– Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: LQ.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- A&E – Agricultura & Engenharia
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- APL – Arranjo Produtivo Local
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNC – Comando Numérico Computadorizado
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- EAD – Ensino à Distância
- EM – Curso de Engenharia Mecânica
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FINEP – Financiamento de Estudos e Projetos
- FIPASE – Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde
- GRH – Gestão de Recursos Humanos
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IF – Instituto Federal
- IFSP- – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
- IFSP-SRT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Sertãozinho
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPRS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LQ – Curso de Licenciatura em Química
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
- PDE – Plano de Desenvolvimento Educacional
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PIB – Produto interno Bruto
- PIBIC- Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
- PIBIFSP - Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
- PIBITI- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PPC – Projeto Pedagógico de Curso
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEADE-IMP – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Informação dos Municípios Paulistas

SEESP – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TA-C/S – Curso Técnico em Administração modalidade Concomitante / Subsequente

TM-EJA – Curso Técnico em Mecânica modalidade EJA

TQ-I – Curso Técnico em Química modalidade Integrado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	SOBRE O PROBLEMA DA AVALIAÇÃO DO CONCEITO DE EFICÁCIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	24
3	TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: FOMENTO À INCLUSÃO SOCIAL	29
3.1	Perfil socioeconômico da região de Sertãozinho.....	42
3.2	O Câmpus Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.....	50
4	MECANISMOS DE INGRESSO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO IFSP-SRT.....	63
4.1	Mecanismos de acesso a vagas (ingresso).....	63
4.1.1	Relação candidato-vaga nos cursos oferecidos.....	67
4.1.2	Evolução do público discente no IFSP-SRT.....	71
4.2	Pesquisa de campo.....	72
4.3	Perfil socioeconômico dos estudantes do IFSP-SRT	75
4.3.1	Gênero: o público feminino no IFSP-SRT	76
4.3.2	Abrangência regional.....	80
4.3.3	Faixa etária	82
4.3.4	Perfil étnico racial.....	86
4.3.5	Origem escolar pretérita	88
4.3.6	Análise de renda	91
5	EVASÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO IFSP-SRT	95
5.1	Evasão.....	95
5.2	Resultados e discussões dos dados obtidos no IFSP-SRT	107
5.2.1	Motivações de ingresso	109
5.2.2	Motivos que auxiliaram a permanência no curso	113
5.2.3	Principais dificuldades ao iniciar o curso	116
5.2.4	Dificuldades em acompanhamento nas disciplinas	118
5.2.5	Grau de satisfação com aspectos institucionais e pessoais que interferem na aprendizagem.....	118
5.2.6	Uso da estrutura do câmpus em horários extra aulas.....	139
5.2.7	Visão sobre a colaboração da gestão para a permanência dos alunos	141
5.2.8	Aspectos referentes a desistências de curso/disciplinas.....	146

5.2.9 Concepções dos alunos em curso sobre os motivos que levam outros alunos a evadirem	153
5.2.10 Opinião dos alunos em curso sobre o que precisa ser feito para garantir a permanência dos alunos	157
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
ANEXOS	179
ANEXO A – Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.....	179
ANEXO B – Memorando 92/2017 – SRT-DAGP de 17/11/2017	185
ANEXO C – Resolução Nº 351, de 10 de junho de 2011	189
APÊNDICES	197
APÊNDICE A – Questionário – tipo 1 (nível superior).....	198
APÊNDICE B – Questionário – tipo 2 (nível médio)	207
APÊNDICE C – Memorando S/N de 07 de março de 2017.....	211
APÊNDICE D - Memorando S/N de 13 de setembro de 2017	212
APÊNDICE E - Memorando S/N de 16 de outubro de 2017	213

1 INTRODUÇÃO

Analisar o tema da eficácia na gestão e realização da missão das instituições de ensino público no Brasil é tema complexo dado o conjunto de variáveis e subtemas a ela associados. Por um lado, eficácia pode significar aferir o resultado da alocação de recursos materiais, financeiros e humanos na implantação de instituições, cursos, vagas e resultados auferidos. Por outro lado, eficácia pode significar avaliar, no caso específico de instituições educacionais, se o processo de formação (e conclusão) dos estudantes atinge resultados significativos. Ou ainda, podemos pensar eficácia avaliada segundo a capacidade que as instituições têm de atingir as missões ou projetos fixados em períodos de tempo específicos. Neste trabalho de mestrado o recorte analítico sobre eficácia adota a segunda e terceira chave acima apontada. Trata-se de analisar as ações do IFSP câmpus Sertãozinho por meio de dois focos: no primeiro movimento, pretendeu-se verificar o tema da eficácia quanto à capacidade de inclusão e formação qualificada dos estudantes dos cursos da instituição, meta importante dos projetos pedagógicos e da missão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no período recente, com a construção do perfil socioeconômico dos estudantes; no segundo, tomando como elemento central a permanência e conclusão do curso, procurou-se mapear o tamanho e as causas da evasão em alguns cursos da instituição.

O mapeamento do perfil dos estudantes é importante porque revela as dificuldades de permanência, acompanhamento e rendimento escolar, evasão e conclusão bem-sucedida do curso ao qual o estudante obteve vaga. Neste caso, entende-se que dados como idade, gênero, raça e etnia, renda familiar, cidade de origem, condições familiares, situação de trabalho, ter filhos, por exemplo, são fundamentais para entender as pressões que podem facilitar ou comprometer o rendimento e a conclusão do curso por parte dos alunos. Já um estudo sobre a evasão se apresenta de extrema importância quando considerado que uma das metas dos Institutos Federais é promover a formação técnica de qualidade. Isso inclui habilitar os alunos no aprendizado e prepará-los em termos de conhecimento especializado e aplicado, e, em especial, promovendo a finalização dos estudos iniciados. Sendo a formação do aluno uma das metas mais relevantes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia torna-se importante um estudo mais aprofundado sobre um dos ângulos desse problema que é a evasão, entendida neste trabalho como a não conclusão dos estudos, quebrando a trajetória acadêmica do aluno.

A fim de aumentar a oferta de vagas nas escolas públicas federais e oportunizar a escolarização a um maior número de cidadãos com vistas à inclusão, os últimos governos federais têm trabalhado em iniciativas para o aumento do número de vagas nas escolas da rede pública através de vários programas e políticas públicas, sendo um deles a criação dos IFETs – Institutos Federais de Educação, constantes do PDE de 2006 do governo de Luís Inácio Lula da Silva, revolucionando a educação profissional de âmbito federal, com uma proposta de oferecimento de ensino técnico do nível básico ao superior, incluindo a Educação de Jovens e Adultos com integralização entre as modalidades sendo que se utilizam do mesmo corpo docente e estrutura, sintonizados com o APL- Arranjo Produtivo Local da cidade em que está inserido.

Entretanto, apesar de proporcionar maior acesso às vagas a partir da criação de várias unidades espalhadas por todo o Brasil e da utilização das notas do ENEM através do SISU para acesso às vagas de nível superior, os altos índices de evasão ainda se constituem como um desafio ao alcance de eficácia por essas instituições, já que a vaga oferecida só se realiza se o ciclo de formação se completar e o estudante concluir o curso no qual obteve o direito de ingresso. E esse problema é o mesmo, quer estejamos analisando vagas de universidades federais (com ensino acadêmico clássico - graduação em bacharelados ou licenciaturas) ou no campo do ensino técnico - onde se encontra nosso objeto de estudo: os Institutos Federais, oferecendo também outras modalidades de formação (dependendo do campus, ensino médio, superior e pós-graduação, EJA – Educação de Jovens e Adultos, com foco em formação técnica, bacharelado e licenciaturas).

No Brasil, a trajetória histórica dos Institutos Federais é longa e muito variada, expressando a maneira pela qual o papel da formação técnica tem sido encarado pela sociedade e pelo Estado. Seu marco inicial data legalmente do ano 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo presidente Nilo Peçanha, propostas como uma alternativa para os pobres em detrimento à escola de formação propedêutica destinada à classe dominante (ORTIGARA, 2013). Desde sua criação, a função do ensino profissionalizante era a de inclusão social, habilitando os “desfavorecidos da fortuna”, para o preparo técnico e intelectual e para adquirir “hábitos de trabalho profícuo”, que os afastaria da “ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL, 1909).

Ao longo de sua trajetória histórica, a escola de formação profissional recebeu várias denominações, sendo configurada a educação profissional como voltada principalmente para o atendimento das necessidades do sistema capitalista de produção e sem objetivos definidos quanto ao ensino médio. Após passar por várias denominações e sem perspectivas

definidas com relação a seu futuro ao longo de quase 100 anos, em 2008 passa à denominação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como instrumento de política para progresso da educação, adquirindo *status* de universidade.

Neste momento, a educação profissional passa a ser constituída como fator estratégico para o plano de desenvolvimento do país com a finalidade de atender o novo modelo de desenvolvimento, com profissões voltadas principalmente para desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)¹. Até 2005, o estado de São Paulo contava com apenas três centros de educação profissional e tecnológica – CEFET (uma das denominações anteriores dos Institutos Federais): um localizado na cidade de São Paulo, outro em Cubatão e outro na cidade de Sertãozinho.

Participantes do plano de expansão da rede federal de educação no governo Lula e com a finalidade de atrelar o desenvolvimento regional ao local, hoje os IFs se encontram localizados em várias regiões, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, além de cursos de pós-graduação.

No estado de São Paulo as instituições da rede federal de educação profissional se denominam IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, com vários *campi* espalhados pelo estado, estando um deles localizado na cidade de Sertãozinho/SP, objeto de análise neste trabalho, vinculado à sua Reitoria localizada na cidade de São Paulo.

Sua missão consiste em “Construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento”².

Conforme Fernando Haddad, Ministro da Educação no governo Lula em palestra realizada durante a abertura da 1ª Jornada do IFSP, que aconteceu no câmpus de Cubatão em 06 de novembro de 2017, desde 2008 a capacidade de atendimento dos Institutos Federais cresceu não só em quantidade, mas também em qualidade. Modificaram-se também os critérios de acesso a essas instituições, sobretudo para jovens egressos de escolas públicas que passaram a ter uma oportunidade que não tinham, por meio da implementação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) visto que, até essa época, não existiam reservas de vagas e a escola profissional era bastante elitizada. A tarefa dada ao Ministério da Educação durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, portanto, foi a de qualificar a juventude, a partir da

¹ Conforme Cassiolato e Lastres (2003) apud Liboni et. al (2015), os APLs são “aglomerações locais que contam com o envolvimento de agentes econômicos, políticos e sociais, que com foco em atividade de um segmento econômico específico, apresentam vínculos entre si, mesmo que incipientes” e devem contar com apoio de outras organizações, públicas ou privadas, para apoio às suas atividades financeiras, de pesquisa e desenvolvimento e formação e capacitação da mão-de-obra.

² Conteúdo disponível no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Disponível em <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>. Acesso em 05/08/2017.

formação técnica ministrada pelos Institutos Federais, possibilitando o acesso a empregos de qualidade, preparando-a para o mundo do trabalho e o processo de inovação, visando ainda não somente o ingresso dessas pessoas na escola, mas principalmente, sua permanência e a conclusão de sua graduação (no ensino fundamental, médio, superior ou EJA)³.

Sendo assim, uma das metas a ser alcançada pelo IFSP/câmpus Sertãozinho é suprir a demanda local de profissionais qualificados, incentivando a formação profissional técnica e tecnológica e o aperfeiçoamento do profissional, de modo a oferecer para a região alternativas de melhor exploração de suas potencialidades e superação para as grandes dificuldades que o setor industrial atravessa diante da competitividade e globalização. Além disso, visa, principalmente, incluir socialmente e oferecer um ensino público de qualidade a pessoas de classes marginalizadas historicamente.

A cidade de Sertãozinho possui alta demanda por profissionais graduados em cursos de vocação tecnológica por possuir “uma das maiores aglomerações de empresas fornecedoras e prestadoras de serviços para o setor sucroalcooleiro” (LIBONI et al, 2015, p. 11), constituindo-se num importante APL que impacta no desenvolvimento econômico e social da região. Sendo os Institutos Federais instituições dotadas de capacidade instalada e corpo docente estruturado numa educação voltada para o “saber e fazer”, o que o coloca como uma instituição estratégica para o alcance de inovação, o câmpus localizado na cidade de Sertãozinho e a proliferação de unidades pelo país aprimoram este objetivo.

Em contrapartida, conforme Freitas (2007), a evasão se configura como um problema comum que atinge todos os níveis de ensino e também é uma das principais preocupações da gestão do Instituto Federal de São Paulo⁴.

Com relação aos cursos superiores no IFSP de um modo geral, há uma desproporção entre o número de ingressantes e o baixo número de egressos. A preocupação com a evasão inquieta diante de seu volume nos cursos técnicos de nível médio, mas dispara diante dos altos índices de evasão detectados nos cursos da modalidade de Educação para Jovens e Adultos - EJA. Nestes, devido a sua meta de oportunizar um diploma e qualificação às pessoas que não tiveram essa oportunidade no tempo tradicional de formação educacional, associando formação propedêutica com educação profissional, os números encontrados são mais altos que os referentes às outras modalidades.

³ Conteúdo disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/246-fernando-haddad-abre-a-programacao-da-1-jornada-do-ifsp-participe>. Acesso em 05/02/2018.

⁴ Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>

Diminuir os índices de evasão devem ser a preocupação constante dos gestores e professores a fim de garantir a eficácia da melhoria contínua da educação brasileira, no caso, a educação profissional e tecnológica. Do ponto de vista da gestão pública, a eficácia da ação dos IFs pode ser medida a partir da verificação de indicadores que permitam observar se a instituição está atingindo os objetivos a que se propõe quanto ao seu papel social de inclusão e capacitação. Neste caso, comparar ingresso, permanência e conclusão são dados importantes (também passíveis de serem analisados em seu viés negativo: dados de evasão).

Sendo os Institutos Federais organizações públicas, torna-se importante a averiguação constante de sua eficácia, que será analisada sob o ponto de vista da gestão pública, no câmpus Sertãozinho, e uma das maneiras de se averiguar essa eficácia refere-se a um estudo sobre os índices de evasão e o levantamento dos problemas que impactam no desenvolvimento acadêmico e na permanência dos alunos na escola, como sugere a proposta deste trabalho. Nesta pesquisa pretendeu-se o levantamento das dificuldades e obstáculos enfrentados pelos estudantes do IFSP/Sertãozinho (cursos: Engenharia Mecânica, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Licenciatura em Química, Técnico em Química-Integrado, Técnico em Administração- Concomitante/Subsequente e Técnico em Mecânica-EJA) a partir de algumas questões-chave: Quais são as maiores dificuldades que afligem os atuais alunos e os desmotivam a continuar nos cursos? Qual o quadro de satisfação dos alunos com relação às aulas, às avaliações, tempo de dedicação ao estudo e à infraestrutura da instituição? De que forma eles avaliam o esforço e ação da gestão para a permanência dos alunos na instituição? E, por fim, o que esses alunos acreditam que falta para que haja a motivação para a continuidade e término dos seus estudos?

A hipótese que orienta esta pesquisa é que a instituição, de forma geral, se apresenta como eficaz na formação e preparação de jovens para o mundo do trabalho, no ensino de qualidade, nos cursos ofertados que promovem contribuição ao desenvolvimento local e ao APL e também na promoção da inclusão social, porém, sofrem com a falta de políticas públicas, além das já oferecidas pelo IFSP, que garantam as verbas necessárias para a permanência e que possibilitem suprir as potenciais necessidades de um público vulnerável, em sua maioria, que muitas vezes chegam com bagagem escolar precária, além de ações mais eficazes de acompanhamento por parte da gestão e dos docentes capazes de suprimir os altos índices de evasão.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho consistiu em apreender o perfil do estudante do IFSP câmpus Sertãozinho, procurando observar se o perfil dos estudantes corresponde ao projeto dos Institutos Federais na tarefa de incluir segmentos da sociedade do

entorno (da cidade, região) com maior vulnerabilidade social e econômica, e, analisar os índices de evasão do câmpus, a fim de buscar compreender o fenômeno dos altos índices de evasão e contribuir para melhoria de sua eficácia.

Para alcançar o objetivo geral proposto nesta pesquisa foram trabalhados alguns objetivos específicos que compreenderam:

a) a revisão bibliográfica sobre a trajetória de criação dos Institutos Federais desde a criação das escolas de educação profissional até a criação dos IFs e sua expansão;

b) o levantamento dos dados socioeconômicos da região de Sertãozinho, construindo um mapa sobre o entorno do campus do IFSP-SRT (cidade e região). São dados sobre geografia, população, indicadores econômicos, indicadores sociais e de vulnerabilidade;

c) caracterização do câmpus: criação, perfil da estrutura funcional, cursos, entre outros elementos que permitem visualizar a instituição como um todo;

d) mapeamento dos mecanismos de ingresso e o perfil socioeconômico do público discente do IFSP-SRT de 2008 a 2016;

e) análise da evolução dos índices de evasão nos cursos oferecidos de 2008 a 2016;

f) e, por fim, tabulação das principais dificuldades e satisfações dos estudantes com relação aos cursos e à instituição e suas percepções a respeito do que desmotiva a permanência dos alunos nos cursos.

Além desses focos, no desenvolvimento da pesquisa foi considerado o eixo teórico (base da revisão bibliográfica) para problematizar o tema da educação, da evasão e dos mecanismos apresentados pela literatura para mensuração do tema eficácia. Do ponto de vista de análise do IFSP pretendeu-se desenvolver na seção 3 um histórico iniciando brevemente com um relato sobre a natureza do ensino técnico no Brasil que remonta de 1909 até os dias atuais passando pela natureza dos IFs e seu contexto geográfico com dados sobre a região de inserção⁵. Para conseguir uma abordagem do objeto específico que trata sobre a eficácia da ação do IFSP na região de Sertãozinho foram mobilizados dois recursos: uma pesquisa quantitativo-descritiva que tenta mapear o perfil dos alunos ingressantes e cursantes de determinados cursos para os quais foram utilizados documentos e informações internas da

⁵ Vale a ressalva aqui que esta pesquisa nasceu de um projeto inicial que visava averiguar a inserção dos alunos do IFSP câmpus Sertãozinho no mundo do trabalho, ou seja, o que essa formação diferenciada no Instituto Federal acarreta em termos de mobilidade na carreira do egresso. Porém, ao se analisar os dados e a melhor aproximação com o objeto de estudo, percebi a necessidade de estabelecer a mudança, estabelecendo novo recorte, uma vez que foram encontrados elementos que apontavam a evasão como uma questão fundamental. Porém, essa mudança de foco do trabalho, após a etapa de qualificação, impossibilitou um aprofundamento em

instituição como relatórios extraídos dos sistemas Escolac, SISTEC e SUAP-Edu fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares do câmpus Sertãozinho⁶, assim como documentos públicos da instituição como o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Político Pedagógicos dos cursos, e uma pesquisa realizada através de aplicação de questionários aos alunos dos cursos Engenharia Mecânica (modalidade Bacharelado), Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (modalidade Tecnólogo), Licenciatura em Química (modalidade Licenciatura), Técnico em Química (modalidade Integrado), Técnico em Administração (modalidade Concomitante/Subsequente) e Técnico em Mecânica (modalidade EJA), com base em questionários produzidos especificamente para este trabalho que se encontram nos apêndices A e B⁷.

A estrutura deste trabalho se apresenta da seguinte forma: após esta breve introdução, será apresentada na seção 2 uma revisão de literatura sobre o conceito de eficácia no âmbito da gestão pública escolar. Na seção 3 é apresentada uma revisão da literatura sobre o processo histórico de criação dos IFs sendo dividida em duas subseções apresentando o contexto regional do IFSP câmpus Sertãozinho tendo por base os dados socioeconômicos da região (primeira subseção), e dados estruturais do câmpus Sertãozinho (segunda subseção). Na seção 4 apresenta-se os mecanismos de ingresso no IFSP-SRT e dados sobre o perfil socioeconômico do público discente do período de 2008 a 2016, sendo apresentado os dados da seguinte forma: a subseção 4.1 apresenta os mecanismos de ingresso sendo subdividida em duas subseções apresentando a relação candidato x vaga na primeira subseção e a evolução do público discente no período na segunda subseção; a subseção 4.2 disponibiliza informações sobre a pesquisa de campo e a subseção 4.3 apresenta dados do perfil socioeconômico dos estudantes, sendo subdividida em seis subseções abrangendo dados sobre gênero (primeira subseção), faixa etária (segunda subseção), relações étnico-raciais (terceira subseção), abrangência regional do câmpus (quarta subseção), origem escolar pretérita (quinta subseção) e dados sobre renda familiar (sexta subseção). Na seção 5 é apresentado o conceito de evasão sob

outros dados que eram de meu interesse como a inserção do aluno no mundo do trabalho, que era o foco inicial.

⁶ Agradeço especialmente a Coordenadora de Registros Escolares Lília de Oliveira Marques Terra pelo pronto atendimento e total contribuição à todas as necessidades da minha pesquisa referente aos estudantes, assim como o Diretor Geral Eduardo André Mossin pelo aval e acreditação neste trabalho. A autorização para o levantamento dos dados foi feita através do memorando S/N de 07 de março de 2017 (Apêndice C).

⁷ Os dados contidos neste trabalho não estão individualizados e, portanto, jamais serão identificados. Os dados sobre levantamento de perfil socioeconômico advêm de fontes secundárias e os dados da pesquisa realizada com os estudantes são anônimos cujas tabulações fazem a agregação desses dados, o que não coloca em risco a privacidade dos indivíduos. Deste modo, sob orientação dos documentos indicados pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos (Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016 que se encontra no Anexo A),

a ótica de vários autores, além de demonstrar os dados de evasão do câmpus Sertãozinho no período de 2008 a 2016 e os resultados sobre a pesquisa realizada, sendo subdividida em dez subseções que abrangem: motivações de ingresso (subseção 1), motivos que auxiliaram a permanência (subseção 2), principais dificuldades ao iniciar os cursos (subseção 3), dificuldades em acompanhamento nas disciplinas (subseção 4), grau de satisfação com relação a aspectos institucionais e pessoais que interferem na aprendizagem (subseção 5), uso da estrutura do câmpus em horário extra aula (subseção 6), visão sobre a colaboração da gestão para a permanência dos alunos (subseção 7), aspectos referentes a desistências de cursos / disciplinas (subseção 8), concepções dos estudantes sobre os motivos que levam outros alunos a evadirem (subseção 9) e opinião dos estudantes sobre o que fazer para garantir a permanência dos alunos nos cursos (subseção 10). Na seção 6 são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa.

2 SOBRE O PROBLEMA DA AVALIAÇÃO DO CONCEITO DE EFICÁCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Nesta seção será apresentada uma revisão da literatura sobre o conceito, problemas de mensuração e aferição da ideia de eficácia quanto à implementação de políticas e ações no contexto escolar, em especial no âmbito do ensino técnico e da proposta dos IFs. Pretende-se demonstrar alguns dos principais conceitos e concepções sobre eficácia na esfera educacional atual sob o ponto de vista de vários estudiosos, assim como a diferenciação entre os termos eficácia e eficiência para análise dos problemas de evasão no câmpus Sertãozinho, a fim de se elucidar a ideia de análise de eficácia proposta neste trabalho e como este termo passou a ser utilizado na esfera pública escolar.

A partir da década de 1970, o mundo atravessou uma grave crise fiscal, com dificuldades de financiamento e com a população revoltada com aumentos de impostos. Além disso, a globalização chegava, trazendo inovações tecnológicas, enfraquecendo o controle e o poder dos governos e aumentando as demandas populacionais. Deste modo, o modelo de administração burocrático, baseado em procedimentos rígidos, forte hierarquia, total separação entre o público e o privado e ênfase nas atividades-meio, que vigorava até então, não mais atendia às necessidades da administração pública (CASTRO, 2006).

A partir de 1995 entra em pauta no cenário nacional a Reforma do Estado, fazendo emergir no Brasil a Reforma Administrativa, a partir da apresentação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, que propunha a adoção do modelo gerencial de administração⁸, no governo de Fernando Henrique Cardoso (CASTRO, 2006). O marco legal foi a Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998 (BRASIL, 1998), que veio estabelecer o Princípio da Eficiência na esfera Pública em seu artigo nº 37, trazendo a possibilidade de inovações nesse setor:

Art 37- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, (...). (BRASIL, 1998, art. 37)

⁸ “Em 1995, a administração pública foi revitalizada com a adoção do modelo gerencial, cujo objetivo principal era dotar a máquina pública de maior agilidade, flexibilidade e eficiência, apoiando-se nos pilares da burocracia”, pautada nos moldes das organizações privadas. Conteúdo disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/imprensa/artigos/761-administracao-gerencial-novo-modelo-para-a-gestao-publica>, acesso em 30/10/2017.

Diante disso, torna-se importante para este trabalho a análise dos conceitos de eficácia e eficiência no âmbito da gestão pública. Para Chiavenato,

Eficácia é uma medida normativa do alcance dos resultados, enquanto eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo. (...) A eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível (...). (CHIAVENATO, 1994, p. 70).

Ou ainda:

À medida que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele está se voltando para a *eficiência* (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem feitas são as que realmente deveriam ser feitas, então ele está se voltando para a *eficácia* (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis). (CHIAVENATO, 1994, p. 70).

Para uma melhor compreensão,

Chiavenato oferece pitorescos exemplos para diferenciar os conceitos: eficiência é ir à igreja, enquanto eficácia é praticar os valores religiosos; eficiência é rezar, enquanto eficácia é ganhar o céu; ou ainda utilizando um exemplo tão oportuno para a Copa do Mundo de Futebol, eficiência é jogar futebol com arte, enquanto eficácia é ganhar o jogo. (CASTRO, 2006, p. 4).

Castro (2006), conforme Quadro 1 ainda fornece subsídios para entendimento da diferença entre eficácia e eficiência utilizando os seguintes autores e seus conceitos:

Quadro 1 - Revisão da literatura sobre conceitos de eficiência e eficácia

Autor (s)	Ano	Como conceituam Eficiência	Como conceituam Eficácia
James A. F. Stoner e R. Edward Freeman	1995	“ <i>eficiência</i> – a capacidade de fazer as coisas ‘certo’. (STONER E FREEMAN, 1995, p. 136 apud CASTRO, 2006, p.4).	“Peter Drucker propôs o julgamento do desempenho de um administrador através dos critérios gêmeos de <i>eficácia</i> – capacidade de fazer as coisas ‘certas’. (STONER E FREEMAN, 1995, p. 136 apud CASTRO, 2006, p. 4).

continua...

Quadro 1 - Revisão da literatura sobre conceitos de eficiência e eficácia – *Continuação*

Autor	Ano	Como conceituam Eficiência	Como conceituam Eficácia
Sérgio Rodrigues Bio	1996	“eficiência diz respeito a método, a modo certo de fazer as coisas. (...). Uma empresa eficiente é aquela que consegue o seu volume de produção com o menor dispêndio possível de recursos. Portanto, ao menor custo por unidade produzida”. (BIO, 1996, p. 21 apud CASTRO, 2006, p. 4).	“eficácia diz respeito a resultados, a produtos decorrentes de uma atividade qualquer. Trata-se da escolha da solução certa para determinado problema ou necessidade. (...) Uma empresa eficaz coloca no mercado o volume pretendido do produto certo para determinada necessidade”. (BIO, 1996, p. 21 apud CASTRO, 2006, p. 4).
Leon C. Megginson, Donald C. Mosley e Paul H. Pietri Jr.	1998	“ <i>eficiência</i> é a capacidade de ‘fazer as coisas direito’, é um conceito matemático: é a relação entre insumo e produto (input e output). Um administrador eficiente é o que consegue produtos mais elevados (resultados, produtividade, desempenho) em relação aos insumos (mão-de-obra, material, dinheiro, máquinas e tempo) necessários à sua consecução. Em outras palavras, um administrador é considerado eficiente quando minimiza o custo dos recursos usados para atingir determinado fim. Da mesma forma, se o administrador consegue maximizar os resultados com determinada quantidade de insumos, será considerado eficiente”. (MEGGINSON et al, 1998, p. 11 apud CASTRO, 2006, p. 4).	“ <i>eficácia</i> é a capacidade de ‘fazer as coisas certas’ ou de conseguir resultados. Isto inclui a escolha dos objetivos mais adequados e os melhores meios de alcançá-los. Isto é, administradores eficazes selecionam as coisas ‘certas’ para fazer e os métodos ‘certos’ para alcançá-las”. (MEGGINSON et al, 1998, p. 11 apud CASTRO, 2006, p.4).

continua...

Quadro 1 - Revisão da literatura sobre conceitos de eficiência e eficácia- *Continuação*

Autor	Ano	Como conceituam Eficiência	Como conceituam Eficácia
Richard L. Dalf	1999	“ <i>eficiência</i> é um conceito mais limitado que diz respeito aos trabalhos internos da organização. A eficiência organizacional é o volume de recursos utilizados para produzir uma unidade de produto. Ela pode ser medida como a razão entre as entradas e as saídas. Se uma organização puder conseguir um determinado nível de produção com menos recursos que outra, diz-se que ela é mais eficiente”. (DALF, 199, p. 39 apud CASTRO, 2006, p.5).	“a <i>eficácia</i> organizacional é o grau em que a organização realiza seus objetivos. Eficácia é um conceito abrangente. Ele implicitamente leva em consideração um leque de variáveis tanto do nível organizacional como do departamental. A eficácia avalia a extensão em que os múltiplos objetivos – oficiais ou operativos – foram alcançados”. (DALF, 1999, p. 39 apud CASTRO 2006, p.5).
Marcelo Douglas de F. Torres	2004	“Eficiência: aqui, mais importante que o simples alcance dos objetivos estabelecidos é deixar explícito como esses foram conseguidos. Existe claramente a preocupação com os mecanismos utilizados para obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, é preciso buscar os meios mais econômicos e viáveis, utilizando a racionalidade econômica que busca maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, fazer o melhor com menores custos, gastando com inteligência os recursos pagos pelo contribuinte”. (TORRES, 2004, p. 175 apud CASTRO, 2006, p.5).	“Eficácia: basicamente, a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos”. (TORRES, 2004, p. 175 apud CASTRO, 2006, p.5).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Castro (2006).

Conforme pode ser observado, eficácia e eficiência referem-se a dois conceitos distintos na administração pública. Eficiência refere-se a algo que pode ser mensurável a partir

de parâmetros preestabelecidos para determinado objetivo, enquanto que eficácia é algo imensurável, possibilitando enxergar se os objetivos de uma determinada proposta, projeto ou política pública foram atingidos, porém sem estabelecimentos de índices numéricos.

Este trabalho irá abranger o conceito de eficácia, ou seja, será feita uma análise sobre o problema da evasão no câmpus Sertãozinho do IFSP, que, sendo alta, se constitui como um índice de não eficácia dentre os vários objetivos a que a instituição se propõe, a fim de auxiliar a gestão, por meio de uma atividade investigativa diretamente com o público discente, a conhecer os principais fatores, na visão dos discentes, que dificultam a permanência dos alunos na instituição.

Vale ressaltar que o método de investigação sobre as concepções dos alunos a respeito da evasão proposto neste trabalho vem a ser de grande valia para aprimorar dados já conhecidos pela gestão do câmpus que já atua na busca da eficácia de suas ações constantemente.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: FOMENTO À INCLUSÃO SOCIAL

A história da rede federal de ensino profissional, científico e tecnológico no Brasil tem sua origem como instrumento de política a partir do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), no governo do Presidente Nilo Peçanha, iniciada com a criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, fundadas nas capitais dos Estados da República existentes e vinculadas, na época, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O propósito do governo era oferecer formação técnica a jovens de baixa renda, cuja função principal era a inclusão social, a fim de facilitar às classes proletárias a luta pela existência e proporcionar “habilitação técnica e hábitos de trabalho profícuo” (BRASIL, 1909). Com o advento da industrialização no século XIX e as mudanças das características dos sistemas econômico e produtivo, começa a haver uma preocupação maior em qualificar os trabalhadores, iniciando a configuração da rede profissional de ensino vinculada aos avanços/retrocessos dos sistemas educacionais e ao modelo econômico vigente.

Até o início do século XIX não há registros de iniciativas no campo da educação profissional no Brasil (MOURA, 2010) uma vez que o sistema econômico era baseado no modo de produção agrícola extrativista, não havendo a preocupação com a qualificação dos trabalhadores, em geral, escravos e índios. Historicamente, a educação profissional foi marcada pela “dualidade e pela funcionalidade da educação ao modelo de desenvolvimento econômico do país” (MOURA, 2010) Possuía caráter assistencialista que objetivava amparar os “desvalidos da sorte” (MOURA, 2010) ou aqueles “sem condições sociais satisfatórias” para afastá-los da “prática de ações que estavam na contraordem dos bons costumes” (MOURA, 2010). Ainda no século XIX havia associações civis destinadas a amparar crianças órfãs e abandonadas instruindo-as para o ofício industrial. Deste modo, nessa época se iniciava a diferenciação de percurso educacional entre elite e classe operária.

No final do século XIX começa a haver o interesse externo pelo desenvolvimento de indústrias no Brasil e como consequência da urbanização e do incentivo à industrialização no início do século XX, as indústrias impulsionam o aprendizado surgindo como interesse do governo a preparação do trabalhador para o processo produtivo (SILVA, 1991, apud MATIAS, 2004, p. 23).

Segundo Romanelli (1978), as Escolas de Aprendizes e Artífices iniciavam nesta época um sistema dual de ensino, ficando vinculadas inicialmente ao Ministério da Agricultura,

devido a mão-de-obra ser composta por descendente de escravos e assalariados agrícolas. Em 1921 a Escola de Aprendizes e Artífices torna-se pioneira em oferecer cursos de mecânica, tornearia e eletricidade em contraponto a cursos oferecidos por outras escolas como sapateiro e alfaiate para atendimento à formação de trabalhadores assalariados urbanos (CUNHA, 2005). Em 1927, o Congresso aprova o ensino profissionalizante como obrigatório no país e com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1937 através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 (BRASIL,1937), as escolas de Aprendizes e Artífices passam a ser coordenadas por este Ministério (MATIAS, 2004), passando à denominação de Liceus Industriais, oferecendo educação gratuita e de qualidade no governo de Getúlio Vargas, oferecendo a preparação de trabalhadores em sintonia com o processo industrial, intensificando a industrialização no país. O encargo dessas escolas foi intensificado no sentido de se tornar referência na preparação de trabalhadores (MARQUES, 2012).

Consta que até final de 1941 estas escolas ainda não se constituíam como um Sistema Educacional. Eram escolas mantidas pelo Governo Federal, com ênfase no fazer, e funcionavam de forma concomitante com o ensino primário, ou seja, o aluno realizava os estudos do curso primário num período e o técnico em outro período ou até em outra instituição (CUNHA, 2000; OLIVEIRA, 2003).

Durante a Era Vargas, período compreendido entre 1930 a 1945, ocorrem dois movimentos importantes para a regulamentação do ensino técnico como um sistema formal de educação. Em 1932, o educador Anísio Teixeira encabeça o primeiro movimento em defesa de uma educação que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento ao invés da memorização, além de pleitear o ensino público, gratuito, laico e obrigatório, difundindo os pressupostos do movimento chamado Escola Nova. Em 1942, acontece a Reforma Capanema, sob a coordenação do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, evidenciando uma alteração principalmente no ensino secundário.

A Reforma Capanema organiza nacionalmente, pela primeira vez no Brasil o ensino técnico profissional, através das seguintes leis: Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL,1942), Lei Orgânica do Ensino Comercial (BRASIL, 1943) e Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946), passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e organizado como um sistema.

A partir disso, todas as escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas agora em Escolas Técnicas Industriais pelo Decreto 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942) e o ensino industrial foi dividido em dois ciclos: um ciclo que compreendia o

ensino industrial básico e outro que abrangia diferentes especialidades como Metalurgia, Mecânica e outros, o chamado técnico industrial.

Torna-se importante enfatizar que os cursos técnicos eram de segundo ciclo e os alunos concluintes do ensino técnico não podiam ingressar no ensino superior (MATIAS, 2004). Somente neste momento, o ensino profissionalizante passa a ser considerado de nível médio e os ingressos nas escolas industriais passam a depender de exames de admissão, além da divisão em dois níveis.

Esta Reforma, além de sugerir maior atuação do governo na educação pela implementação de uma educação que deveria atender ao desenvolvimento do cidadão não somente em termos de virtudes pessoais, mas em termos coletivos através da educação moral e cívica, também corrobora para a primeira regulamentação do ensino técnico através do “Sistema S”. Nesta época o sistema era composto pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), SESI (Serviço Social da Indústria) e SESC (Serviço Social do Comércio).

O SENAI e o SENAC se desenvolviam paralelamente ao sistema regular de ensino, como um sistema privado de formação profissional para a indústria e para o comércio, sendo que, embora o SENAI devesse ser uma instituição pública, pois foi criado através de Decreto-Lei, é administrado pela Confederação Nacional da Indústria e pelos Sindicatos Patronais, evidenciando a ambiguidade entre as esferas pública e privada que, segundo Cunha (2000), tem sido uma constante na educação brasileira. Estes órgãos foram criados como “resultantes do estímulo do governo federal à institucionalização de um sistema nacional de aprendizagem custeado pelas empresas para atender às suas próprias necessidades” (CRUZ, 2000, p. 20). Sendo assim, esta Reforma acaba por introduzir uma diferenciação entre a formação em escolas industriais e as das redes SENAI e SENAC. Nas escolas industriais a formação era mais completa, para um ofício que demandava maior capacitação, enquanto que nas escolas das redes SENAI e SENAC, os alunos recebiam um treinamento mais específico, para melhor exercerem seus ofícios (OLIVEIRA, 2003).

Esses pressupostos contribuem para a intensificação da divisão social-econômica do trabalho, com o eixo educacional segmentado em educação primária, educação secundária, educação superior, educação profissional e educação para mulheres, ou seja, “uma educação voltada para a elite da elite, outra para a elite urbana, outra para o grande exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação e outra ainda para as mulheres” (MENEZES e SANTOS, 2001). A educação deveria estar a serviço da realidade moral, política e econômica a ser constituída.

No ano de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, as Escolas Técnicas Industriais são transformadas em Escolas Técnicas Federais, por meio da Lei nº 3552/59 que institui a rede federal de escolas técnicas dando a estas, autonomia didática, administrativa e financeira, passando para categoria de autarquias⁹ (BRASIL, 1959). Com isso, conforme Cunha (2000), há um significativo aumento das matrículas nestas escolas proveniente da melhoria da qualidade dos cursos ofertados, do aumento da produtividade dos recursos e das mesmas ofertarem cursos de acordo com as necessidades locais e regionais.

Dois anos depois, em 1961, o ensino profissional tem mais um avanço com a promulgação da lei 4024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde ocorre a incorporação dos cursos técnicos de nível médio ao sistema regular de ensino. Fica estabelecida a equivalência plena entre os cursos, acadêmicos e profissionalizantes, reunindo numa mesma estrutura os dois sistemas (BRASIL, 1961), havendo dois tipos de ensino secundário, o propedêutico e o profissionalizante, que, além das disciplinas específicas dos cursos técnicos, contavam também com disciplinas do ensino tradicional (o chamado Ensino Técnico Integrado). Segundo Matias (2004), essa proposta tinha a finalidade de superar a dualidade entre formação geral e formação especial estabelecida com a Reforma Capanema, mas conforme Kuenzer (1997), não ocorreu essa superação, uma vez que a distribuição dos alunos ainda se mantinha conforme sua origem de classe social, sendo que o ensino médio de nível profissionalizante não capacitava para o ingresso aos cursos superiores cujo exame de admissão dava ênfase aos conteúdos gerais, de letras, ciências e humanidades, considerados como essenciais para a formação da classe dirigente. Ainda segundo Matias (2004), essa integração entre os dois sistemas foi necessária, uma vez que a evolução nos sistemas produtivos passou a necessitar de trabalhadores para atuar como líderes, não bastando mais somente o saber técnico.

Nos anos 1970, a educação brasileira passa a integrar projetos de desenvolvimento de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Inicia-se a grande ênfase ao ensino profissionalizante com participação desses organismos em financiamento de projetos visando provimento técnico ao setor produtivo, especialmente no nível de 2º grau (FONSECA, 1998; MATIAS, 2004).

Neste cenário, em 1971 ocorre uma reformulação na LDB 4024/61 pela promulgação da lei nº 5692/71 (Reforma dos ensinos de 1º e 2º grau) durante o governo militar

⁹ O objetivo passa a ser a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf, acesso em 06/05/2017.

que torna obrigatória a profissionalização do ensino de 2º grau¹⁰ e aumenta o número de vagas nessas instituições (BRASIL, 1971). Conforme Matias (2004, p. 33), “essa medida buscou dar ao ensino médio um caráter de terminalidade, propiciando a antecipação do ingresso no mundo do trabalho e reduzindo a busca por cursos superiores”, emanadas principalmente por proprietários de escolas particulares alinhados ao governo. Legislando em causa própria, para multiplicação de seu capital (CUNHA, 2000), essas escolas particulares se dedicavam à preparação do formando para os cursos superiores, novamente acentuando a dualidade deste modelo. Esta reformulação do ensino trouxe como consequência a precarização das escolas públicas profissionalizantes que sofreram com falta de recursos e perda de qualidade, sendo que houve altíssima procura pelo ensino médio público.

Em 1978, três das Escolas Técnicas Federais se transformaram em CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica, pela promulgação da Lei 6545/78 (BRASIL, 1978) com liberdade para ministrar também cursos superiores, sendo o CEFET-RJ, CEFET –PR e o CEFET-MG.

Ainda no regime militar, em 1982, o ensino de 2º grau profissionalizante passa a ser agora novamente facultativo, através da Lei nº 7044/82 (BRASIL, 1982) que se constitui como emenda à Lei 5692/71 que foi abolida e substituída por essa, ficando a educação profissional pública restrita às instituições especializadas como as Escolas Técnicas Federais e Estaduais, as escolas Agrotécnicas Federais e Estaduais, os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza também a nível estadual (São Paulo). Novamente o ensino profissional volta à sua característica inicial, desobrigando as escolas de nível médio de ofertarem o ensino profissional, ficando essas escolas com a preparação para o ingresso no Ensino Superior, retomando a tradicional dualidade.

A luta contra a profissionalização ganhou corpo e apoio entre educadores significativos no cenário nacional e algumas medidas apresentadas visaram amenizar um pouco o problema; esse foi o caso das chamadas habilitações básicas (...) para grupos ocupacionais (...) O peso da tradição, de mais de quatro séculos, havia vencido. O 2º grau estava livre da obrigatoriedade de formar para uma profissão específica. O grupo hegemônico da sociedade havia garantido seus direitos de dirigir-se para o Ensino Superior sem que nesse trajeto tivesse de se ver envolvido com a educação profissional. (SILVA, 1998, p. 232).

¹⁰ O novo paradigma passa a ser a formação de técnicos profissionais em caráter de urgência. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf, acesso em 07/05/2017.

Cinco anos mais tarde, no ano de 1987, com o processo de redemocratização em marcha, o governo José Sarney amplia a rede federal de ensino profissionalizante com a criação de duzentas novas escolas, porém sendo esta expansão vinculada à criação de Unidades Descentralizadas de Ensino – UNEDs¹¹, sendo a primeira instalada no município de Cubatão. Nesta época, as intenções de investimentos em educação pelos órgãos internacionais no Brasil se voltam para a educação fundamental, priorizando os recursos nesta modalidade e diminuindo para a modalidade de ensino profissional (FONSECA, 1998). Conforme Cunha (2000), em análise ao conteúdo do Banco Mundial em 1989, houve uma recomendação de melhora no custo-benefício nessa modalidade, sugerindo ao governo brasileiro a cobrança de anuidades às Escolas Técnicas Federais de acordo com a situação dos alunos e expansão das matrículas, visando reduzir o custo unitário. Novamente a educação profissional se torna refém das intenções capitalistas/gerencialistas dos organismos internacionais.

Segundo Neves (1999), os sistemas educacionais no mundo capitalista contemporâneo respondem às necessidades de valorização do capital e, em primeiro plano, a educação objetiva garantir uma maior valorização do capital. A globalização, a inclusão da ciência nas relações de produção e a posterior adesão ao neoliberalismo nos anos 1990 implicaram na transferência de tecnologia e na abertura do país aos produtos importados. O processo de divisão do trabalho passou a exigir trabalhadores com maior grau de escolaridade e a escola agora deveria preparar um novo tipo de trabalhador, ou seja, um trabalhador que fosse "capaz de decifrar os novos códigos culturais de uma civilização tecnológica" (Neves, 1999, p.20). O debate educacional agora deveria contemplar a concepção de mundo e os requisitos técnico-científicos imprescindíveis à participação ativa dos trabalhadores na sociedade da informática e da microeletrônica.

Em 1994, a Lei 8.948/94 (BRASIL,1994) institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs (Escolas Técnicas Federais) e as EAFs (Escolas Agrotécnicas Federais) em CEFETs – Centros Federais Tecnológicos, expandindo a rede federal de educação profissional, porém, somente em parcerias com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Em 1996 é aprovado o Projeto de Lei 1603/96 (BRASIL, 1996b), antecedente à LDB 9394/96, que

¹¹ Instituição educacional vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizada por situar-se no interior das Unidades da Federação com o propósito de viabilizar a interiorização do ensino técnico, atendendo os vários polos geoeconômicos dos Estados, ministrando cursos técnicos em nível médio, nas áreas industrial e de serviços. Os

continha propostas para a organização da educação profissional e reformulação de vários aspectos da rede federal de educação. Foi sugerido, em especial, novamente a separação entre os ensinos acadêmico e profissional, o que foi amplamente contestado pela sociedade, segmentos políticos, intelectuais e acadêmicos, mas mesmo assim foi aprovada pela promulgação da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996c) e pelo Decreto nº 2208/97 (BRASIL, 1997) que trouxe várias consequências a nível de formação profissional, inviabilizando o progresso de uma educação tecnológica embasada nos fundamentos científicos dos processos de produção e das dimensões sociais (FRIGOTTO, 2002), ou seja, o ensino técnico deixa novamente de ser integrado ao ensino regular de nível médio. Nesse novo cenário, a educação profissional era ofertada por módulos, podendo conferir um certificado quando da conclusão de cada módulo, porém, o diploma de técnico de nível médio só seria concedido quando o aluno terminasse o ensino médio regular (DETRREGIACHI FILHO, 2012).

Segundo Martins (2000, p.78), a nova LDB “atende aos interesses do capital internacional expressos pela ideologia neoliberal” no governo Fernando Henrique Cardoso. Além disso, houve alteração também na forma de financiamento para expansão, ampliação, reforma, aquisição de materiais e capacitação de servidores das escolas da rede federal de ensino profissional, que passaram a depender do PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional (BRASIL, 2001). O conjunto: Decreto nº 2208/97 mais o PROEP e suas ações decorrentes se tornaram conhecidas como Reforma da Educação Profissional (MATIAS, 2004) embasadas em parcerias financeiras entre o governo brasileiro e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento para implementação, seguindo os preceitos neoliberais, sendo o financiamento estabelecido através do PROEP.

Com o PROEP, a Rede Federal deveria ser reestruturada para se tornar competitiva ao mercado, buscando arrecadação a partir de prestação de serviços à comunidade conseguindo o autofinanciamento, eximindo o Estado da responsabilidade com os custos de sua manutenção. A prefeitura doava o terreno e o governo financiava o projeto, a construção, mobiliários e equipamentos, porém, não contratava pessoal e não se responsabilizava pela manutenção das mesmas.

A lei 9649/98 (BRASIL, 1998) credenciou novos Centros de Educação Profissional, mas com a obrigatoriedade de uma instituição mantenedora que se responsabilizasse pela geração dos recursos para a manutenção da escola, ou seja, o governo se redimia da obrigação para com o ensino profissional. A expansão da educação profissional

cursos e currículos desses estabelecimentos visam atender às necessidades regionais e ao avanço tecnológico do País (MENEZES & SANTOS, 2001).

deveria segmentar-se como escolas comunitárias, organizadas como entidades de direito privado. Isso representaria a privatização da educação profissional, uma vez que a construção e ampliação de escolas profissionais deveria ser requerido através de projeto da instituição mantenedora, o PROEP, cabendo ao governo, somente a cessão do espaço e à instituição mantenedora todo o restante das obrigações administrativas, sociais e econômicas, devendo oferecer um montante de 50% das vagas gratuitas e 50% deveriam ser cobradas gerando renda para sua manutenção.

Dados os altos custos de um curso profissional, a procura por eles foi intensificada por aqueles que buscavam as vagas gratuitas, sendo que os que possuíam condições financeiras de pagar uma escola particular preferiam pagar por um curso superior, sobrando as vagas que deveriam ser cobradas. Não atendendo às exigências do PROEP, muitas escolas fecharam turmas (MATIAS, 2004).

Nesse contexto político de reforma da educação brasileira e sob o governo de Fernando Henrique Cardoso que se empenhou na implantação da política neoliberal no Brasil (PAULA, 2005), de 1998 a 2002 todas as escolas técnicas que existiam pelo país viraram CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica.

A principal característica dos CEFETs foi a autonomia para criar cursos de Tecnologias, de nível superior, como resultado do esforço do governo federal em conter a procura por cursos superiores de longa duração. Esses deveriam ser ministrados fora das universidades, em escolas técnicas, para que não houvesse a competição entre os cursos (MATIAS, 2004), configurando ainda a continuidade da marginalização dos cursos técnicos profissionalizantes e a urgência pela formação de profissionais para o mercado. Dentre os principais objetivos, destaca-se o atendimento a alguns setores produtivos ditos “de ponta” que demandavam trabalhadores especializados.

Embora para muitos a transformação das escolas técnicas em CEFET, com *status* de instituições de ensino superior, representou uma valorização das escolas técnicas por parte do governo, “representou, na verdade, um desvalor dessas instituições pela manutenção de sua situação apartada da universidade (sem adjetivos)”, representando, para Cunha (2000, p. 211), a ampliação da dualidade da educação brasileira.

No ano de 2004, porém, surgem alguns instrumentos normativos para a superação dessa dualidade. O presidente Luís Inácio Lula da Silva regulamenta o parágrafo segundo do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da LDB 9394/96, através do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), revogando a proibição de cursos técnicos integrados

estipulada pelo Decreto 2208/97 no governo de Fernando Henrique Cardoso, deixando a cargo das instituições essa opção, a qual seria seguida pelas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa articulação da oferta pública de educação escolar com a educação profissional e tecnológica representou um diferencial em relação a outros ciclos de desenvolvimento pelos quais o país passou (MOLL, 2010).

Foi a primeira vez que a educação profissional foi realmente considerada como uma possibilidade de excelência em educação por parte das políticas de governo em prol de uma sociedade mais justa em oportunidades. Com a intenção de democratizar o acesso à educação e, portanto, diminuir as profundas desigualdades existentes no Brasil, atendendo à “demanda de milhões de jovens e adultos por inserção plena nas dinâmicas societárias a partir da escolarização, renda, trabalho, moradia, infraestrutura, cultura e lazer” (MOLL, 2010, p.131), o governo lança o PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, com um conjunto de ações que elevam o *status* da educação profissional como o “Programa Brasil Profissionalizado, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as modificações concertadas entre o Sistema S e o governo federal” (MOLL, 2010, p. 131).

Esse instrumento lançado pelo governo visava a inclusão de milhões de jovens alheios ao processo educacional brasileiro. Mas não visava a simples inclusão; essa inclusão deveria ser de modo integral:

Portanto, a inclusão plena de milhões de jovens e adultos tem como um de seus fatores condicionantes a escolarização básica obrigatória, pública, gratuita, de qualidade e articulada às dinâmicas produtivas da sociedade, não na perspectiva do alinhamento subalterno da educação ao capital, mas da construção de projetos educativos plenos, integrais e integrados que aproximem ciência, cultura, trabalho e tecnologia na formação das novas gerações e das gerações historicamente excluídas (MOLL, 2010, p. 132)

No ano de 2006, após um processo de formulação a partir de debates com segmentos da sociedade e consulta pública, é decretado o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006 ¹², financiado pelo

¹² O PROEJA foi instituído inicialmente de maneira compulsória no âmbito das instituições federais de ensino tecnológico por meio do Decreto 5478 de 24/06 de 2005, porém, após receber duras críticas por representantes dessas instituições, que já atuavam em algum atendimento a esse público em parceria com outras redes estaduais e municipais, o Ministério da Educação reformulou a norma com a colaboração de professores e especialistas. Após passar por consulta pública, houve acolhimento das informações e o Decreto foi revogado, sendo substituído pelo Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006, que possibilitou a ampliação do projeto para outras redes (NÓBILE SILVA, 2010).

MEC, para implantação nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (MOLL, 2010), e a ser inserido de forma permanente.

A proposta do PROEJA era oferecer educação do nível fundamental ao médio, com prioridade ao atendimento de estudantes trabalhadores objetivando a formação humana e inserção qualificada no mundo do trabalho, tendo como princípio a indissociabilidade entre formação geral e profissional como “condição *sine qua non* para construção de processos de inclusão emancipatória, que permitam ou desencadeiem a “conversão” de súditos em cidadãos” (MOLL, 2010).

Com isso, a partir de 2004, a função das escolas federais de educação profissional e tecnológica passa a ser não mais a preparação do trabalhador, entendida como um adestramento a certa habilidade, mas a oferta de cidadãos qualificados para o mundo do trabalho.

Segundo dados do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ao final de 2008, a rede federal de educação profissional contava com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFET’s com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas a Universidades Federais, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal (OTRANTO, 2010; MATIAS, 2004).

Como pode ser observado, a educação profissional se consolidou através de um longo e conturbado contexto de indecisões políticas e de gestão educacional, inseridas ao contexto histórico do desenvolvimento do Brasil até se estabelecer como o que representa nos dias atuais.

Ao final de 2008, a educação passa a se constituir como componente principal do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento que visa estimular a economia brasileira. Neste momento o governo sanciona a Lei 11.892/08 criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, integrados à rede federal de educação (BRASIL, 2008).

A partir dessa nova Lei, os Centros Federais de Educação Profissional (CEFETs) que existiam pelo país se transformam em Institutos Federais, exceto os CEFET-RJ e CEFET-MG que pleiteavam se transformar em Universidade Tecnológica, porém não se consolidando ainda como tal.

Os Institutos Federais se apresentam como instituições diferenciadas já que são constituídos a partir da transformação de antigas escolas profissionalizantes, se tornando referência na rede (OTRANTO, 2010). Oferecem educação pública, gratuita e de qualidade a nível profissional e técnico em todas as modalidades, com proposta pedagógica pluricurricular e autonomia de universidade, estabelecendo como política um “vínculo com a valorização da

educação e das instituições públicas”, elemento fundamental para a construção de uma nação soberana e democrática.

Conforme Fernando Haddad¹³, em palestra realizada no dia 06 de novembro de 2017 na abertura da 1ª Jornada do IFSP no câmpus Cubatão, essas escolas devem oferecer educação verticalizada desde o trabalhador que precisa de um curso técnico para atender a demanda da indústria, do comércio e do serviço, até o técnico de nível médio e os engenheiros ou mestres profissionais, considerados técnicos profissionais de nível superior. Não devem oferecer os bacharelados típicos das universidades (administração, economia, direito, etc), já que houve também a expansão das universidades federais através do programa REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais pelo governo. Além disso, as profissões devem ser todas voltadas para o desenvolvimento dos APLs (Arranjos Produtivos Locais) e para o desenvolvimento local. Para tanto, devem atuar em parceria com políticas de estados, municípios e sociedade.

Houve incorporação também na Lei 11.892/08 dos artigos 7º e 8º para assegurar que os Institutos Federais ofereçam um mínimo de 50% de suas vagas para “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (MOLL, 2010).

Como se percebe a partir dessa ampla explanação, ao longo de 100 anos de sua história a escola profissional de âmbito federal recebeu os nomes de Liceu Industrial (1937-1942), Escola Industrial (até 1959), Escola Técnica Federal (até 1965) e Centro de Educação Profissional (até 1998). Passaram à qualidade de autarquias no ano de 1959, sendo transformados em CEFETs – Centros Federais Tecnológicos a partir de 1998 numa constante luta por sua manutenção como integrante da rede pública.

Com autonomia de universidade quanto aos cursos superiores e uma proposta inovadora com relação ao ensino médio, que visa estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, estabelece vínculo com a valorização da educação e das instituições públicas, assumindo o compromisso com a construção de uma nação soberana e democrática e com uma concepção de educação profissional como potencializadora do indivíduo, buscando se articular e atender a contextualização de sua localidade.

¹³ Conteúdo disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/246-fernando-haddad-abre-a-programacao-da-1-jornada-do-ifsp-participe>. Acesso em 05/02/2018.

São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino: ensino fundamental na modalidade técnica, ensino médio, superior, especialização, mestrado e doutorado, além de educação a distância.

Este modelo de educação possibilitou a inclusão de uma grande parcela da população que se encontra à margem do sistema educacional com a perspectiva de qualificação profissional e profissionalização em nível médio com possibilidade de continuidade de estudos em nível superior e, pela primeira vez, a educação profissional deixa de focar seu objetivo unicamente no interesse do setor produtivo, buscando contemplar não só o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, mas também atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na sociedade paulistana se estabelecem como uma instituição de excelência no ensino público, gratuito e de qualidade e sua denominação é IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo¹⁴. Conforme apontado em edição do jornal “El País”, edição *on line* de 12/12/2016¹⁵,

(...) a rede de escolas federais é uma ilha de excelência em comparação às escolas municipais, estaduais e até mesmo particulares no Brasil. Isso é o que mostra a avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 2015 (PISA, em inglês), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No Estado de São Paulo, até 2005 estavam instaladas 3 unidades dos CEFETs: São Paulo, Cubatão e Sertãozinho. A partir da promulgação da Lei 11.892 em 2008 e um plano de expansão, em 2010 já haviam 27 Câmpus do IFSP instalados pelo estado, incluindo Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Itapetininga, Matão, Piracicaba, Presidente Epitácio, Registro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, Suzano e Votuporanga, além das três unidades do CEFET (São Paulo, Cubatão e Sertãozinho) que também se transformaram em câmpus do IFSP, ficando a Reitoria estabelecida na cidade de São Paulo. Atualmente possui 37 unidades em funcionamento (Figura 1), incluindo os núcleos avançados, atendendo mais de 40 mil alunos matriculados, além de oferecer também

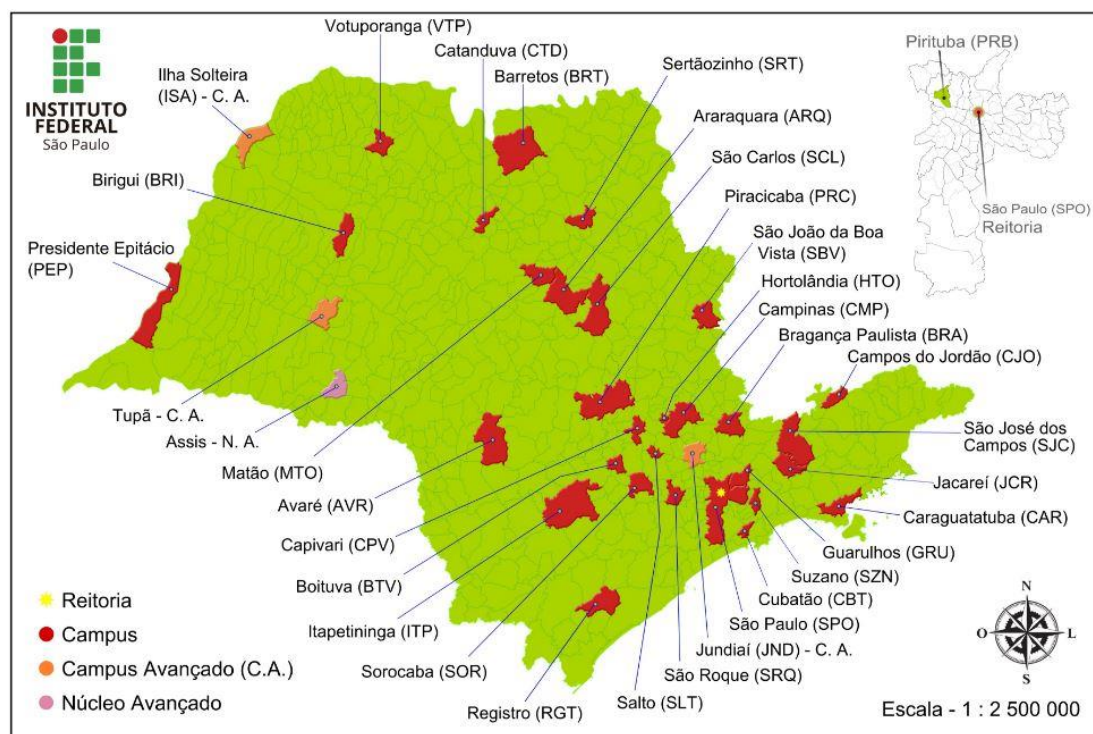
¹⁴ Conteúdo disponível no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/ifsp.html>> Acesso em 15/06/2017.

¹⁵ Conteúdo disponível no site do Jornal El País – Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/economia/1481304596_960196.html> Acesso em 15/11/2017.

educação a distância em diversos polos. Esses dados demonstram o esforço realizado para viabilizar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Os Institutos Federais possuem a obrigatoriedade de disponibilizar 50% das vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos e 20% destas vagas para formação de professores na modalidade de licenciatura e formação pedagógica, sendo permitido também ministrar cursos superiores de tecnologia, cursos de especialização, mestrado profissional e doutorado voltados principalmente para o desenvolvimento e inovação tecnológica, além de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) para qualificação de profissionais conforme exigência da respectiva região (PACHECO, 2011). Sendo assim, se constituem como uma instituição totalmente inovadora, com um conceito de educação profissional e tecnológica sem nenhuma similaridade com outro país.

Figura 1 - - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Mapa dos Campi – 2017



Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Arte Final: Vitor Hugo de Rosa. Softwares: Philcarto / Inkscape
Fonte: SIMEC/IBGE/PRE, fevereiro 2016.

Fonte: http://www.ifspsoarlos.edu.br/portal/arquivos/publicacoes/2016/2016.06.22_Mapa_dos_campi.jpg

A proposta pedagógica com oferta de cursos da educação básica ao nível superior, de forma verticalizada, é um dos fundamentos dos Institutos Federais, auxiliada pela transversalidade, organizando os conteúdos curriculares com base no trabalho, na cultura, na ciência e na tecnologia, preocupando-se em formar cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o meio social em que vivem, pautados com a preocupação ambiental, diversidade cultural e a inclusão (PACHECO, 2011). O foco no conhecimento de forma integrada e verticalizada visa proporcionar a autonomia dos educandos, além de oportunizar a continuidade de desenvolvimento aos formandos técnicos. Também proporcionam oportunidade de estudo e qualificação profissional a indivíduos que não tiveram a oportunidade de cursarem o ensino médio na idade regular que conseguem acesso ao IF através da participação no Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Deste modo, a criação dos Institutos Federais se constituiu como um importante instrumento de execução de política do Estado com relação à educação profissional, consolidando sua identidade no sistema educacional, passando em sua trajetória de uma concepção política voltada para oferecimento de inclusão à classe desfavorecida e voltado principalmente para a preparação de trabalhadores atendendo aos interesses do setor produtivo, para uma estrutura inclusiva que visa a formação integral do indivíduo e acesso aos conhecimentos e conquistas científicas e tecnológicas de efetivo acesso a toda a sociedade.

3.1 Perfil socioeconômico da região de Sertãozinho

Esta subseção busca apresentar dados socioeconômicos da cidade de Sertãozinho a fim de caracterizar o espaço geográfico em que se situa o câmpus analisado do IFSP, suas características e a demanda por profissionais qualificados, sendo Sertãozinho uma região altamente industrializada e constituindo-se como um importante polo de geração de empregos e mão-de-obra especializada, além de constituir num dos arranjos produtivos locais da região.

O município de Sertãozinho conta com uma população de aproximadamente 117 mil habitantes e é uma das cidades que compõem a região administrativa de Ribeirão Preto, considerada uma das regiões mais ricas do Estado de São Paulo. Situada a 325 quilômetros da Capital do Estado e a 19 km da cidade de Ribeirão Preto, Sertãozinho é considerada uma das cidades mais importantes da região, tendo um significativo parque industrial e reconhecida por ser grande produtora de açúcar e álcool.

Com uma área de 418 km², faz divisa ao norte com as cidades de Jardinópolis e Pontal, ao sul com Barrinha e Dumont, a leste com Ribeirão Preto e a oeste com Jaboticabal e Pitangueiras. Em um raio de pouco mais de 200 km do município, encontram-se algumas das principais cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais: Franca, Araraquara, São Carlos, Jaú, São José do Rio Preto, Rio Claro, Limeira, Piracicaba, Americana, Passos, Poços de Caldas, Uberaba, Uberlândia entre outras, sendo o acesso facilitado pelas rodovias que ligam o município a estas cidades: Rodovias Armando de Salles Oliveira, Anhanguera, Atílio Balbo e Waldemar Balbo facilitando o acesso à Rodovia Anhanguera (Figura 2).

Figura 2 - Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo

Os bons indicadores socioeconômicos da cidade de Sertãozinho a colocam como uma das mais importantes cidades da região sendo caracterizada como um polo tecnológico e merecendo posição de destaque quando comparada com cidades de seu entorno. Ao se analisar o perfil do município no portal SEADE-IMP percebe-se que Sertãozinho possui elevados índices de urbanização e densidade demográfica, superando os índices estaduais, além de se

superar também quanto aos índices de habitação e saneamento. Apresenta um IDH na faixa de 0,761, ocupando 160ª posição no ranking municipal de IDH do Estado de São Paulo e 6ª posição no ranking da região administrativa, conforme dados da FIESP de 2013 num total de 645 municípios avaliados. Possui Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) baixo: 0,186, conforme pesquisa divulgada pelo IPEA, o que a caracteriza como uma cidade com boa qualidade de vida. O IPRS do município de Sertãozinho o classifica como integrante do Grupo 1- municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais e um PIB *per capita* na faixa dos R\$ 37.617,45, sendo o maior entre os municípios analisados, perdendo apenas para a cidade de Ribeirão Preto. Conforme divulgação no portal SEAD-IMP, a média salarial em Sertãozinho no ano de 2015 estava na faixa de R\$ 2.584,00, equivalente a 3,28 salários mínimos da época. Estes indicadores e o comparativo com sua região de entorno podem ser visualizados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Dados socioeconômicos de Sertãozinho e municípios limítrofes

	Barrinha	Dumont	Jaboticabal	Jardinópolis	Pitangueiras	Pontal	Ribeirão Preto	Sertãozinho	Estado de SP
População SEADE – 2015	30.829	9.079	73.315	40.962	37.295	46.092	654.893	117.916	43.674.533
IDH PNUD – 2013	0,725	0,744	0,778	0,735	0,723	0,725	0,800	0,761	0,783
Economia (PIB) (em milhões de R\$) – SEADE 2013	366,72	161,69	2.054,32	776,18	794,52	802,69	23.510,30	4.383,01	1.858.196,05
Economia (PIB <i>per capita</i>) - (em reais correntes R\$) - SEADE 2013	12.108,27	18.367,91	29.145,51	19.667,29	18.282,54	18.646,49	39.542,40	37.617,45	43.544,61
Participação do PIB no Estado em %	0,02%	0,01%	0,12%	0,05%	0,04%	0,05%	1,45%	0,23%	100%
Trabalhadores com Carteira Assinada RAIS - Ministério do Trabalho – 2015	3.886	1.916	22.455	8.753	7.802	9.004	226.584	42.589	13.697.471
Média Salarial RAIS - Ministério do Trabalho – 2015	1.730,19	1.863,36	2.435,95	2.194,80	2.165,87	2.560,55	2.455,33	2.584,56	2.848,33
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS SEADE – 2012	Grupo 4 - Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade	Grupo 4 - Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais	Grupo 4 - Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais	-

continua

Tabela 1 - Dados Socioeconômicos de Sertãozinho e Municípios Limítrofes - *continuação*

	Barrinha	Dumont	Jaboticabal	Jardinópolis	Pitangueiras	Pontal	Ribeirão Preto	Sertãozinho	Estado de SP
IPRS - Dimensão Riqueza	34	38	43	42	39	42	46	47	46
IPRS - Dimensão Longevidade	68	67	70	69	71	62	73	70	70
IPRS - Dimensão Escolaridade	53	49	57	44	52	49	52	68	52
Renda <i>per capita</i> - Censo Demográfico (Em reais correntes) SEADE 2010	529,22	600,51	851,98	600,65	557,25	566,34	1052,76	779,98	853,75
Domicílios Particulares com Renda <i>per capita</i> até 1/2 Salário Mínimo Censo Demográfico (Em %)	21,99	17,92	14,01	21,11	22,49	21,60	11,55	15,66	18,86
Domicílios Particulares com Renda <i>per capita</i> até 1/4 do Salário Mínimo Censo Demográfico (Em %)	7,20	6,50	4,38	7,55	8,32	8,17	4,55	6,18	7,42

Fonte: Adaptado do Portal FIESP, Portal SEADE-IMP e IBGE.

Os índices educacionais, conforme levantamentos no portal SEADE de 2010 mostram que a taxa de analfabetismo na cidade de Sertãozinho era de 5,37% e a população com 18 a 24 anos que tinham pelo menos o ensino médio completo era de 51,36%. A população é formada em sua maioria por brancos (78,7%) seguidos de pardos (15,7%), negros (4,2%) e amarelos (0,8%), conforme Censo 2000.

No que diz respeito à atividade econômica, na região de Ribeirão Preto a agroindústria se constitui como atividade relevante, sendo a região a maior produtora mundial de açúcar e álcool¹⁶. As usinas presentes na região, incluindo a cidade de Sertãozinho representam uma das principais atividades econômicas, estimulando o desenvolvimento de outros setores, como por exemplo, o de máquinas agrícolas e equipamentos para usinas. Além das usinas, estão presentes na região várias indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja, amendoim, etc.; indústrias alimentícias, indústrias de ração, fertilizantes, entre outras. Também se destacam importantes indústrias voltadas para a produção e manutenção de equipamentos médicos-odontológicos e farmacêuticos, setor de automação industrial, setor de equipamentos industriais, e do setor metalmeccânico que é bastante forte na região.

Até a década de 1940, a economia de Sertãozinho girava em torno da cultura cafeeira. Com as sucessivas crises do café, essas culturas foram gradualmente substituídas pelo plantio de cana-de-açúcar enfrentando uma crise de superprodução em 1965. Com o advento do Proálcool em 1975 Sertãozinho se transformou num dos mais importantes centros sucroalcooleiros do país¹⁷. Atualmente, a região produz também açúcar, soja, café e laranja orgânicos se constituindo como importante segmento econômico, além da geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A alta tecnologia tornou-se o ponto forte de sua economia. No perfil agrícola e econômico do município há indústrias fortemente voltadas para o setor sucroenergético, com predominância de fabricação de caldeiras e máquinas de uso geral. Também possui empresas de suporte para toda a cadeia de produção desde fornecedores de implementos e equipamentos para manutenção até prestação de serviços industriais e tecnológicos, além de educação e consultoria. A mão de obra utilizada é cerca de 90% oriunda da cidade de Sertãozinho e região (LIBONI et al., 2015).

¹⁶ Conteúdo disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:
<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/dados/i01principal.php>, acesso em 17/05/2017.

A cidade conta com 702 indústrias de base, 4 usinas de açúcar, 1 destilaria autônoma de etanol e também possui destaque na indústria alimentícia e nos setores de fornecimento da cadeia petroquímica, conforme dados da Secretaria da Indústria, Comercio, Abastecimento e Emprego de Sertãozinho (2013)¹⁸. Possui 6 distritos industriais, tendo o setor industrial a maior representatividade nos empregos formais na cidade (43,51%), superando em muito os índices do estado que é de 18,36% e da sua região de governo, Ribeirão Preto, que está em 21,26%, seguida de serviços (29,52%), comércio (19,52%), construção (4,94%) e agropecuária (2,52%), segundo levantamentos da SEADE em 2015. Ainda segundo os levantamentos da SEADE (2015) evidencia-se que enquanto o setor industrial lidera a representatividade dos empregos formais na cidade de Sertãozinho e em outras de seu entorno como Pontal, Serrana, Cravinhos e Pradópolis, o setor de serviços é o setor que lidera a região administrativa de Ribeirão Preto. Esses dados demonstram o alto potencial industrial da cidade e região que se consolida como um importante polo de geração de tecnologia e mão de obra qualificada. A cidade de Sertãozinho também sedia importantes eventos tecnológicos, podendo-se destacar a FENASUCRO (maior e mais especializada feira de Açúcar e Etanol do Mundo) a FORIND (Feira de pequenas e medias empresas da Cadeia Produtiva do setor A&E) e AGROCANA (Feira do setor agrícola da Cadeia Produtiva do setor A&E). Além disso, na cidade de Ribeirão Preto acontece anualmente a AGRISHOW, a maior feira internacional de agronegócios da América Latina.

O desenvolvimento regional é fortalecido por programas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do estado de São Paulo. A cidade de Ribeirão Preto conta com o SUPERA - Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, cujas atividades tiveram início em 2014, o qual foi estruturado por meio de uma parceria entre a Universidade de São Paulo, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e a FIPASE, com o apoio da FINEP, do MCT e da FAPESP. O propósito é estimular parcerias entre universidade, o Poder Público e empresas que realizem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I), a fim de impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico da região, atraindo empresas que realizem

¹⁷ Conteúdo disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Sertãozinho: <http://www.sertaozinho.sp.gov.br/nossahistoria.htm>, acesso em 17/05/2017.

pesquisa e desenvolvimento (P&D) e invistam em produtos, equipamentos e processos inovadores, voltadas prioritariamente, mas não somente para, as áreas do Complexo Industrial da Saúde – CIS, Biotecnologia, Tecnologia da Informação e Bioenergia, e que valorizem o desenvolvimento sustentável e a agregação de valor à produção. Ribeirão Preto e Sertãozinho também estão na lista dos 38 APLs (Arranjos Produtivos Locais) consolidados como instrumentos de desenvolvimento econômico integrado e como importante estratégia de política pública do governo do estado. Os APLs proporcionam ações conjuntas importantes para o desenvolvimento das organizações e fortalecimento dos mercados interno e externo, sendo que é uma região de forte interesse de competidores internacionais. Levantamentos do portal da FIESP de 2015 demonstram que Sertãozinho fechou a Balança Comercial com um saldo positivo de 703,03 milhões de dólares¹⁹.

Em termos de oferecimento de educação qualificada, que se constitui como uma necessidade na região devido às suas características econômicas, a região é reconhecida por ser um dos principais polos de geração de tecnologia e mão de obra qualificada do país contando com importantes centros universitários e de pesquisa com destaque para as áreas médicas e financeiras em Ribeirão Preto e agrônômicas e veterinárias em Jaboticabal. As principais instituições públicas de ensino superior e de pesquisa da região são: Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Câmpus de Jaboticabal; Universidade de São Paulo (USP) - Câmpus de Ribeirão Preto; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Câmpus Sertãozinho; Faculdade de Tecnologia (FATEC) – Câmpus Sertãozinho e Câmpus Ribeirão Preto. Além dessas instituições ainda contam com um elevado número de instituições de ensino superior da rede privada.

Além do ensino público de qualidade, a região oferece também capacitação técnica de nível médio na rede pública de ensino através do IFSP Câmpus Sertãozinho e ETEC “José Martimiano da Silva” em Ribeirão Preto. Vale ressaltar que o IFSP câmpus Sertãozinho é a primeira escola pública da região a oferecer cursos superiores de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Os cursos mais próximos de

¹⁸ Dados disponíveis nos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso) dos cursos de Engenharia Mecânica e Técnico em Administração do IFSP câmpus Sertãozinho.

¹⁹ Disponível em:

<[http://apps2.fiesp.com.br/regional/\(S\(wdfqxgv1blretgdwdhugnvok\)\)/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx](http://apps2.fiesp.com.br/regional/(S(wdfqxgv1blretgdwdhugnvok))/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx)> Acesso em 19/05/2017.

Engenharia Mecânica e Elétrica, oferecidos por uma universidade pública, se encontram na cidade de São Carlos, pertencente à região administrativa de Araraquara e distante 120 km de Sertãozinho.

Segundo Liboni et al. (2015), as principais questões relativas à qualificação de mão de obra na região são: competências técnicas, competências gerenciais, domínio das novas tecnologias e experiência internacional.

Deste modo, é notável que Sertãozinho e a região de Ribeirão Preto sofrem os efeitos da carência de uma estrutura de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação que se torna muito viável se suprida por instituições públicas que oportunizem o acesso, continuidade de estudos, qualificação e recolocação de profissionais da região no mundo do trabalho.

3.2 O Câmpus Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Nesta subseção será apresentada um pouco da história de criação do IFSP câmpus Sertãozinho, sua evolução, bem como seu perfil institucional, contemplando características de sua estrutura física e administrativa, o espaço, as concepções de trabalho e a estrutura do organograma funcional.

O IFSP localizado na cidade de Sertãozinho é um câmpus do IFSP vinculado a uma reitoria estabelecida na cidade de São Paulo. Representa um dos 38 polos do IFSP espalhados pelo estado de São Paulo. Conforme consta no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, a história do IFSP Câmpus Sertãozinho tem início no ano de 1996 quando foi efetuado o convênio de cooperação técnica nº 001/96 (BRASIL, 1996a) envolvendo a Prefeitura Municipal de Sertãozinho e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação- MEC representada pela Escola Técnica Federal de São Paulo, para atuação de uma Unidade de Ensino Descentralizada do Governo Federal – UNED na cidade de Sertãozinho, com oferecimento de cursos de qualificação profissional²⁰.

²⁰ A iniciativa da criação da Escola foi do então Prefeito de Sertãozinho, Waldir Alceu Trigo. A orientação do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, foi de que a Escola fosse estruturada

A escola era vinculada pedagógica e administrativamente à Escola Técnica Federal de São Paulo e mantida com recursos da ETF-SP e da Prefeitura Municipal de Sertãozinho.

Entre 1996 e 2002 não houve uma clara definição por parte do MEC sobre os moldes de gestão desta instituição, o que dificultou sua estruturação enquanto escola com específicas demandas de recursos materiais e profissionais, levando-a à perspectiva de fechamento.

Quanto ao quadro de pessoal, foram encaminhados pela ETF-SP os servidores que prestavam os serviços de gestão à escola como direção, gerência educacional, coordenação de registros escolares, além da seleção de professores que seriam contratados por meio da Prefeitura de Sertãozinho, a qual também forneceu servidores administrativos para complementar o quadro de pessoal (MATIAS, 2004).

Conforme consta em Matias (2004), o local para início das aulas e pessoal de apoio foi cedido pela Prefeitura Municipal de Sertãozinho, além desta também cobrir os gastos com estadia e alimentação dos servidores da ETF-SP que vieram para a cidade. De acordo com o convênio assinado em 1996, os gastos com pessoal seriam ressarcidos à Prefeitura pelo MEC.

Apesar da insegurança em relação à sua continuidade e das tamanhas dificuldades enfrentadas, pelo fato do MEC ter a intenção de converter a escola ao segmento comunitário limitando os investimentos, entre 1996 e 1999 foi ofertado um curso técnico em Mecânica, no modelo integrado ao segundo grau (atual ensino médio), fornecendo aos concluintes a certificação na habilitação técnica e também o atestado de conclusão do segundo grau, formando duas turmas, além de outros cursos de formação profissional que foram realizados a partir de parcerias com entidades não-governamentais como exemplo a Associação para Proteção dos Adolescentes Trabalhadores –ADOT.

No ano 2000, a escola reiniciou a oferta de cursos com o oferecimento de um curso técnico em Automação Industrial, porém, devido às diretrizes educacionais da época, esse curso só conferia o certificado de formação técnica e não fornecia o de conclusão do ensino médio. Neste mesmo ano a Escola Técnica Federal de São Paulo

por meio de uma proposta inovadora de gestão, a parceria entre os poderes público federal e municipal (MATIAS, 2004).

foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo – CEFET-SP, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando a atuar com no ensino superior, apesar de não possuir recursos que pudessem efetivar o direcionamento de uma proposta pedagógica neste sentido.

Mesmo com toda a dificuldade, em 2002 a unidade passa a oferecer, além do Técnico Industrial em Automação, também outros cursos de Qualificação Profissional de Nível Básico como: curso técnico em gestão empresarial e qualificação profissional de nível técnico para formação de soldadores, caldeireiros e mecânicos de produção e de manutenção, os quais foram oferecidos por meio de um programa desenvolvido em convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo: o Programa Profissão. (MATIAS, 2004).

No contexto histórico das políticas públicas referentes à educação brasileira, foi sinalizado pelo MEC a apresentação do projeto PROEP via Segmento Comunitário como alternativa para manutenção do funcionamento da unidade, assim como de outras pelo Estado.

Porém, devido aos movimentos sociais locais e a importância da escola para a região de Sertãozinho, que sofria carência de profissionais qualificados devido ao seu potencial tecnológico e industrial, foi criada pela prefeitura da cidade a Fundação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural da Alta Mogiana – FUNDAM, com a finalidade de ser a mantenedora do “Centro de Educação Tecnológica Professor Carlos Alberto Sarti”, entidade em que deveria ser transformada a UNED Sertãozinho do CEFET-SP, conforme proposto pelo Projeto PROEP.

A partir de fevereiro de 2003 as contratações que eram feitas pela Prefeitura Municipal de Sertãozinho, passaram a ser feitas pela FUNDAM, com recursos provenientes da municipalidade. A FUNDAM, então, contratou, além de professores, dez servidores para exercerem atividades técnico-administrativas na Escola.

Conforme Matias (2004), no ano de 2002 a escola funcionava em 3 (três) locais diferentes: Sede, Oficina Mecânica e Caldeiraria, numa profunda luta pela sua existência.

No prédio Sede, localizado na época no Centro de Sertãozinho funcionava a administração, incluindo também a sala dos professores, salas para aulas

teóricas, biblioteca e os laboratórios de: Eletrônica, Controladores Lógico Programáveis (CLP), Refrigeração, Instrumentação e Informática, ocupando uma área de 1200m², sem nenhum espaço disponível para ampliação desta.

A Oficina Mecânica estava localizada a 2,5 Km do prédio Sede. Neste local funcionava uma sala para os professores e os laboratórios de: Produção Mecânica, Motores, Pneumática, Hidráulica, Controle de Qualidade e Informática, ocupando uma área de 600m², também sem nenhum espaço disponível para ampliação

O Laboratório de Caldeiraria se situava distante 1,5 Km da Sede e 2,0 Km da Oficina Mecânica. Este local era composto por uma sala para os professores, uma sala de desenho, uma sala para aula teórica, e o laboratório de Caldeiraria, ocupando uma área de 400m², e sem espaço disponível para ampliação.

Ainda conforme Matias (2004) nesta época a UNED-SRT contava, em média, com 30 professores, sendo, próximo de 15% deles pertencentes ao quadro do CEFET-SP e o restante, contratados pela FUNDAM, fundação de direito privado, subvencionada pela Prefeitura de Sertãozinho, que passou a administrar os recursos municipais transferidos para a manutenção da escola, além de receber os recursos do PROEP destinados à construção do prédio e aquisição de equipamentos. Quanto a servidores técnico-administrativos a escola contava com um número de 12, sendo 02 servidores federais e 10 contratados pela FUNDAM.

Os alunos que frequentavam essa UNED eram, em sua maioria, de Sertãozinho, contando também com alunos advindos de cidades da região como: Pontal, Pitangueiras, Dumont, Barrinha, Ribeirão Preto, Serrana e Jardinópolis e, dentre os alunos ingressantes em 2003, 73% eram oriundos de escolas públicas. Grande parte desses alunos eram já trabalhadores que buscavam aperfeiçoamento profissional.

O ingresso aos cursos se dava por meio de um exame, sendo ofertado em 1996 um curso preparatório para este exame na unidade (MATIAS, 2004).

Várias foram as alternativas buscadas pela escola para contornar as dificuldades e manter-se instituída: para sanar a falta de qualificação dos professores para a educação profissional, em 2003 e 2004 a escola oferece o Programa Especial de Formação Pedagógica, ministrado em convênio com a Associação de Pais e Mestres de Apoio Institucional ao CEFETSP-APM/CEFETSP, destinado a formar docentes para atuação no magistério da Educação Profissional, atendendo a demanda de profissionais

da rede federal e estadual de educação profissionalizante. Para isso, a escola buscou parceria com empresas que cediam os locais para as aulas. Além disso, houve a transferência e compartilhamento dos equipamentos do CEFET-SP e apoio das empresas da região que cediam equipamentos e laboratórios para realização das aulas práticas

Em 2003 o Governo Federal cancela o então já aprovado projeto PROEP para construção do “Centro de Educação Tecnológica Professor Carlos Alberto Sarti” por entender que a transformação não era necessária e reconhece a UNED-Sertãozinho como, de fato, uma escola pertencente à rede federal de ensino. Em 2005 foi reiniciado o Curso Técnico em Mecânica e, em 2006, pela suspensão da proibição de oferta do ensino técnico integrado, foram implementados os cursos técnicos integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), nas áreas de Automação Industrial e Mecânica.

A partir da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a UNED Sertãozinho passa a ser entendida como Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e se consolida na cidade de Sertãozinho como instituição federal de ensino a oferecer educação profissional gratuita e de qualidade.

A partir de 2008, após 12 anos de funcionamento em espaços cedidos pela municipalidade de Sertãozinho, a escola foi finalmente instalada em prédio próprio, o que ajudou a sua solidificação enquanto instituição na cidade (Figuras 3 e 4).

Com uma proposta de gestão inovadora, a instituição trabalha em parceria com os poderes público, federal e municipal e também com a sociedade civil organizada, apresentando resultados positivos quanto à sua atuação no município de Sertãozinho e região e desde sua criação a escola oferece cursos em sintonia com o sistema econômico local, conforme consta em seu PDI.

Sua missão consiste em “Construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento”, buscando atender diversas demandas da sociedade incluindo a escolarização dos que não tiveram oportunidade de participar das etapas regulares da escolaridade. Atua no atendimento das transformações no mundo do ensino e do

trabalho com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais contribuindo para a inserção social, formação integradora e produção do conhecimento²¹.

Seu empenho é ofertar vagas de ensino técnico e tecnológico às regiões nas quais as empresas capitalistas tendem a investir e, deste modo, amplia-se a oferta de vagas para garantir o atendimento das novas demandas de mão de obra geradas pelas empresas de alta tecnologia e do setor de serviços concentradas na região. O câmpus Sertãozinho também se empenha na articulação entre os três pilares: ensino, pesquisa e extensão visando uma formação integral dos estudantes.

Com relação ao ensino, as ações de âmbito pedagógico no IFSP são pautadas em amplas discussões da comunidade educativa, incluindo gestão e comunidade externa e interna. O trabalho visa agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho. O câmpus conta ainda com setores de apoio ao ensino com a finalidade de promover um ambiente acolhedor, de seriedade, de responsabilidade e de trabalho, que auxilie estudantes e docentes desde a sua chegada até seu horário de saída quanto ao atendimento, disciplina, encaminhamentos, gerenciamento dos recursos didáticos e trâmites acadêmicos.

Figura 3 - Fachada do IFSP câmpus Sertãozinho



Fonte: Acervo fotográfico do IFSP-SRT

²¹ Conteúdo disponível no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Disponível em

Figura 4 - Estrutura do IFSP câmpus Sertãozinho



Fonte: Acervo fotográfico do IFSP-SRT

Com relação a ações de pesquisa, conforme consta escrito nos Relatórios de Gestão do IFSP-SRT, professores, alunos e técnicos administrativos se envolvem em projetos de Iniciação Científica com bolsas ou voluntariamente. Na modalidade envolvendo bolsas, o IFSP oferece o PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e PIBIC - Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (modalidades fomentadas pelo CNPq) e o PIBIFSP - Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (modalidade fomentada pelo próprio IFSP). Ainda com relação a bolsas fomentadas pelo CNPq, destacam-se as bolsas obtidas por meio de projetos com apoio financeiro aprovados em chamadas públicas, denominadas “Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora”, como as bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI-A e ITI-B). A pesquisa é bastante estimulada no câmpus que também participa de Editais com referência à inovação tecnológica e já tem como resultado uma patente a ser depositada em 2017. Um grupo composto por três professores, um aluno do curso Técnico Integrado em Automação Industrial, um aluno do curso superior em

Tecnologia em Automação Industrial e um técnico administrativo desenvolveram um sistema eletrônico composto por *hardware* e *software* para auxiliar nadadores durante treinos de natação.

O IFSP câmpus Sertãozinho conta também com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) que tem por objetivo reger os aspectos relacionados à proteção, a transferência e à gestão da propriedade intelectual inerente ou vinculada à criação ou à produção científica do IFSP. Desde 2017 o câmpus conta também com um Hotel de Projetos que é uma pré-incubadora com infraestrutura física (escritório, biblioteca, laboratórios e oficinas) que visa dar assessoria e apoio a ideias empreendedoras que surgem entre estudantes, professores, técnicos administrativos do IFSP e outras instituições de ensino para amadurecimento de projetos e possibilidades futuras. Para pesquisas envolvendo seres humanos, o IFSP conta com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que se trata de um colegiado interdisciplinar com "*munus público*"²².

Com relação às ações de extensão, o câmpus Sertãozinho, assim direcionado pela Reitoria, segue os conceitos e diretrizes de extensão no FORPROEX 2012 (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) que incluem: interação dialógica, interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. As ações de extensão do câmpus oportunizam o contato da comunidade externa com o conhecimento produzido dentro do câmpus e envolvem, além de projetos de extensão, programas, cursos, eventos, palestras, visitas técnicas, congressos, dentre outras atividades, com vistas a desenvolver competências, habilidades e atitudes críticas diante da realidade. O câmpus Sertãozinho do IFSP também oferece diversos cursos de extensão, voltados para as várias camadas da comunidade externa, incluindo cursos para idosos.

Além disso, o câmpus Sertãozinho atua fortemente no combate à discriminação e com a inclusão, tendo membros atuantes em Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade.

²² O *munus público* é uma obrigação imposta por lei, em atendimento ao poder público, que beneficia a coletividade e não pode ser recusado, exceto nos casos previstos em lei. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/munus-publico>, acesso em 31/05/2017.

No que tange às políticas de atendimento aos discentes, a fim de tentar garantir a permanência do estudante na escola, o IFSP conta com o PAE - Programa de Assistência Estudantil, regulamentado pela Resolução 351 de 10 de junho de 2011, visando democratizar as condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados no IFSP, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão em todos os níveis de escolaridade, reduzir as taxas de evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, compreendendo:

- a) prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, visando à formação integral do estudante;
- b) respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e à permanência e convivência escolar e comunitária;
- c) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, ampla divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência estudantil;
- d) incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil.

O câmpus conta também com o programa de bolsas aos discentes aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 568 de 05 de abril de 2012, em conformidade com a Lei 9394/96, que tem o objetivo de apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que colaboram para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do estudante na sua área de formação. Além disso, conta com o Programa de Estímulo à Permanência (programa de nivelamento e atendimento social, psicológico e pedagógico) e oferece espaço para participação e convivência estudantil como o Grêmios Estudantil e os Centros Acadêmicos.

Em termos de gestão, o IFSP câmpus Sertãozinho apresenta um perfil de gestão participativa, visando a transparência e decisões tomadas de forma democrática. Para isso, existem comissões para estudos e discussões dos diversos problemas que se apresentam. As decisões da Direção são, em sua maioria, direcionadas ao Conselho de Câmpus/CONCAM, composto por docentes, técnicos administrativos, discentes e membros da comunidade externa. A Direção do câmpus conta ainda com apoio da Comissão Própria de Avaliação/CPA que avalia o clima organizacional e aspectos de ensino-aprendizagem, com as Comissões de Avaliação da Atividade Docente/CAADs, dentre outras.

Em termos de estrutura física, o IFSP Câmpus Sertãozinho é constituído por 24 salas teóricas e 24 laboratórios que contemplam as áreas de Oficina Mecânica, laboratórios de Informática I, II e III, Hidráulica, Pneumática, Eletrônica, Motores e Eletricidade, Metalografia, Controle de Qualidade, Comando Numérico Computadorizado/CNC, Controle de Processos, Instrumentação, Dispositivos e Projetos, Química/Microbiologia, Elétrica e Física e Educação Musical. Além das áreas citadas, o espaço físico do campus conta com cantina, auditório, biblioteca e sala de convivência, bem como ambientes de uso administrativo e de apoio às atividades de ensino.

Atendendo ao Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004), o Câmpus Sertãozinho vem se estruturando e implementando ações que garantam condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Atualmente o câmpus contempla rampas de acesso e inclusive elevador para acesso de deficientes físicos aos níveis superiores do prédio, que conta com 3 andares, atendendo às políticas de ação inclusiva. Possui área especial para embarque e desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como sinalização de piso para orientação de pessoas com deficiência visual. Está em andamento a adequação da identificação visual a surdos-mudos e cegos, sendo que o câmpus já possui alunos com tais necessidades especiais e pessoal acadêmico especializado, além de recursos de biblioteca apropriados a este público. Os detalhes da estrutura seguem nas Tabelas 2 e 3:

Tabela 2 - Infraestrutura física do IFSP câmpus Sertãozinho

Tipo de Instalação	Área (m²) até 2016	Área prevista (m²) 2017 *
Auditório	152,0	152,0
Biblioteca	110,0	345,0
Instalações Administrativas **	1038,0	1552,0
Laboratórios	806,0	806,0
Salas de Aulas	445,0	2263,0
Sala de Reunião de professores	00	80,0
Salas de Capacitação	00	180,0
Salas de Docentes	30,0	320,0
Ginásio Poliesportivo ***	00	1782,0
Estacionamentos	1500,0	6312,0
Corredores cobertos	765,0	1815,0
Outros ****	250,0	1070,0

Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018

* Condicionada à finalização da obra de expansão do câmpus

** Contemplam também os almoxarifados, banheiros, copa/cozinha/cantina, depósitos de materiais, salas de manutenção, vestiários e guaritas

*** Condicionado a Licitação

**** Pátio e Refeitório

Tabela 3 - Evolução do espaço físico nos últimos anos

Tipo	Quantidade de Ambiente		
	2014	2015	2016
Salas de Aula	16	16	24
Laboratórios	14	14	24
Biblioteca	1	1	1
Sala dos Professores	1	1	1
Sala de Reuniões	1	1	2
Sala de Apoio Pedagógico	0	1	1
Sala Secretaria Acadêmica	2	2	2
Sala Coordenadoria Acadêmica	0	0	1
Gabinetes de professores	0	0	64
Auditório	1	1	1
Restaurante/Cantina	1	1	1
Diretório Acadêmico	0	0	1

Fonte: Fonte: Relatório de gestão 2016

A biblioteca contempla as bibliografias básicas e complementares dos cursos oferecidos pela instituição e oferece vários serviços *online* através do software Pergamum, do Portal de Periódicos Capes e da coleção das Normas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Atualmente, o organograma administrativo do câmpus (Figura 5) conta com uma Direção Geral, Setor de Gabinete e Comunicação, Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Diretoria Administrativa, Diretoria Adjunta de Gestão de Pessoas, Diretoria Adjunta de Pesquisa e Inovação, Diretoria Adjunta de Extensão, Setor de Estágio, Diretoria de Ensino, Coordenadoria de Registros Escolares (dividida em Técnico e Superior), Setor Sociopedagógico, Coordenadoria de Apoio ao Ensino e Diretoria Adjunta Acadêmica, além das Coordenações de Áreas (Automação, Química, Gestão, Humanas e Linguagem e Mecânica).

O quadro de funcionários é composto atualmente por 87 servidores docentes, entre efetivos e em caráter substitutivo e/ou provisório, em sua maioria mestres e doutores e 50 servidores técnico-administrativos, de nível médio, bacharéis, licenciados, técnicos, tecnólogos, especialistas, mestres e doutores. Há no câmpus o

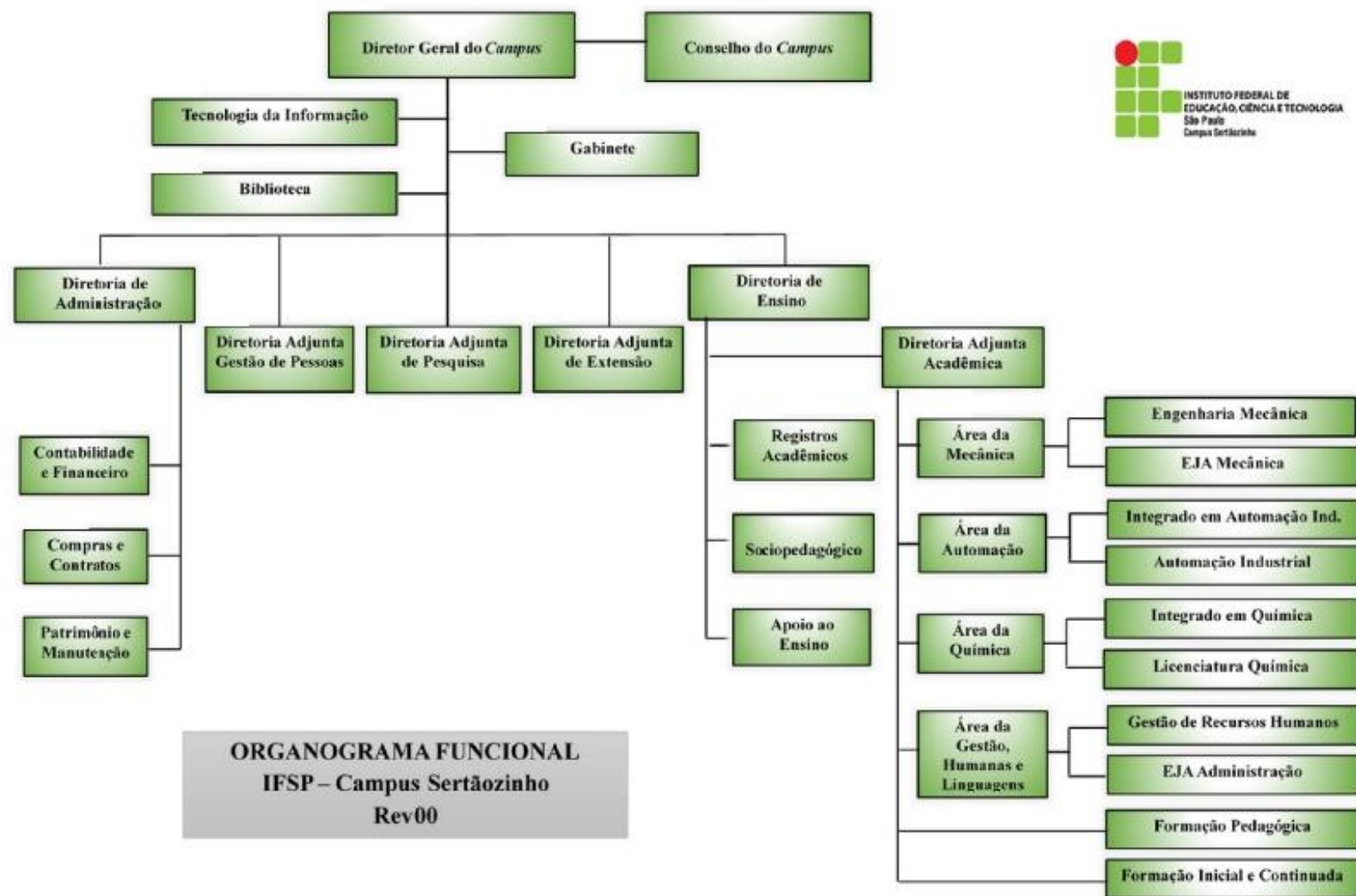
setor de Saúde composto por 2 técnicos de enfermagem e 1 nutricionista, atuando junto ao setor sociopedagógico em diversas questões relacionadas à saúde, à cantina e no projeto do refeitório estudantil. Para os serviços gerais de limpeza e segurança trabalham 32 servidores terceirizados. A Tabela 4 demonstra a evolução do quadro de funcionários do IFSP-SRT de 2010 a 2016 (não foi possível obter dados de 2008 a 2010). A autorização para acesso aos dados foi feita pelo memorando S/N de 13 de setembro de 2017 (Apêndice D).

Tabela 4 - Evolução do quadro de funcionários do IFSP-SRT de 2010 a 2016

ANO	DOCENTES	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
2010	47	27
2011	46	35
2012	43	27
2013	53	34
2014	53	36
2015	63	44
2016	87	50

Fonte: Mem. 92/2017 – SRT-DAGP de 17/11/2017 (Anexo B).

Figura 5 - Organograma Funcional IFSP-SRT



Fonte: Site do IFSP-SRT disponível em https://srt.ifsp.edu.br/images/Organograma_new.jpg, acesso em 10/12/2017.

4 MECANISMOS DE INGRESSO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO IFSP-SRT

Nesta seção serão apresentados respectivamente através das subseções 3.1 e 3.2 os dados referentes aos mecanismos de ingresso e perfil socioeconômico dos estudantes do IFSP localizado na cidade de Sertãozinho a fim de demonstrar as características do público atendido no câmpus.

4.1 Mecanismos de acesso a vagas (ingresso)

Atualmente, o IFSP câmpus Sertãozinho oferece cursos superiores voltados para as áreas de Automação Industrial, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Gestão de Recursos Humanos, cursos de licenciaturas nas áreas de Química e Letras e curso de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Básica, atendendo a demanda do arranjo produtivo local. Oferece também cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Automação Industrial e Química, cursos técnicos na modalidade concomitante ou subsequente nas áreas de Administração e Eletrônica, além do Curso Técnico em Mecânica na modalidade Proeja.

A forma de acesso aos cursos de nível médio ocorre através de vestibular próprio da instituição. O ingresso aos cursos superiores também ocorria por meio de processo seletivo próprio da instituição até 2011, sendo incorporado ao ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2012. O ingresso aos cursos superiores ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), de responsabilidade do MEC, e processos simplificados para vagas remanescentes, por meio de editais específicos, a serem publicados pela própria instituição em seus canais de comunicação. Outras formas de acesso previstas são: reopção de curso e transferência externa.

O quadro 2 mostra os cursos ofertados no câmpus Sertãozinho do IFSP contendo a duração, período, formas de acesso e requisitos.

Quadro 2 - Cursos ofertados no IFSP câmpus Sertãozinho

CURSOS IFSP-SRT					
Curso	Nº Vagas	Duração	Período	Forma de Ingresso	Pré-Requisito
Cursos Técnicos – Integrado ao Ensino Médio					
Automação Industrial	40	4 anos	Vespertino (3 primeiros anos), matutino (último ano)	Processo seletivo	Ensino fundamental completo
Química	40	4 anos			
Mecânica -EJA	40	3 anos	Noturno	Processo seletivo	Ensino fundamental completo e maior de 18 anos
Cursos Técnicos – Concomitante ou Subsequente					
Administração *	40	3 semestres	Noturno	Processo seletivo	Cursando ou ter concluído o ensino médio
Eletrônica *	40	3 semestres			
Cursos Superiores					
Licenciatura em Química	40	8 semestres	Matutino	ENEM/SISU (anual) e processo seletivo de transferência (semestral)	Ensino médio completo
Licenciatura em Letras *	40	8 semestres			
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	40	6 semestres	Noturno		
Engenharia Mecânica	40	10 semestres	Noturno		
Engenharia Elétrica *	40	10 semestres	Integral		
Formação Pedagógica	40	3 semestres	Período Diurno (manhã e tarde)	Processo seletivo	Ensino superior completo
Pós-Graduação					
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica *	24	24 meses	Curso semipresencial com aulas às sextas-feiras (manhã e tarde)	Exame Nacional de Acesso	Ensino superior completo

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora (Os dados foram obtidos no Portal do IFSP Câmpus Sertãozinho, disponível em: http://srt.ifsp.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1000%3Afaqursos&Itemid=188, acesso em 16/03/2017)

* cursos com oferta iniciada em 2017

No período analisado, entre 2008 a 2016, o câmpus atendeu um montante de 2995 alunos ingressos resultando em um total de 1040 alunos já formados, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Público atendido no IFSP câmpus Sertãozinho de 2008 a 2016

<i>INÍCIO CURSO</i>	<i>MOD</i>	<i>CURSO</i>	<i>ANO CONCLUSÃO</i>	<i>Nº ALUNOS INGRESSOS</i>	<i>Nº ALUNOS FORMADOS</i>
2008	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2010	43	20
2008	G	TECNÓLOGO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	2010	42	17
2008	LIC	QUÍMICA	2011	42	13
2008	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2011	25	23
2008	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2011	24	22
2008	TI-EJA	TÉCNICO EM GESTÃO EMPRESARIAL - PROEJA	2010	22	18
2008	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2010	24	22
2009	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2011	43	15
2009	G	TECNÓLOGO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	2011	45	26
2009	LIC	QUÍMICA	2011	48	10
2009	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2012	28	18
2009	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2012	18	10
2009	TI-EJA	TÉCNICO EM GESTÃO EMPRESARIAL - PROEJA	2011	36	12
2009	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2011	41	25
2010	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2012	45	21
2010	G	TECNÓLOGO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	2012	41	24
2010	LIC	QUÍMICA	2012	38	12
2010	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2013	41	23
2010	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2013	40	31
2010	TI-EJA	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - PROEJA	2012	44	18
2010	TI-EJA	TÉCNICO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA - PROEJA	2012	43	17
2011	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2013	53	16
2011	G	TECNÓLOGO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	2013	46	30
2011	G	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2013	57	32
2011	LIC	FORMAÇÃO PEDAG. DE DOC. EDUC. PROFIS. ENS. MÉDIO	2012	31	19
2011	LIC	QUÍMICA	2013	38	9
2011	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2014	40	24
2011	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2014	41	32
2011	TI-EJA	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - PROEJA	2013	41	11
2011	TI-EJA	TÉCNICO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA - PROEJA	2013	39	12
2012	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2014	48	10
2012	G	TECNÓLOGO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	2014	53	39
2012	G	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2014	55	36
2012	LIC	FORMAÇÃO PEDAG. DE DOC. EDUC. PROFIS. ENS. MÉDIO	2013	33	25
2012	LIC	QUÍMICA	2015	45	9
2012	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2015	39	29
2012	TI	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	2014	39	18
2012	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2015	39	31

continua

Tabela 5 - Público Atendido no IFSP Câmpus Sertãozinho de 2008 a 2016 –
continuação

INÍCIO CURSO	MOD	CURSO	ANO CONCLUSÃO	Nº ALUNOS INGRESSOS	Nº ALUNOS FORMADOS
2012	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2014	32	11
2013	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2015	48	16
2013	G	ENGENHARIA MECÂNICA	2017	56	-
2013	G	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2015	50	27
2013	LIC	FORMAÇÃO PEDAG. DE DOC. EDUC. PROFIS. ENS. MÉDIO	2014	15	9
2013	LIC	QUÍMICA	2016	39	8
2013	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2016	41	29
2013	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2016	42	35
2013	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2015	30	14
2014	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2016	53	21
2014	G	ENGENHARIA MECÂNICA	2018	54	-
2014	G	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2016	49	19
2014	LIC	FORMAÇÃO PEDAG. DE DOC. EDUC. PROFIS. ENS. MÉDIO	2015	50	38
2014	LIC	QUÍMICA	2017	35	-
2014	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2017	40	-
2014	TI	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	2016	40	19
2014	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2016	38	15
2014	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2017	41	-
2015	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2017	44	-
2015	G	ENGENHARIA MECÂNICA	2019	54	-
2015	G	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2017	42	-
2015	LIC	FORMAÇÃO PEDAG. DE DOC. EDUC. PROFIS. ENS. MÉDIO	2016	39	-
2015	LIC	QUÍMICA	2018	40	-
2015	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2018	42	-
2015	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2018	40	-
2015	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2017	19	-
2016	G	TECNÓLOGO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2018	49	-
2016	G	ENGENHARIA MECÂNICA	2020	68	-
2016	G	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2018	44	-
2016	LIC	QUÍMICA	2019	49	-
2016	TI	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	2019	40	-
2016	TI	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	2017	41	-
2016	TI	TÉCNICO EM QUÍMICA	2019	40	-
2016	TI	TÉCNICO EM ELETRÔNICA- CONOMITANTE	2017	41	-
2016	TI-EJA	TÉCNICO EM MECÂNICA - PROEJA	2018	40	-
TOTAIS				2995	1040

(Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram obtidos na Coordenadoria de Registros Escolares – IFSP Câmpus Sertãozinho em 22/06/2016)

Legenda: TI - Técnico Integrado, G - Graduação, LIC- Licenciatura, TI - EJA -Técnico Integrado - Ensino Jovens e Adultos

Ainda com relação à oferta de cursos, o IFSP conta a partir do ano de 2016 com um Centro de Línguas (CeLin), oferecendo cursos de línguas em diversas modalidades para a comunidade interna e externa e cursos de formação continuada para professores em

consonância com as ações de internacionalização da ARINTER (Assessoria de Relações Internacionais). Dentre essas ações, inclui-se a de informar os discentes, servidores docentes e técnicos administrativos das possibilidades de mobilidade acadêmica e auxiliá-los no que concerne aos processos relacionados a intercâmbios e mobilidade internacionais. A partir de junho de 2016, o câmpus passou a ser Centro Aplicador do exame de proficiência TOEIC (Test of English for International Communication), que verifica o nível de proficiência em inglês do aluno, qualifica-o para uma nova posição e/ou promoção no mundo do trabalho, amplia suas qualificações profissionais e tecnológicas, e contribui para a internacionalização de sua carreira, tanto no Brasil quanto no exterior. Assim, o IFSP se insere no cenário internacional para fortalecer a cooperação e interação com instituições de ensino, pesquisa e extensão no exterior, tendo em vista que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia sempre ocorreu no âmbito da cooperação internacional.

Em 2016 iniciou-se também o processo para a abertura do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) tendo sua primeira turma no ano de 2017, além da retomada da oferta de cursos concomitantes / subsequentes, o que não acontecia há muitos anos, sendo dois cursos novos, um em administração e outro em eletrônica, ambos noturnos para atender à classe trabalhadora da região.

Como ações afirmativas, metade das vagas oferecidas por meio do SISU são destinadas a candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos da rede pública de ensino, conforme categorias de renda familiar *per capita* estabelecida na Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012), sendo parte destas vagas destinadas a pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e por pessoas com deficiência, seguindo esta mesma legislação como ação afirmativa para o ensino de nível médio.

A seguir apresenta-se a evolução da relação candidato x vaga nos cursos oferecidos durante o período de 2008 a 2016 no IFSP câmpus Sertãozinho.

4.1.1 Relação candidato-vaga nos cursos oferecidos

A evolução da relação candidato/vaga constata o bom interesse pelos cursos regulares oferecidos pelo campus Sertãozinho, conforme pode ser observada no Quadro 8. A partir de 2010, os critérios de seleção para os cursos da modalidade EJA foram alterados para seleção por aspectos socioeconômicos dos candidatos, com o objetivo de reduzir a evasão neste curso devido ao número elevado de indivíduos com segundo grau completo que se

inscreviam no processo seletivo. A premissa para o ingresso neste tipo de modalidade é o atendimento prioritário àqueles indivíduos maiores de 18 anos, com ensino fundamental completo e segundo grau incompleto, além da condição socioeconômica desfavorável. Já com relação aos cursos superiores, ocorreu a oferta de 50% das vagas de 2011 já por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), e a parcela restante ainda por vestibular interno. A adesão ao SISU²³ oportunizou o oferecimento dos cursos a nível nacional.

Ao observar a Tabela 6, percebe-se que os cursos mais procurados no IFSP câmpus Sertãozinho são os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Engenharia Mecânica no nível superior. Com o propósito de aumentar a eficiência do câmpus articulada à procura, o curso de Tecnologia em Automação Industrial foi substituído pelo curso de Engenharia Elétrica a partir de 2017, sendo que não há oferta de cursos de Engenharia Elétrica na rede pública da região, atendendo ao previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional. Uma observação a ser feita é que, por ter um perfil diferenciado, não será considerado para as análises deste trabalho o curso de formação pedagógica para docentes da educação profissional do ensino médio (este curso do IFSP-SRT concede habilidade e diploma de licenciatura a profissionais e docentes que já possuem graduação e pretendem obter o título de licenciatura em sua área para ministrar aulas no ensino médio da educação básica).

Tabela 6 - Relação candidato/vaga – período de 2008 a 2016

Cursos	Relação Candidato x Vaga								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Tecnologia em Autom. Industrial	18,50	6,25	17,0 5	7,75	21,85	20,83	22,70	18,78	18,88
Tecnologia em Fabric. Mecânica	3,28	1,78	8,15	7,33	19,33	-	-	-	-
Licenciatura em Química	-	1,28	9,53	2,33	15,70	15,85	13,70	12,58	13,33
Tecnologia em GRH	-	-	-	12,0 0	42,43	43,68	45,70	47,33	51,90
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	46,85	45,95	45,58	45,33

Continua...

²³ O SISU é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. Podem fazer inscrição no SISU estudantes que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obteve nota na redação diferente de zero, não tenham menos de 18 anos até o primeiro dia de realização do exame e que ainda não tenham concluído o ensino médio (conteúdo disponível em www.sisu.mec.gov.br).

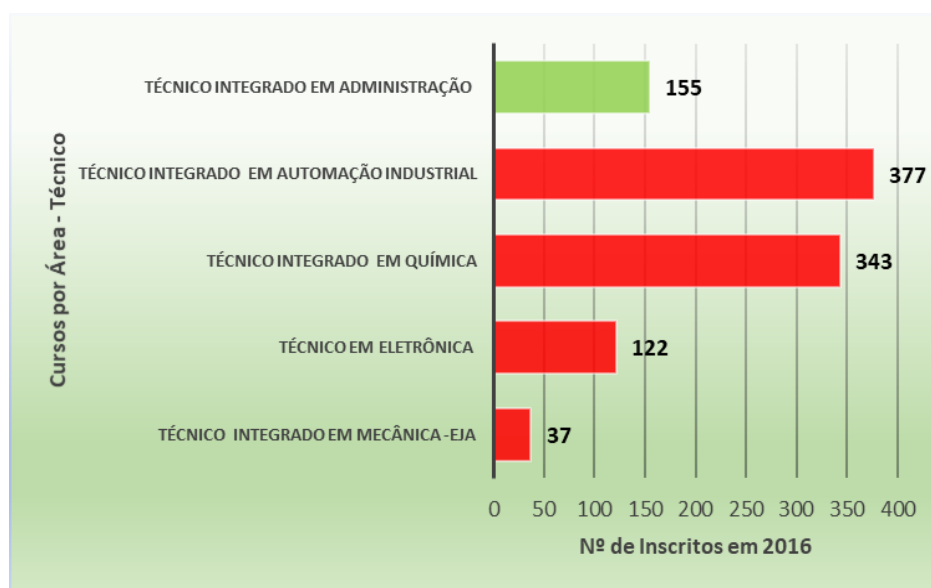
Tabela 6 - Relação Candidato/Vaga – Período de 2008 a 2016 – *continuação*

Cursos	Relação Candidato x Vaga								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Técnico Integr. em Autom. Indl.	3,98	2,68	3,45	5,33	4,05	4,60	4,80	3,65	9,43
Técnico Integr. em Mecânica – EJA	4,68	1,55	2,25	1,15	0,85	1,05	1,08	0,55	0,93
Técnico Integr. em Química	2,78	1,70	3,63	5,18	3,70	4,33	3,98	4,68	8,58
Técnico Integr. em Gestão Empres.-EJA	3,20	1,40	3,23	-	-	-	-	-	-
Técnico Integrado em Administração – EJA	-	-	-	1,08	-	-	-	-	-
Técnico Integr. em Administração (concom.)	-	-	-	-	-	-	-	-	3,88
Técnico em Eletrônica	-	-	-	-	-	-	-	-	3,05
Técnico em Eletrônica SEESP/IFSP	-	-	-	-	-	-	1,50	-	-
Total	5,53	2,18	6,29	5,27	13,68	18,06	14,46	16,86	15,67

Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram retirados dos Relatórios de Gestão do IFSP dos anos 2008 a 2016 disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>

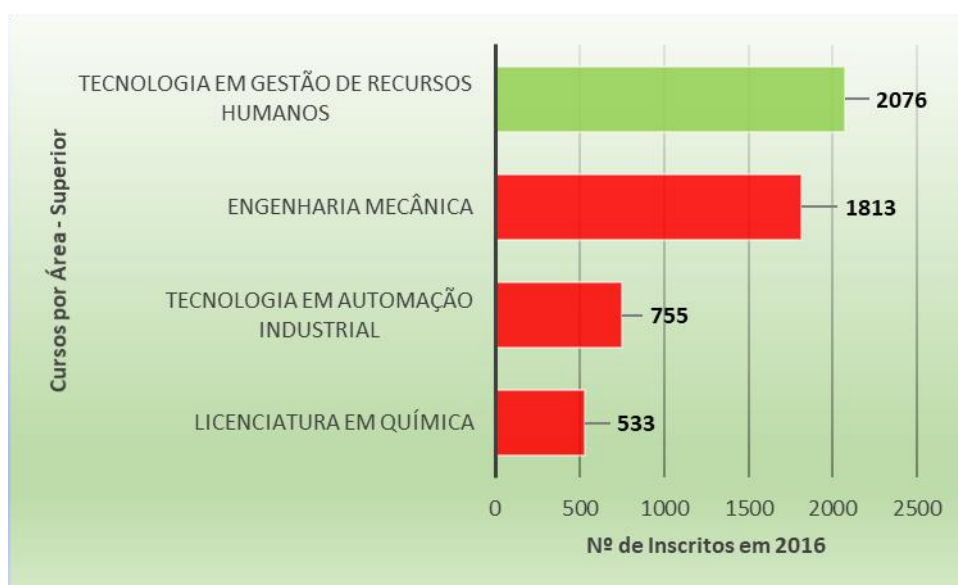
Vale ressaltar que as vagas dos cursos superiores por meio do SISU, são preenchidas, geralmente, após a terceira chamada, atingindo a 5ª chamada no ano de 2016.

Pelo número de inscritos nos cursos em 2016, conforme indicado nos gráficos 1 e 2, é possível verificar que a área de exatas lidera o IFSP câmpus Sertãozinho, ou seja, a maioria dos alunos do câmpus são da área de exatas, com apenas dois cursos oferecidos na área de humanas. Pode ser observada também uma discrepância entre a procura nas vagas dos cursos de nível médio e superior. Isso pode ser compreendido pela concorrência que os cursos de nível médio possuem com outras escolas do estado na região e pelo fato dos cursos serem ofertados no período vespertino, sendo mais procurado por estudantes que residem na cidade e que não trabalham, pelo menos em período integral.

Gráfico 1 - Número de inscritos por curso técnico no ano de 2016 – IFSP-SRT

Legenda: ■ Área de Humanas ■ Área de Exatas

Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram retirados dos Relatórios de Gestão do IFSP dos anos 2008 a 2016 disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>

Gráfico 2 – Número de inscritos por curso superior no ano de 2016 – IFSP-SRT

Legenda: ■ Área de Humanas ■ Área de Exatas

Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram retirados dos Relatórios de Gestão do IFSP dos anos 2008 a 2016 disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>

Os dados aqui apresentados demonstram a evolução crescente da relação candidato x vaga nos cursos oferecidos pelo IFSP câmpus Sertãozinho, o que demonstra o aumento da visibilidade desta instituição pela comunidade discente. Na próxima subseção será apresentada a evolução do público discente no IFSP-SRT.

4.1.2 Evolução do público discente no IFSP-SRT

Outro importante aspecto analisado quanto ao público ingressante do câmpus Sertãozinho do IFSP diz respeito à evolução do número de alunos no período analisado de 2008 a 2016, a fim de verificar as características de crescimento do câmpus. A Tabela 7 demonstra a evolução percentual do número de alunos ao decorrer dos anos, mostrando um público crescente, apesar de alguns períodos de decréscimo nos anos de 2013 e 2015:

Tabela 7 - Evolução do nº de alunos no IFSP-SRT de 2008 a 2016

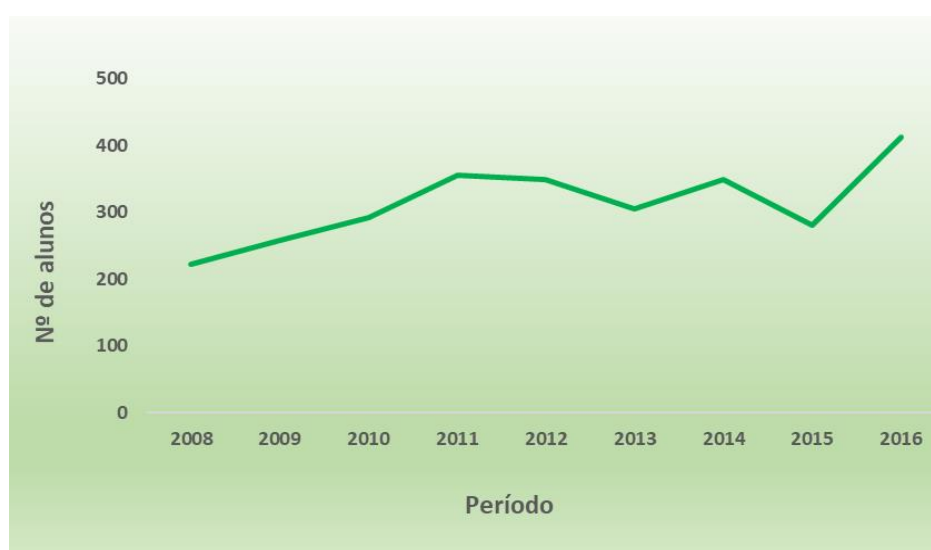
	Público Ingressante	Evol. Públ. Ingressante
2008	222	-
2009	259	17%
2010	292	13%
2011	355	22%
2012	350	-1%
2013	306	-13%
2014	350	14%
2015	281	-20%
2016	412	47%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Registros Escolares do IFSP-SRT e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

O alto decréscimo do número de alunos ingressantes no ano de 2015 se explica principalmente pelo encerramento da parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o IFSP-SRT para oferecimento do curso técnico integrado em Eletrônica, o que implicou na diminuição direta de cerca de 40 alunos em 2015 e 120 alunos se fosse considerado o curso todo, conforme consta em relatório de gestão do IFSP. Para sanar este problema a gestão acadêmica do câmpus trabalhou para a oferta de um curso próprio em eletrônica, que passou a ser oferecido a partir o segundo semestre de 2016, na modalidade concomitante/subsequente.

O gráfico 3 demonstra visualmente a tendência positiva de crescimento deste público, o que significa que a instituição vem crescendo ao longo dos anos, se afirmando como instituição de ensino de qualidade na cidade e região e aprimorando a utilização de sua estrutura e espaço físico.

Gráfico 3 - Evolução do nº de alunos no IFSP-SRT de 2008 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Registros Escolares do IFSP-SRT e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

4.2 Pesquisa de campo

Esta subseção mostra como se estabeleceu a construção dos instrumentos de pesquisa, aplicação, tabulação e análise dos dados utilizados neste trabalho.

Num primeiro momento, buscando-se verificar o perfil dos estudantes, foram realizadas análises documentais se utilizando de fontes primárias como documentos institucionais, projetos pedagógicos de cursos, PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, relatórios de dados obtidos no setor de registros escolares do câmpus e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu, especialmente a fim de detectar dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos, tais como: composição por gênero, faixa etária e perfil étnico-racial da comunidade discente; abrangência regional do campus (origem de domicílio dos estudantes ingressantes); dados sobre origem escolar pretérita; dados sobre renda familiar e dados de evasão.

Porém, a percepção dos alunos sobre os aspectos motivadores de evasão não consta nas fontes pesquisadas, e, portanto, houve a opção por realizar uma pesquisa com estudantes em curso através da aplicação de questionários. A ideia original seria uma pesquisa com estudantes evadidos, porém, devido ao curto espaço de tempo, isso não foi possível.

Para seleção do recorte da pesquisa a ser realizada com os estudantes em curso, foi pensado, primeiramente, em considerar os cursos que tinham levantamentos de maior e menor índices de evasão, considerando-se os dois níveis de ensino, médio e superior, em cada caso. Sob esta análise chegou-se aos cursos: Técnico em Química Integrado, e Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos com menores índices de evasão no câmpus, porém, o curso de Engenharia Mecânica possuía praticamente os mesmos índices do curso Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos e, por isso, foi incluído no recorte. Como cursos de maiores índices de evasão encontravam-se o curso Técnico em Mecânica modalidade EJA e o curso de Licenciatura em Química. Com a finalidade de se obter dados de pesquisa com um curso de cada modalidade, foi incluído para pesquisa o curso Técnico em Administração na modalidade concomitante/subsequente (Quadro 3):

Quadro 3 - Cursos pesquisados e suas modalidades

Nível	Curso	Modalidade
Ensino superior	Engenharia Mecânica	Bacharelado
	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Tecnólogo
	Licenciatura em Química	Licenciatura
Ensino técnico de nível médio	Técnico em Química	Técnico Integrado
	Técnico em Administração	Técnico Concomitante / Subsequente
	Técnico em Mecânica	EJA

Fonte: Elaborado pela autora em consenso com a Direção do câmpus

Após a escolha do recorte, para se chegar a estes sujeitos foram elaborados dois modelos de questionários, um específico para os estudantes de nível médio e outro específico para estudantes do nível superior (Apêndices A e B), os quais foram baseados em literatura existente contemplando estudos sobre evasão através de consulta ao público discente, apresentando suas variáveis e resultados obtidos sobre quais aspectos o público discente

consegue avaliar a eficácia de sua permanência: fatores de ingresso, dificuldades ao iniciar o curso, satisfação com o corpo docente, aulas, avaliações, dificuldades pessoais, estrutura institucional e trabalho da gestão. As referências bibliográficas para a elaboração dos questionários consideram os trabalhos de Fredenhagen (2014) que estudou a evasão no Instituto Federal de Brasília, Matta (2016) que realizou análise dos fatores envolvidos na evasão escolar dos cursos técnicos do IF Sudeste MG do câmpus Santos Dumont, Narciso (2015) que também efetuou análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos, analisando os aspectos de exclusão, Souza (2014) que realizou um estudo de caso sobre permanência e evasão em uma instituição de ensino profissional e Watakabe (2005) que estudou a evasão de alunos cotistas na educação profissional. As análises destes trabalhos direcionaram a construção das questões a serem apresentadas aos alunos através dos questionários.

Os questionários contavam com 23 questões, sendo 17 questões fechadas, mesclando questões de múltipla escolha ou de indicação de níveis e 6 questões totalmente abertas.

Com os questionários elaborados houve solicitação formal à gestão do IFSP câmpus Sertãozinho para aplicação do questionário nas turmas em horários de aula de professores, que contou com a aprovação da Diretoria Geral, da Diretoria Adjunta Acadêmica e do Diretor de Ensino, conforme memorando constante no Apêndice E.

Os questionários foram aplicados durante o período de 23 de outubro de 2017 a 01 de novembro de 2017, durante os períodos matutino, vespertino e noturno conforme a disponibilidade de horário da turma, minha disponibilidade para cumprir todas as turmas do recorte e da disponibilidade de cessão de horários de aulas pelos professores²⁴.

Uma observação a ser feita é que, por falta de tempo hábil devido a alterações nos objetivos do trabalho durante a etapa de qualificação, esta pesquisa abrangeu somente

²⁴ Agradeço ao IFSP e, em especial a toda a comunidade do IFSP câmpus Sertãozinho nas pessoas do Diretor Geral Prof. Eduardo André Mossin, da Diretora Adjunta Acadêmica, Profa. Amanda Ribeiro Vieira e Diretor de Ensino Prof. Rodrigo Palucci Pantoni, por terem me oportunizado e contribuído para a efetivação desta pesquisa neste câmpus. Agradeço também aos coordenadores Antônio Carlos de Souza, Fernando Silva Teruel, Geraldo Magela de Souza, Keila Angelica Peron, Luciana Sartori Murari Quevedo e Plínio Alexandre dos Santos Caetano, pela gentileza e compreensão da necessidade de aplicação da pesquisa nos cursos. E, por fim, agradeço aos professores Antônio Carlos de Souza, Elaine Aparecida Gumiero, Fabiana Alexandre Ferreira, Julio Tadashi Tanaka, Lilian Pereira de Carvalho, Luciana Sartori Murari Quevedo, Luis Ricardo de Figueiredo, Patricia Aparecida Pinheiro, Paula Garcia da Costa Petean, Paulo Donato Frighetto, Paulo Sérgio Adami, Plínio Alexandre dos Santos Caetano, Rubens Francisco Ventrici de Souza, Sidney de Aquino Neto e Wagner Luís Massarotto pela gentil cessão de espaço de suas aulas para aplicação dos questionários da pesquisa. Agradeço também aos professores Flávio Tambellini, Rafael Madureira dos Anjos e Renata Filpack que também se prontificaram a ceder espaço de suas aulas, porém, não utilizados, devido a opções feitas em função da conciliação de meus horários com os das turmas a serem pesquisadas.

amostras de alunos ainda em curso, não sendo possível o acesso ao público egresso, evadidos e docentes, como objetivava o início do trabalho.

Foi aplicado um total de 407 questionários a estudantes atingindo: 115 alunos estudantes do Curso Técnico em Química modalidade Integrado, 33 estudantes do Curso Técnico em Administração modalidade concomitante/subsequente, 25 estudantes do Curso Técnico em Mecânica modalidade EJA, 81 estudantes do Curso de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, 39 estudantes do curso de Licenciatura em Química e 114 estudantes do Curso de Engenharia Mecânica.

Durante a aplicação dos questionários os alunos foram informados sobre o teor da pesquisa e orientados de que os questionários deveriam ser depositados diretamente pelos alunos em uma caixa disposta no canto da sala, evitando que fossem manuseados em algum momento (após o preenchimento) pela aplicadora ou professor presente, e deveriam estar sem indicação do nome do respondente. Estas duas estratégias visavam a preservação do anonimato e a privacidade dos respondentes. Além disso, foi explicado que a participação era voluntária e não obrigatória, podendo haver a entrega dos questionários sem preenchimento. Porém, os alunos se mostraram muito dispostos a colaborar com o tema, inclusive com a indicação de adoção deste instrumento “pesquisa com alunos” como uma sugestão para melhoria da ação da gestão da instituição. O resultado da aplicação foi positivo e não houve entrega de nenhum questionário totalmente sem preenchimento (somente alguns poucos com algumas respostas em branco).

Após a etapa de aplicação, os dados das respostas dos questionários foram tabulados e analisados, e constituem o conteúdo da seção 6 desta dissertação.

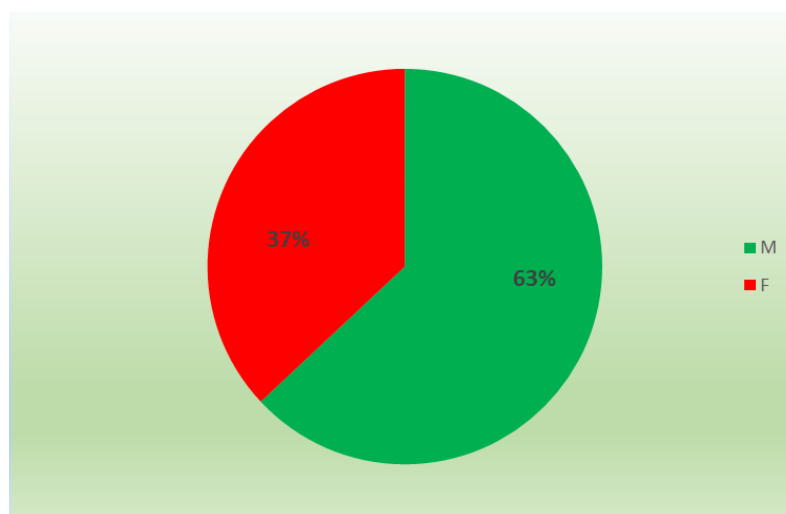
4.3 Perfil socioeconômico dos estudantes do IFSP-SRT

Nesta subseção busca-se identificar o perfil da comunidade discente do IFSP câmpus Sertãozinho. Está subdividida em seis subseções e apresenta dados importantes para a sequência do argumento desta pesquisa. Tem o objetivo de demonstrar as principais características do público discente do IFSP-SRT quanto a questões de gênero, faixa etária, relações étnico-raciais, abrangência regional, origem escolar pretérita e alguns dados sobre renda.

4.3.1 Gênero: o público feminino no IFSP-SRT

A importante ascensão do movimento feminista no século XXI nos remete a verificar como se enquadra a participação feminina no IFSP câmpus Sertãozinho. De acordo com os dados pesquisados do público discente ingressante no IFSP-SRT dos anos de 2008 a 2016, constatou-se que a participação feminina no câmpus ainda é bem baixa. A média de discentes do gênero feminino entre 2008 e 2016 representou somente 37% do público total, conforme indicado no Gráfico 4. Em uma análise mais recente, do ano de 2016, o público feminino representou somente 36% do público discente, evidenciando um público predominantemente masculino no IFSP-SRT, apesar da participação feminina ter tido um momento de evolução nos anos de 2010 e 2011, mas se manteve praticamente estável em representatividade até 2016, estando em 2016 no mesmo patamar de 2008.

Gráfico 4 - Composição do público ingressante do IFSP-SRT



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

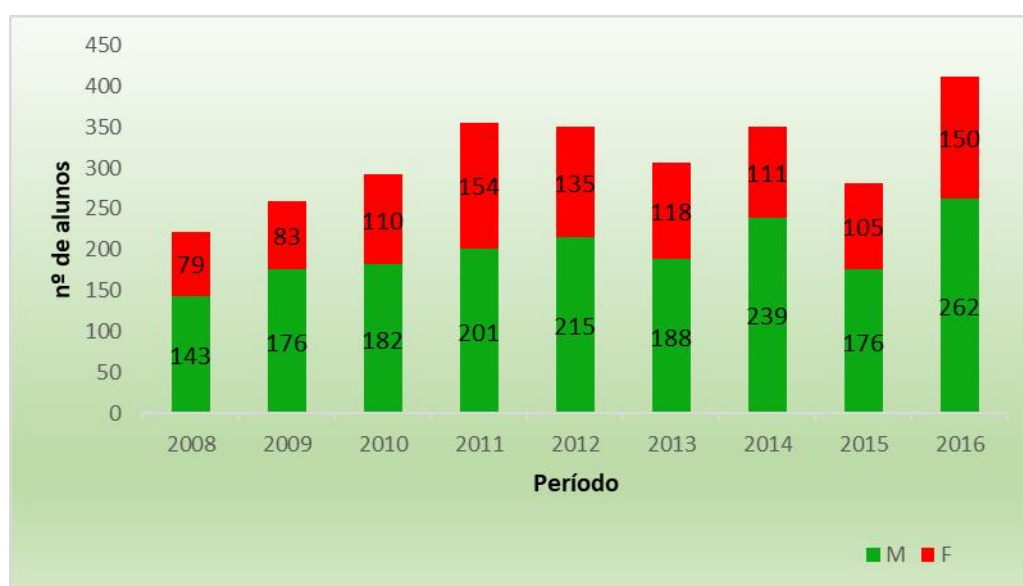
A Tabela 8 demonstra como se comportou a evolução do público feminino no IFSP-SRT no período analisado de 2008 a 2016:

Tabela 8 - Evolução do público feminino em número de 2008 a 2016

	M	F	% Mulheres	Evol. Públ. F
2008	143	79	36%	-
2009	176	83	32%	-4%
2010	182	110	38%	6%
2011	201	154	43%	6%
2012	215	135	39%	-5%
2013	188	118	39%	0%
2014	239	111	32%	-7%
2015	176	105	37%	6%
2016	262	150	36%	-1%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017.

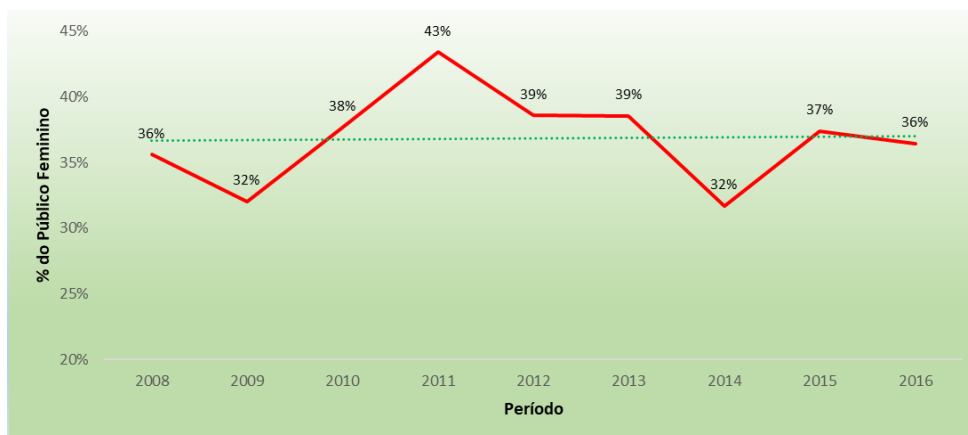
A divisão entre os gêneros ao longo dos anos pode ser melhor visualizada no Gráfico 5:

Gráfico 5 - Composição do público ingressante do IFSP-SRT por gênero

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

O Gráfico 6 demonstra que, apesar de ser instável o comportamento da participação feminina no câmpus, com períodos de crescimento, mas também de declínios, a linha de tendência se apresenta de forma estável, não demonstrando uma tendência de crescimento do público feminino no câmpus durante os últimos anos:

Gráfico 6 – Número de mulheres na composição do corpo discente – IFSP/SRT – 2008 a 2016 (em %)



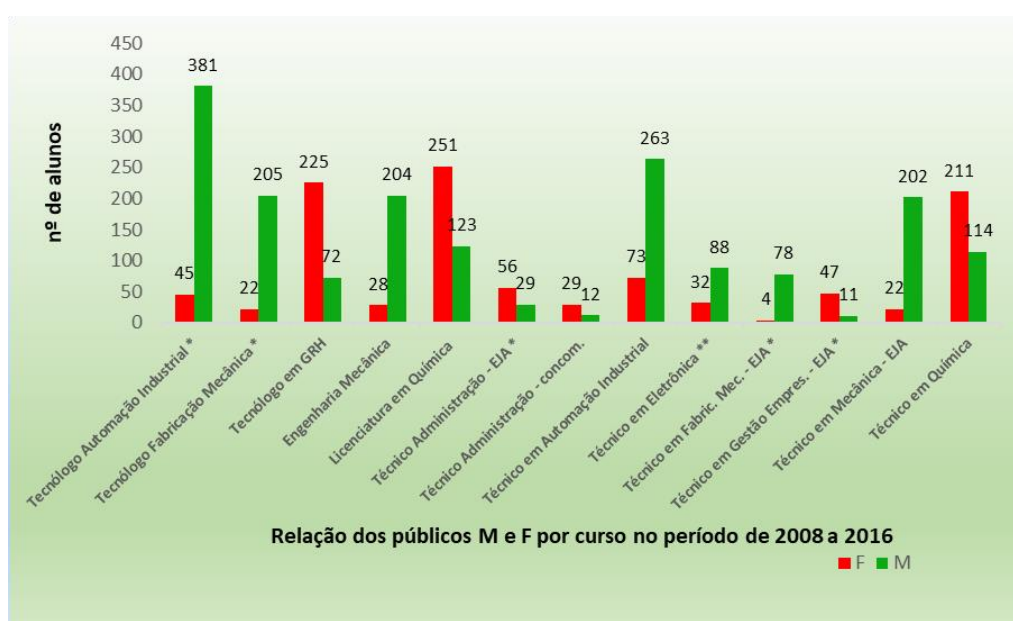
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Ao analisar a divisão dos discentes femininos pelos cursos oferecidos pelo IFSP-SRT (Gráfico 7), constatou-se que a grande procura do público feminino é pelos três cursos oferecidos na área de ciências humanas no período analisado (Gestão de Recursos Humanos, Técnico em Administração e Gestão Empresarial). Com relação à área de ciências exatas, a grande procura feminina se apresenta pelos cursos da área de Química, tanto na modalidade técnica quanto na licenciatura, sendo o restante dos cursos da área de exatas predominantemente masculinos. Isso pode ser explicado pelo grande preconceito de gênero que ainda prevalece na sociedade, ao considerar que tais cursos devam ser frequentados por homens apenas, seguindo uma cultura tradicional e políticas públicas que, apesar de considerar que as mulheres devam participar da economia, não garantem de modo adequado a disponibilidade de vagas em certas áreas que são consideradas de propriedade masculina (LAMAS, 1996). Vale ressaltar aqui que o curso técnico em Gestão Empresarial na modalidade EJA foi oferecido somente nos anos de 2008 e 2009, sendo substituído pelo curso técnico em Administração na modalidade EJA nos anos de 2010 e 2011, não sendo oferecido nenhum curso técnico na área de ciências humanas até 2016 quando retorna o oferecimento do curso técnico em Administração, porém, não mais na modalidade EJA e sim na modalidade concomitante/subsequente, o que pode contribuir para a retomada do aumento do público feminino no IFSP-SRT. De 2011 em diante foi oferecido o curso superior de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos e a partir de 2012 tem início o curso superior em Licenciatura em Química, ambos predominantemente femininos. Em 2017 tem início o curso

de Licenciatura em Letras, o que poderá também contribuir para a ampliação do público feminino. Por outro lado, o curso de Tecnologia em Automação Industrial (superior) foi substituído pelo curso de Engenharia Elétrica, podendo fomentar ainda mais o público masculino também a partir de 2017, devido à tradição cultural.

Esse estudo demonstra que há muito o que se trabalhar ainda para romper preconceitos tradicionais que ainda imperam na sociedade, haja vista a baixa participação do público feminino nos cursos oferecidos no IFSP-SRT.

Gráfico 7 - Divisão do público discente por gênero e curso no IFSP-SRT

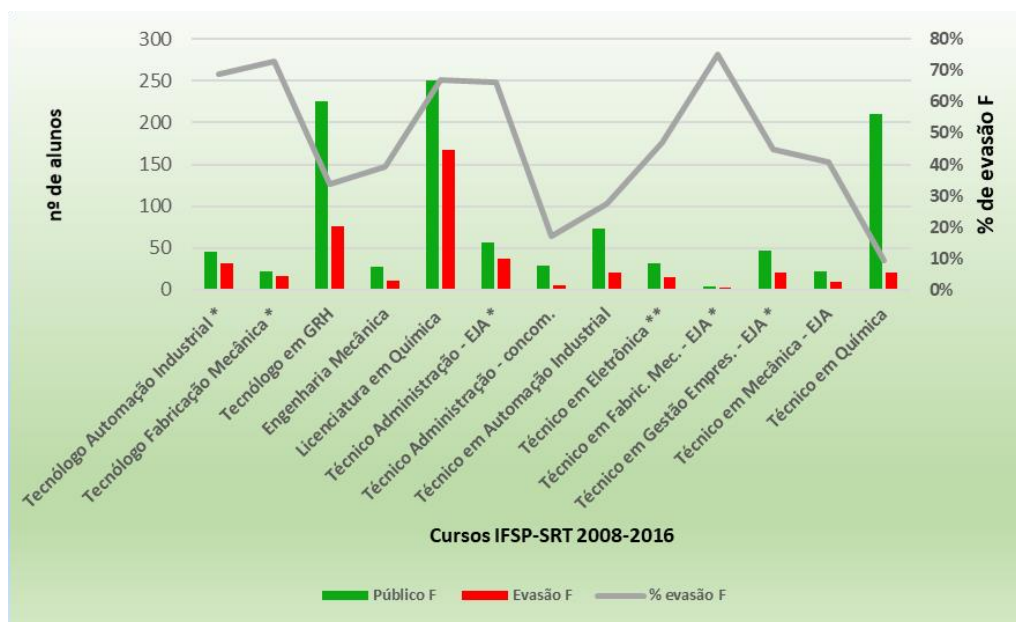


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Um outro aspecto analisado quanto ao público feminino diz respeito à evasão. Dados demonstram que, apesar do público feminino ser bem inferior ao público masculino em termos quantitativos, a evasão deste público também é alta, acompanhando os aspectos de interesse desse público, sendo os maiores índices de evasão do público feminino nos cursos de exatas (Gráfico 8). Nos cursos da área de ciências humanas oferecidos até 2011 na modalidade EJA, apesar da procura por este público ser alta, a evasão também era significativa. Aparecem como exceções com relação a cursos da área de exatas o curso Técnico em Química e o curso de Licenciatura em Química, os quais têm a maior procura pelo público feminino. Porém, com relação a evasão, o curso técnico de ensino médio na área de Química possui o menor índice de evasão do câmpus, enquanto que o curso de

Licenciatura em Química representa altos índices de evasão, o que será tratado nas seções 5 e 6. Merecem destaque também para efeito de evasão do público feminino os cursos Técnico em Automação Industrial (nível médio) e Engenharia Mecânica, onde, apesar de não terem um público feminino representativo, deste público poucos evadem.

Gráfico 8 - Evasão feminina por cursos no IFSP-SRT

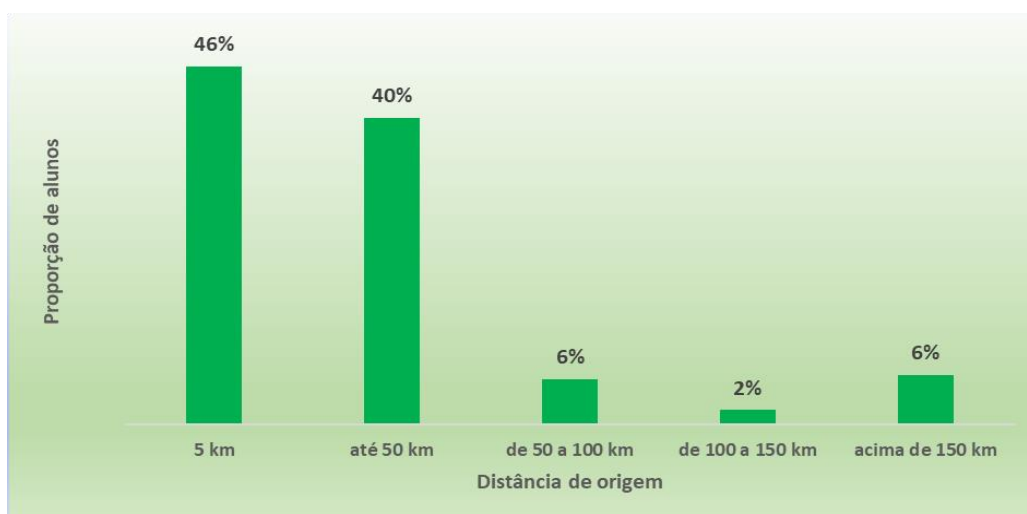


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

4.3.2 Abrangência regional

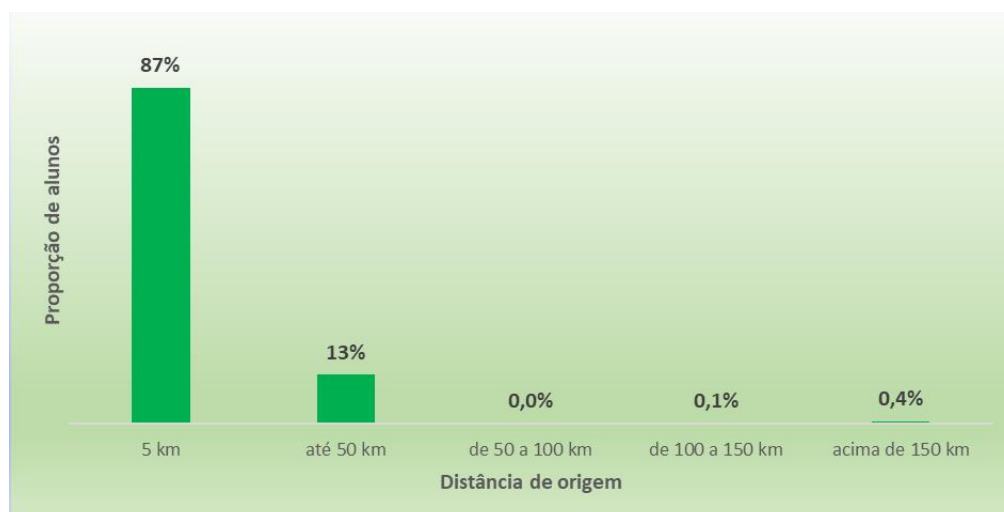
Com relação à abrangência regional do IFSP câmpus Sertãozinho, observa-se que ele está atuando principalmente em seu local de origem, ou seja, a cidade de Sertãozinho e região, apesar de uma pequena parcela de seus alunos advirem de cidades de outras regiões administrativas e de outros estados. Esta pesquisa se revela importante uma vez que uma parcela alta de alunos advindos de regiões acima de 50km, necessitaria, prioritariamente de investimentos do câmpus em auxílio moradia. Os gráficos 9 e 10 demonstram a distribuição do público ingresso no câmpus Sertãozinho, por residência de origem, durante o período analisado de 2008 a 2016, dos cursos superiores e técnicos respectivamente:

Gráfico 9 - Distribuição de alunos ingressantes nos cursos superiores por cidade de origem – 2008 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017.

Gráfico 10 - Distribuição de alunos ingressantes nos cursos de nível médio por cidade de origem – 2008 a 2016



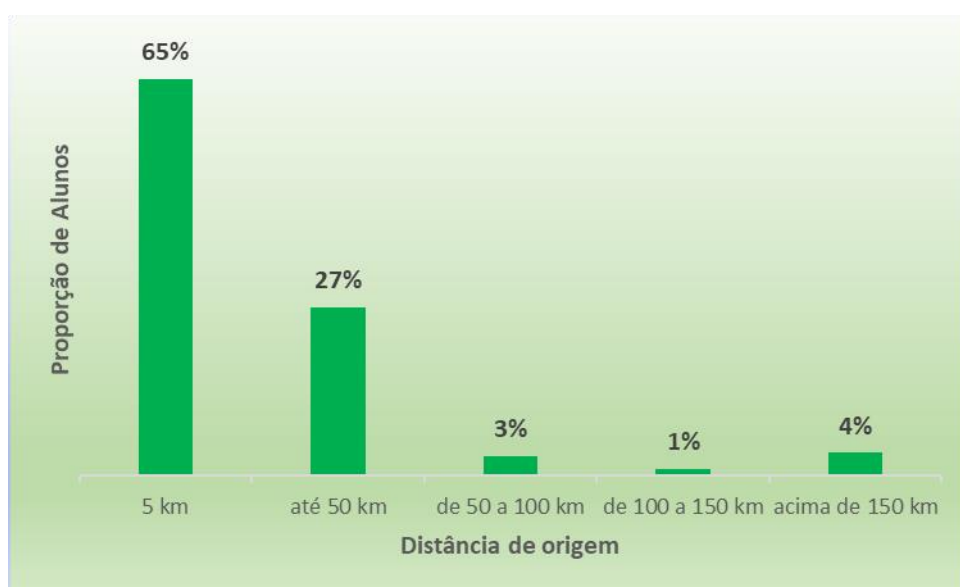
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Os gráficos demonstram que a maioria dos alunos ingressantes tanto de nível superior como de nível técnico reside na cidade de Sertãozinho. Porém, analisando-se o curso superior, observa-se que a maioria desses alunos se divide entre residentes em Sertãozinho e residentes em municípios localizados num raio de 50 km apenas. Com relação ao curso

técnico, essa maioria é residente na cidade de Sertãozinho. Esses fatores se explicam devido ao oferecimento de cursos superiores, através do SISU e oferecidos a nível nacional e, principalmente, pelo fato de Sertãozinho ser a única escola pública a oferecer curso de Engenharia Mecânica na região. Apesar disso, conforme já mencionado, desde 2011 o IFSP conta com o PAE – Programa de Auxílio Estudantil, aprovado pela Resolução N° 351 de 10 de junho de 2011 (Anexo C), o qual contempla verba para auxílio moradia, dentre outras.

O gráfico 11 analisa a abrangência regional do IFSP-SRT levando-se em consideração os alunos ingressantes de 2008 a 2016, sem considerar os níveis de escolaridade:

Gráfico 11 - Distribuição de alunos ingressantes no IFSP-SRT por residência de origem – 2008 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

4.3.3 Faixa etária

Uma análise da faixa etária dos alunos ingressantes nos cursos superiores do IFSP-SRT demonstra que vem crescendo a procura de estudantes mais jovens pelos cursos oferecidos. Pela Tabela 9 percebe-se que houve aumento ao longo dos anos de alunos ingressos na faixa etária de 16 a 19 anos. Os estudantes ingressos nos cursos superiores são jovens, sendo que há uma média de 55% dos estudantes na faixa etária até 23 anos, 35% na faixa de 24 a 35 anos e 10% na faixa acima de 35 anos. Vale ressaltar que a faixa etária

mínima de ingressantes situa-se na faixa dos 16 anos, porém a maioria desses ingressa aos 17 anos, e a faixa etária máxima desses ingressantes é de 63 anos.

Tabela 9 - Agrupamento por idade dos alunos ingressantes nos cursos superiores do IFSP-SRT entre 2008 e 2016

Cursos Superiores – Agrupamento por idade - 2008 a 2016 (%)						
	16 a 19 anos	20 a 23 anos	24 a 27 anos	28 a 31 anos	32 a 35 anos	Acima de 35 anos
2008	20%	27%	20%	13%	11%	8%
2009	26%	29%	11%	15%	7%	12%
2010	28%	23%	23%	6%	8%	11%
2011	29%	25%	18%	15%	4%	10%
2012	37%	25%	17%	10%	5%	6%
2013	36%	25%	15%	9%	3%	13%
2014	32%	17%	19%	17%	7%	8%
2015	37%	21%	18%	8%	8%	8%
2016	34%	21%	13%	14%	5%	13%
Média	31%	24%	17%	12%	6%	10%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Agrupando a faixa etária dos alunos ingressantes pelos cursos oferecidos nota-se que os cursos de Engenharia Mecânica e Licenciatura em Química concentram uma quantidade maior de jovens na faixa etária de 16 a 19 anos, se comparados com os cursos de Tecnólogos. Uma explicação para isso pode ser dada através de Carvalho (2008), que declara que “os cursos de Graduação Tecnológica não são uma novidade da última década”. A autorização para ministrar e organizar cursos de curta duração como os de Tecnólogo datam de 1969, a partir do Decreto-Lei 547/69 (BRASIL, 1969) instituído a partir da Lei Federal 5540/68 (BRASIL, 1968) de implantação da Reforma Universitária, a qual permitiu a “criação de cursos profissionais com duração e modalidades diferentes para atender as diversas realidades do mundo do trabalho” (CARVALHO, 2008), vinculados aos acordos assinados entre governo brasileiro e USAID (United States Aid International Development) os quais tinham a intenção de aumentar as matrículas nos cursos técnicos promovendo “uma formação de mão-de-obra acelerada nos moldes exigidos pela divisão internacional do trabalho” (CARVALHO, 2008). Porém, a criação dessas modalidades de cursos teve significativo aumento a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), por meio do Decreto 2208/97, quando se intensificaram as políticas sociais e econômicas de cunho neoliberal no país, objetivando a oferta imediata de profissionais qualificados no

mercado, em áreas de conhecimento e tecnologia aplicadas, e se constituía como um complemento ou suprimento dos estudos para o público estudante. O processo de globalização do capital obriga o sistema educacional e os trabalhadores a se adequarem ao novo perfil demandado pelo mercado.

O público mais jovem, portanto, se concentra nos cursos de Engenharia Mecânica e Licenciatura em Química e a concentração do público mais velho se encontra nos cursos de Tecnólogo em Automação Industrial e Tecnólogo em Fabricação Mecânica, oferecidos desde 2008 no IFSP-SRT e Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, oferecido a partir de 2011, como mostra a Tabela 10 abaixo:

Tabela 10 - Agrupamento por idade e curso referente aos alunos ingressantes nos cursos superiores do IFSP-SRT entre 2008 e 2016

Cursos Superiores – Agrupamento por idade e curso de 2008 a 2016 (%)							
	Qtde de alunos	16 a 19 anos	20 a 23 anos	24 a 27 anos	28 a 31 anos	32 a 35 anos	Acima de 35 anos
Tecnolog. em Autom. Indl	426	28%	22%	18%	13%	8%	11%
Tecnolog. Fabric. Mecânica	227	22%	32%	18%	11%	7%	11%
Tecnolog. GRH	297	27%	24%	21%	13%	5%	11%
Engenharia Mecânica	232	40%	19%	13%	13%	6%	9%
Licenciatura em Química	374	41%	22%	14%	10%	4%	8%
Total de alunos				1556			
Faixa etária média		32%	24%	17%	12%	6%	10%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017.

Com relação aos alunos ingressantes nos cursos técnicos oferecidos pelo IFSP-SRT, agrupando as faixas etárias ao longo dos anos, conforme indica a Tabela 11, observa-se que as faixas etárias destes cursos se situam entre os 14 a 16 anos nos cursos técnicos e a faixa é aumentada para os cursos na modalidade EJA, onde a maioria ingressa acima dos 20 anos de idade. Conforme a tabela abaixo, nota-se um substancial aumento do público de 14 a 16 anos de 2012 a 2015 em relação aos anos anteriores, explicado pelo oferecimento de mais cursos técnicos do que cursos na modalidade EJA neste período.

Tabela 11 - Agrupamento por idade dos alunos ingressantes nos cursos técnicos do IFSP-SRT entre 2008 e 2016

Cursos Técnicos – Agrupamento por idade - 2008 a 2016 (%)						
	14 anos	15 anos	16 anos	17 a 20 anos	Acima de 20 anos	Acima de 30 anos
2008	3%	24%	17%	19%	21%	16%
2009	2%	32%	11%	16%	21%	17%
2010	4%	26%	7%	17%	34%	12%
2011	3%	23%	8%	16%	30%	19%
2012	4%	48%	23%	7%	11%	7%
2013	8%	49%	20%	3%	14%	7%
2014	5%	49%	17%	9%	13%	7%
2015	5%	65%	6%	6%	12%	6%
2016	2%	34%	12%	8%	28%	15%
Média	4%	39%	14%	11%	20%	12%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Ao se observar a Tabela 12 abaixo, percebe-se claramente que os estudantes mais jovens se situam nos cursos técnicos e os estudantes mais velhos nos cursos da modalidade EJA, como já era esperado.

Tabela 12 - Agrupamento por idade e curso referente aos alunos ingressantes nos cursos técnicos do IFSP-SRT entre 2008 e 2016

Cursos Técnicos – Agrupamento por idade e curso de 2008 a 2016 (%)							
	Qtde de alunos	14 anos	15 anos	16 anos	17 a 20 anos	Acima de 20 anos	Acima de 30 anos
Administração – EJA*	82	0%	0%	0%	21%	51%	28%
Administração – concom.	41	0%	0%	0%	17%	49%	34%
Automação Industrial	336	7%	63%	23%	6%	0%	1%
Eletrônica**	120	3%	41%	17%	13%	13%	15%
Fabricação Mecânica - EJA	82	0%	0%	0%	20%	59%	22%
Gestão Empresarial – EJA *	58	0%	0%	0%	34%	43%	22%
Mecânica - EJA	243	0%	0%	0%	17%	54%	29%
Química	325	7%	65%	20%	5%	2%	2%
Total de alunos				1287			
Faixa etária média		2%	21%	8%	16%	34%	19%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

* cursos extintos ou substituídos

** o curso era ofertado na modalidade subsequente em parceria com a SEESP, sendo a partir de 2016 ofertado na modalidade concomitante/subsequente, como curso regular do IFSP

A proposta pedagógica dos Institutos Federais é o oferecimento de cursos desde a educação básica até o nível superior, como forma verticalizada e auxiliada pela transversalidade. Este modelo visa proporcionar a autonomia dos educandos, além de oportunizar a continuidade de desenvolvimento aos formandos técnicos. Também proporciona oportunidade de estudo e qualificação profissional a indivíduos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino médio na idade regular e que conseguem acesso ao IF através da participação no Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, atendendo uma demanda social conforme previsto, com uma significativa parcela de ingressantes acima de 20 anos de idade, apesar da situação ter se alterado em 2016, com oferecimento de apenas um curso na modalidade EJA.

4.3.4 Perfil étnico racial

Um dado também importante a ser apresentado sobre a comunidade discente do câmpus Sertãozinho diz respeito ao perfil étnico-racial dos estudantes. Os dados apresentados na Tabela 13 se referem aos ingressantes do ano de 2016, sendo que não houve possibilidade de análise dos anos anteriores pois essa informação não era solicitada no ato da matrícula dos alunos. Os dados da Tabela 13 consideram os alunos ingressantes e que continuam em curso, ou seja, não considera os evadidos.

Os resultados da pesquisa demonstram a desigualdade social brasileira. O público ingressante no IFSP-SRT em 2016 é, em sua maioria composto por brancos, seguido dos pardos e com pequenas parcelas de pretos, indígenas e amarelos²⁵. Apesar da distribuição dos grupos étnicos pelos cursos não apresentar grandes diferenças, há de se destacar que todos os cursos do IFSP-SRT contam com a presença de pretos e de pardos. A Tabela 14 demonstra a porcentagem de evadidos por situação étnico-racial no ano de 2016, onde se observa que a evasão entre brancos é a maior, seguida dos pardos e pretos, o que era de se esperar, sendo que o público ingressante é, em sua maioria, composto por pessoas brancas, demonstrando que o acesso à escolarização ainda é deficitário para a totalidade dos grupos étnicos.

Tabela 13 - Distribuição de estudantes por etnia e raça, por curso - 2016 (em %)

		Preto	Pardo	Branco	Indígena	Amarelo	ND
Superior	Eng. Mecânica	8%	30%	62%	-	-	2%
	Lic. em Química	11%	21%	61%	-	4%	4%
	Tecnol. em Autom. Indl	21%	17%	59%	-	-	3%
	Tecnol. em GRH	6%	32%	59%	3%	-	-
Técnico	Administração	19%	41%	38%	-	-	3%
	Automação Indl.	5%	16%	55%	-	3%	21%
	Eletrônica	9%	43%	46%	-	-	3%
	Mecânica- PROEJA	13%	39%	48%	-	-	-
	Química	3%	36%	59%	-	-	3%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Tabela 14 - Número de alunos evadidos por etnia e cursos - 2016

		Preto	Pardo	Branco	Indígena	Amarelo	ND	Total
Superior	Eng. Mecânica	-	4	12	-	-	1	17
	Lic. em Química	2	9	8	-	1	1	21
	Tecnol. em Autom. Indl	2	8	10	-	-	-	20
	Tecnol. em GRH	1	1	8	-	-	-	10
Técnico	Administração	-	5	3	-	1	-	9
	Automação Indl.	-	1	1	-	-	-	2
	Eletrônica	-	2	4	-	-	-	6
	Mecânica- PROEJA	-	8	8	1	-	-	17
	Química	-	-	-	-	-	-	1
Totais	Total evadidos por raça	1	38	54	1	2	2	103
	% evadidos por raça	6%	37%	52%	1%	2%	2%	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

²⁵ Foi adotado para a pesquisa o padrão de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide a população do País em cinco grupos: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas.

Um outro dado interessante é que em alguns cursos há maior concentração da pardos e pretos se somados com relação ao número de estudantes brancos²⁶, como é o caso dos cursos de Técnico em Administração, Técnico em Eletrônica e Técnico em Mecânica-PROEJA. Em todos os outros cursos, de nível técnico médio ou de nível superior, o quantitativo de brancos supera em muito a somatória de pardos e negros, podendo-se destacar também que em todos os cursos de nível superior a concentração de brancos supera em mais de 50% a somatória de pretos e pardos, ou seja, o que demonstra o menor acesso desse público aos cursos de nível superior. Esses dados demonstram que em mais de cem anos de sua criação, a educação profissional ainda sofre preconceito de classe, não sufocando ainda a dualidade estrutural existente de tempos remotos.

Quanto aos outros grupos étnicos, o único aluno declarado indígena se encontra matriculado no curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e quanto aos que se declararam no grupo étnico amarelo, um aluno se encontra cursando Licenciatura em Química e outro cursando o Técnico em Automação Industrial, não se constituindo como parcela representativa no público do IFSP-SRT.

4.3.5 Origem escolar pretérita

Ao se verificar a origem escolar pretérita de todos os discentes ingressantes no IFSP-SRT no período de 2008 a 2016, conclui-se que a grande maioria vem de escolas públicas, como pode ser observado na Tabela 15. Quando se trata dos cursos técnicos, a grande maioria é originária da própria cidade de Sertãozinho e também advinda das escolas públicas. Acredita-se que esses alunos se interessam pelos cursos do IFSP, muitos deles não pela característica técnica, mas sim porque acreditam que os currículos oportunizarão melhor acesso a cursos superiores públicos, de qualidade e em escolas renomadas, a ser confirmado através dos resultados dessa pesquisa com o público discente.

Segundo estatísticas de *ranking* de notas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) das escolas da cidade de Sertãozinho, desde 2011, o IFSP se destaca no ranking como primeira posição com relação a escolas da rede pública, sendo a única escola da

²⁶ A etnia do aluno é definida por meio de autodeclaração realizada na ficha de matrícula, com posterior averiguação em documentos pessoais apresentados.

rede federal concorrendo com outras cinco escolas da rede estadual e alcança até a terceira posição na avaliação geral de todas as escolas, incluindo as da rede privada²⁷.

Ressalta-se aqui que talvez seja por isso que esta instituição esteja sendo atacada pelo sistema liberal. Por dois anos consecutivos (2015 e 2016) o MEC ocultou dados de desempenho dos alunos dos Institutos Federais nos resultados do ENEM, o que fez com que as escolas privadas concentrassem as médias mais altas do país conforme notícia divulgada no jornal *on line* G1.globo.com em 04/10/2016, exaltando a rede privada de ensino.²⁸ Conforme consta na reportagem, no ano de 2014, 34 institutos e centros federais estavam entre as mil escolas com médias mais altas do país, fazendo este número cair para 3 em 2015 com a ocultação dos desempenhos dessas escolas.

Quando se observa os cursos superiores, a maioria dos ingressantes também é originária de escolas públicas, com exceção do curso de Engenharia Mecânica, o qual tem bastante procura por alunos advindos de escolas da rede privada e, apesar dos ingressantes dos cursos superiores serem em sua maioria advindos de escolas da rede pública, nota-se que está havendo aumento da procura por alunos advindos da rede particular. Isso demonstra por um lado, o aumento do interesse de alunos pelos cursos superiores oferecidos pelo IFSP-SRT, que se caracterizam como cursos de qualidade em avaliações do ENADE -Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, conforme demonstra a Tabela 16. Por outro lado, sugere estar havendo uma alteração de identidade do público do IFSP-SRT, com o aumento da frequência de pessoas de classe mais privilegiada.

²⁷ Ranking das escolas disponíveis em:

- <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/mec-divulga-notas-do-enem-2011-por-escola.html>>
- <<http://infograficos.oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ranking-das-escolas-no-enem-2012.html>>
- <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2013/enem-2013-medias-por-escola.html>>
- <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/resultado-do-enem-2014-por-escola-e-divulgado-pelo-inep-veja-lista.html>>
- <<http://especiais.g1.globo.com/educacao/enem/2015/enem-2015-medias-por-escola/>>

²⁸ Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-exclui-96-dos-institutos-federais-em-divulgacao-do-enem-por-escola.ghtml>>, acesso em 14/12/2017.

Tabela 15 - Composição dos alunos ingressos originários de escolas públicas por curso – IFSP-SRT – 2008 a 2016

Cursos		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Superior	Eng. Mecânica	-	-	-	-	-	64%	52%	50%	49%
	Lic. em Química	71%	88%	66%	74%	76%	85%	77%	68%	71%
	Tecnol. em Autom. Indl	84%	65%	76%	81%	73%	79%	81%	70%	63%
	Tecnol. em Fabric.	86%	78%	83%	91%	83%	-	-	-	-
	Tecnologia em GRH	-	-	-	81%	85%	88%	84%	88%	73%
Técnico	Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	93%
	Administração - PROEJA	-	-	86%	98%	-	-	-	-	-
	Automação Indl.	96%	82%	88%	93%	90%	90%	93%	93%	95%
	Eletrônica	-	-	-	-	97%	-	100%	-	95%
	Fabric. Mecânica-	-	-	95%	95%	-	-	-	-	-
	Gestão Empresarial-	91%	94%	-	-	-	-	-	-	-
	Mecânica- PROEJA	92%	98%	-	-	91%	87%	97%	95%	95%
	Química	88%	100%	95%	93%	92%	88%	98%	95%	93%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Tabela 16 - Notas dos cursos do IFSP-SRT em avaliações do Enade

		Nota Enade	Ano de Avaliação
Superior	Engenharia Mecânica	Nenhuma turma concluída até 2016	
	Licenciatura em Química	3	2012
	Tecnologia em Automação Industrial	5	2012
	Tecnologia em Fabricação Mecânica	3	2012
	Tecnologia em Gestão de Rec. Humanos	4	2015

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos em:

-<http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/1360-alunos-do-ifsp-sao-avaliados-com-nota-maxima-no-enade.html>

-http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior-20-1/21206

4.3.6 Análise de renda

Uma análise da renda familiar *per capita* dos alunos ingressos no IFSP-SRT de 2008 a 2016 demonstra que a grande maioria possui situação financeira bastante precária. A pesquisa não abrange número absoluto de alunos, pois não havia a regulamentação interna do IFSP que definia a pesquisa no ato da matrícula pela própria secretaria, o que se iniciou somente no ano 2016. Assim, conforme relatos do setor sociopedagógico contidos em Relatórios de Gestão, os dados foram obtidos levando-se em consideração uma amostragem de estudantes, que passaram por pesquisa, analisada pela equipe da Coordenadoria do Setor.

Os dados confirmam que o IFSP atende principalmente estudantes de baixa renda, o que demonstra o cumprimento de importante função social, objetivo primordial do IF, ao se oferecer educação de qualidade a este público, conforme pode ser visualizado na Tabela 17.

Esses dados se constituem como fundamentais para justificar a manutenção dos IFs, em especial os cursos da modalidade Técnico Integrado, que sofreram violento ataque neoliberal em 1996, resultando no Decreto 2208/97, que liquidou a existência de cursos técnicos integrados na época.

Tabela 17 - Composição dos ingressos do IFSP-SRT por renda média *per capita*

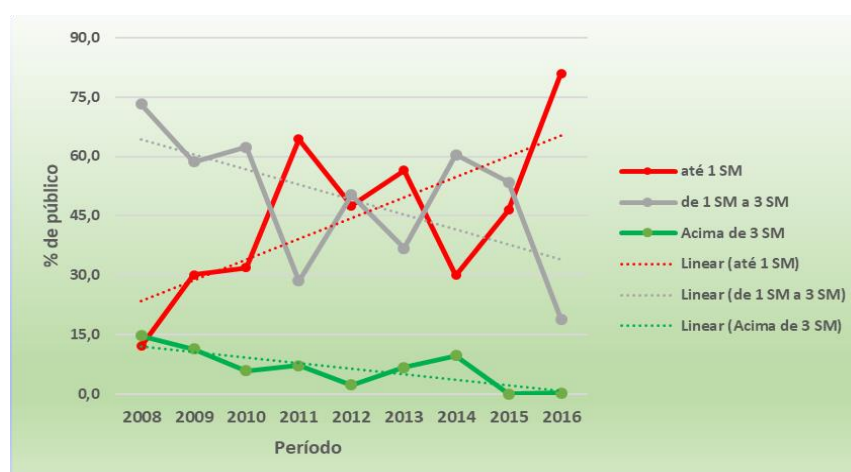
Intervalo de classes (renda em salários mínimos)	Renda média familiar <i>per capita</i> – Frequência relativa %									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Até 0,5				14,3	12,6	21,8	8,0	24,0	29,9	
De 0,5 a 1,0	12,1	30,1	31,9	50,0	34,8	34,7	21,9	22,5	51,1	
De 1,0 a 1,5				14,3	28,4	25,1	28,3	47,3	16,0	
De 1,5 a 2,5	73,2	58,6	62,3	14,3	4,8	6,3	24,1	5,8	2,8	
De 2,5 a 3,0				0,0	17,1	5,4	8,0	0,4	0,0	
Acima de 3,0	14,7	11,3	5,8	7,1	2,3	6,7	9,6	0,0	0,2	

Fonte: Relatórios de Gestão do IFSP dos anos 2008 a 2016 disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>

Pode-se verificar ainda que é crescente a frequência de estudantes com renda média familiar *per capita* na faixa de até 1 salário mínimo, ou seja, uma camada altamente vulnerável, e que o público com renda média *per capita* acima de 3 salários, além de ser muito baixo, se mostra decrescente ao longo do período analisado. Uma melhor visualização pode ser obtida no Gráfico 12.

Com relação à pesquisa de renda por cursos, a mesma só pôde ser realizada com o público ingresso no ano de 2016, pois anteriormente a este período não havia a pesquisa por parte da secretaria no ato da matrícula e não existem pesquisas internas ao câmpus com esses dados. As pesquisas realizadas internamente só dizem respeito à camada vulnerável, participante do Programa de Auxílio Estudantil. Mesmo assim, ainda no ano de 2016, muitos matriculados optaram por não informar a renda, principalmente os matriculados no nível superior, o que dificulta uma análise precisa sobre este perfil.

Gráfico 12 - Evolução dos estudantes por renda média familiar per capita no IFSP-SRT



Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram retirados dos Relatórios de Gestão do IFSP dos anos 2008 a 2016 disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>

Segue abaixo as tabelas 18 e 19 que demonstram o perfil dos alunos ingressantes em 2016 dos cursos de nível superior (Tabela 18) e dos cursos de nível médio (Tabela 19), somente para demonstração, sendo que este dado deve ser tema de estudo dentro do câmpus de agora em diante. Os dados referentes a renda dos alunos dos cursos superiores se referem a renda bruta familiar, sendo o solicitado no ato da matrícula sem informação de número de dependentes desta renda. No caso dos dados de renda dos alunos dos cursos de nível médio, estes se referem a renda familiar *per capita*, informada no ato da matrícula.

Tabela 18 - Cursos Superiores: representatividade dos estudantes ingressos em 2016 por renda bruta familiar²⁹

Renda bruta familiar em Salários Mínimos – Cursos Superiores – 2016							
Cursos Superiores	Até 0,5	De 0,5 a 1,0	De 1,0 a 1,5	De 1,5 a 2,5	De 2,5 a 3,0	Acima de 3,0	ND
Eng. Mecânica	0%	2%	0%	16%	0%	8%	74%
Licenc. Química	0%	4%	11%	25%	0%	21%	39%
Tecn. Autom. Indl.	0%	3%	7%	28%	3%	14%	45%
Tecnol. em GRH	3%	0%	0%	18%	9%	32%	38%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac.

Analisando-se a Tabela 18, não se pode concluir sobre a distribuição do público quanto à renda e vulnerabilidade por curso pois, além de haver um alto índice de alunos que não declararam renda, os que declararam se referiram a renda familiar.

Tabela 19 - Cursos Técnicos: representatividade dos estudantes ingressos em 2016 por renda familiar per capita

Renda familiar per capita em Salários Mínimos – Cursos Técnicos – 2016							
Cursos Técnicos	Até 0,5	De 0,5 a 1,0	De 1,0 a 1,5	De 1,5 a 2,5	De 2,5 a 3,0	Acima de 3,0	ND
Administração	15%	44%	27%	2%	0%	0%	12%
Automação Indl.	25%	38%	10%	3%	0%	0%	25%
Eletrônica	17%	41%	10%	12%	0%	0%	20%
Mecânica - EJA	33%	30%	8%	3%	0%	0%	28%
Química	30%	33%	23%	0%	5%	0%	10%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos nos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de registros Escolares IFSP-SRT em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac.

Analisando-se a Tabela 19 pode-se concluir que a grande maioria dos estudantes ingressos nesses cursos possuem alta vulnerabilidade sendo que informaram renda *per capita* até um salário mínimo em 2016, o que comprova os dados informados no quadro 8. Há um público bastante baixo com renda *per capita* acima de um salário mínimo no IFSP-SRT.

²⁹ A renda informada está baseada em salários mínimos do ano de 2016 (R\$880,00).

Deste modo, fica evidente pelos dados apresentados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do IFSP-SRT que se trata de um público vulnerável, em sua maioria, afirmando o compromisso social que o IF possui de oferecer acesso a uma educação de qualidade atrelada à produção de tecnologia a este público, o qual possui características específicas de aprendizagem e vivências.

5 EVASÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO IFSP-SRT

Nesta seção serão apresentados concepções e dados a respeito do tema evasão e fracasso escolar na esfera educacional, assim como os problemas relacionados às políticas públicas implementadas pelos últimos governos e indica também dados sobre o problema da evasão em estudos realizados em outras instituições públicas e privadas, os quais serviram de base para a pesquisa com os estudantes realizada neste trabalho.

5.1 Evasão

A evasão é um dos temas que mais desafia as instituições de ensino tanto públicas como privadas. Conforme consta em Souza (2014), a partir de conceitualizações do INEP, a evasão significa que o aluno sai da escola e não retorna mais para o sistema, diferente de abandono, termo bastante utilizado também em estudos, mas que significa que o aluno deixa a escola num ano podendo retornar no ano seguinte. Neste trabalho o foco será a evasão.

Para tentar sanar tal problema, o país conta com criação de políticas públicas, sendo a criação dos Institutos Federais um tipo de política pública da educação profissional de grande importância para o país, criada para aumentar as vagas nas instituições públicas e garantir acesso à escolarização a um maior número de pessoas. Visa preparar alunos para trabalhar nos diversos setores da economia e combater as desigualdades sociais (MATTA et al., 2016).

Dentre várias definições na literatura, Guareshi et al (2004) definem política pública como sendo:

(...) conjunto de ações coletivas, voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (GUARESHI et al., 2004, apud MATTA et al. 2016, p. 03)

No âmbito ainda das políticas públicas, podemos citar a LDB 9394/96, o PNE – Plano Nacional da Educação, e as políticas de ações afirmativas como a Lei de Cotas nº 12.711/12, dentre outras. Conforme Souza (2014), apesar da LDB 9394/96 e do novo PNE 2011-2020 recomendarem a garantia de acesso, a permanência e o êxito escolar, “o Brasil

ainda enfrenta um gargalo quanto a essa questão, em especial no Ensino Médio regular e no Ensino Técnico Profissional”. Também conforme Fredenhagen (2014), “a alta evasão escolar nos cursos superiores é uma realidade presente em todos os estados do país, em Instituições de ensino públicas e privadas”.

Conforme dados apontados no Relatório do Tribunal de Contas da União aprovado em 2012, Souza (2014) aponta que, no âmbito da educação profissional, as taxas de conclusão de cursos giram em torno de menos de 50% e, quando se trata de curso na modalidade subsequente, a taxa de conclusão se agrava para menos de 20%. Com relação aos cursos superiores, segundo informações do Censo da Educação Superior de 2015 divulgado pelo INEP/MEC³⁰, de 2010 a 2014 a taxa de desistência nos cursos superiores saltou de 11,4% para 49% no Brasil.

A realidade observada se mostra bastante preocupante e atinge desde a escola até o estado e o país, uma vez que a ociosidade apresentada torna ineficientes os grandes investimentos para manutenção dessas instituições.

Vale ressaltar aqui que na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014) que aprova o PNE 2011 – 2020, o percentual estipulado para a conclusão dos estudos é de 90% para os cursos da educação profissional ofertadas pelos Institutos Federais. (NARCISO, 2015, p. 82).

Porém, apesar de serem altos os investimentos, ainda não comportam os desafios que estas instituições educacionais apresentam e, contudo, geralmente se caracterizam como um dos primeiros gastos dos governos a ser reduzido em épocas de crise. Quanto ao ensino superior, Filho et al. (2007), comentam que as perdas resultantes de estudantes que iniciam os cursos, mas não terminam, representam desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, além de um problema que afeta os resultados avaliativos dos sistemas educacionais. Tanto na esfera pública, quanto na privada, “a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico” (FILHO et al., 2007, p. 642).

Acerca do problema de evasão nos Institutos Federais, o Tribunal de Contas da União realizou uma auditoria na rede federal de ensino que resultou no Acórdão 506/13 solicitando ao MEC um Plano de Ação, que afirma o seguinte sobre o desperdício de dinheiro público:

³⁰ Conteúdo disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40111-altos-indices-de-evasao-na-graduacao-revelam-fragilidade-do-ensino-medio-avalia-ministro>

A título de registro, acerca do tema, é importante salientar que o período em que o aluno permanece no Instituto Federal afeta diretamente a economicidade do programa de governo. Assim, cada ano a mais que o discente demora para concluir seu curso gera um custo para a sociedade, cujos recursos poderiam ser aplicados em fins diversos, até mesmo especializando outros alunos. Isso sem falar nos casos de desistência, que caracterizam típico desperdício de dinheiro público, vez que não haverá retorno para a coletividade em decorrência dos valores investidos. (TCU Acórdão 506/13, p. 57 apud NARCISO, 2015, p. 76)

A ampliação da oferta escolar pelos últimos governos não acompanhou melhoria nas condições educacionais, tornando os recursos ainda exclusivos de uma parcela da sociedade, sendo a outra parcela a massa excluída socialmente (SOUZA, 2014).

Conforme análise de Souza (2014), estudiosos se posicionam quanto a associação entre fracasso escolar e a evasão dos bancos escolares. Arroyo (2000) apud Souza (2014) considera o fracasso escolar como sendo uma "expressão do fracasso social, da reprodução da lógica e da política de exclusão, arraigada nas instituições em geral, e não apenas na escola, que a princípio tem a função social de democratizar o saber, a cultura" (ARROYO, 2000 apud SOUZA, 2014, p. 55). Contudo, o autor ressalta que quando se tira o foco da escola, não significa que se está inocentando-a.

O fracasso escolar, para Perrenoud (2000) apud Souza (2014) é uma "realidade fabricada e que se manifesta diferentemente no campo ideológico, político ou pedagógico" (PERRENOUD, 2000 apud SOUZA, 2014, p. 55). Segundo análise de Souza (2014), o autor critica a visão que "naturaliza o fracasso escolar como sendo uma simples dificuldade de aprendizagem ou de falta de conhecimentos e de competência". Já para Ribeiro (1991), as análises em geral realizadas no campo da antropologia oscilariam, na cultura de "imputação do fracasso escolar" na indicação de responsabilidade "ora aos próprios alunos, ora a seus pais, ora ao sistema sociopolítico, raramente aos professores, sua formação ou à organização escolar" (RIBEIRO, 1991). Diante disso, Souza (2014) aponta que:

(...) o fracasso escolar deve ser compreendido, seja por meio de evasão ou repetência escolar, como uma desigualdade fabricada no interior das instituições sociais, políticas e educacionais, e não como sendo algo natural para alguns indivíduos que não conseguem lograr sucesso. (SOUZA, 2014, p. 56)

O fenômeno da evasão, a partir de revisões de literaturas internacionais, está longe também de se caracterizar como um fenômeno específico do Brasil, apesar de no país

os dados serem mais alarmantes (SOUZA, 2014). Conforme notícia divulgada no Laboratório de Estudos Demográficos da Universidade Federal de Juiz de Fora em 15/03/2013, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar (24,3%), entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), só atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%). “Na América Latina, só Guatemala (35,2%) e Nicarágua (51,6%) tem taxas de evasão superiores. Não foi divulgado o índice do Haiti”³¹

Dore e Lüscher (2011) apontam que são inúmeros os fatores que levam um aluno a evadir, além de uma diversidade de situações e perspectivas (do sistema, da escola e individual), que tornam o problema um tanto complexo, ainda mais quando se pretende levantar as causas dessa evasão.

De acordo com revisões da literatura realizadas por Castro e Sales (2011), dentre os fatores que levam um aluno a evadir no ensino técnico, se observa:

Em praticamente todos os estudos referidos, nota-se a não identificação do aluno com o contexto da escola técnica, expressa por diferentes fatores: preferência pelo ensino médio regular; falta de vocação ou gosto pela área; falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso. Também são apontados fatores referentes ao processo de ensino aprendizagem: dificuldade nas disciplinas e reprovação. Outros fatores estão relacionados ao contexto individual ou familiar dos alunos: dificuldades financeiras e familiares; afastamento da família; problemas de saúde (pessoal ou familiar); gravidez; uso de drogas. Também são destacados fatores ligados a trabalho: ingresso no mundo do trabalho e incompatibilidade do horário de trabalho e estudo. Estes últimos fatores podem estar relacionados à situação socioeconômica individual ou familiar, que exige, muitas vezes, a entrada precoce dos jovens no mundo do trabalho. Quanto aos fatores relacionados ao contexto institucional das escolas, encontram-se: a baixa qualidade do ensino fundamental, o distanciamento cultural entre escola e vida bem como a inadequação dos programas de estágio. Os fatores referentes ao contexto escolar quase não são citados nos citados estudos, preponderando os fatores pessoais, familiares e socioeconômicos. (CASTRO & SALES, 2011, p. 3).

Conforme Rumberger (2004, apud DORE e LÜSCHER, 2011), as possíveis causas de evasão são extremamente difíceis de serem identificadas, pois semelhante a outros processos vinculados ao desempenho escolar, esta sofre influência de um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e sua família, quanto à escola e à comunidade em que

³¹ Conteúdo disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/2013/03/15/brasil-tem-3%C2%AA-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud/>

vive. Porém, entender as causas da evasão é de extrema importância e se caracteriza como a chave para a resolução do problema.

Dentre vários estudos sobre fatores que levam ao fracasso escolar, destaca-se aqui Queiroz (2002), que estuda a evasão na educação básica relacionando fatores internos e externos à instituição. Quanto aos fatores externos motivadores de evasão, destaca-se a necessidade de o aluno ter que trabalhar, a falta das condições básicas para aprendizagem incluindo desnutrição e desvantagens culturais e as condições da família que incluem o nível de escolaridade dos pais e o não acompanhamento dos filhos nas atividades escolares. Quanto a motivos de evasão relacionados a fatores internos destaca-se a não valorização da escola pelo universo cultural do indivíduo pelo uso de linguagem diferenciada, as precárias condições de trabalho e os elementos afetivos na relação professor-aluno. Em pesquisa realizada com as famílias dos estudantes, aparecem também os problemas de violência, as drogas, as amizades e a defasagem de aprendizagem trazida das séries iniciais.

Filho et al. (2007) realizam um estudo interessante sobre taxas de evasão por área e por cursos superiores de IES públicas e privadas e conclui, a nível de ensino superior que a taxa anual média é maior nas IES privadas; entre as públicas, as municipais respondem por maior taxa de evasão. A taxa de evasão anual foi quase duas vezes maior nas faculdades do que as observadas em universidades e centros universitários. Quanto às áreas estudadas, as áreas de Serviços e de Ciências possuem as mais altas taxas de evasão anual média, enquanto que as áreas de Educação, Agricultura e Veterinária e de Saúde e Bem-Estar social apresentam as menores taxas. Quanto aos cursos, evidenciou-se que o curso de Medicina possui a mais baixa taxa média de evasão anual, enquanto que os cursos da área de Serviço Social, ligados à Comunicação Social e Processamento da Informação possuem maior taxa de evasão anual média. Quanto a fator de evasão, embora não muito significativo, a evasão parece estar associada com problemas socioeconômicos.

Fredenhagem (2014) faz um estudo sobre a evasão no âmbito do Instituto Federal de Brasília a fim de verificar o papel social da Instituição, das políticas de ingresso e das ações em favor da inclusão, para que sirvam de meta-avaliação para tomadas de futuras decisões a favor da permanência dos alunos na instituição. A pesquisa foi realizada com alunos evadidos, de cursos superiores e técnicos. As conclusões apontam em termos de “campo gerador” e “campo periférico” a fim de se trabalhar o que estaria por trás dos motivos, atacando-se as causas.

Como exemplo, o motivo “trabalho” foi o que liderou as pesquisas sobre evasão realizadas por Fredenhagem (2014) no Instituto Federal de Brasília, considerado, neste

caso, como o campo gerador, porém, “o que está por trás do “trabalho”, não raro, é a distância, a alimentação, o transporte público, o cansaço decorrente, a falta de autossustentação e outros”. A relação dos principais “campos geradores” detectados na pesquisa realizada por Fredenhagen sobre evasão foram: 1. trabalho; 2. conciliação com outro curso ou estágio; 3. distância, engarrafamento, transporte, acesso, trânsito; 3. problemas no âmbito interno da Instituição; 4. problemas pessoais e/ou familiares; 5. problemas financeiros; 6. problemas de saúde; 7. mudança de cidade, estado ou país; 8. segurança; 9. não ter com quem deixar o filho, fase de amamentação, gravidez; 10. acidente de trabalho.

Watakabe (2005) que estuda a evasão escolar dos alunos cotistas sociais na educação profissional, em sua pesquisa conclui que:

(...) essa ação afirmativa, da forma como se apresenta, não está conseguindo atingir seus objetivos, pois as transformações culturais e sociais por meio da educação não estão acontecendo, como também os próprios atores desse processo, os cotistas, e os demais sujeitos, não percebem a importância e a necessidade da diversidade nas várias esferas do convívio humano, sendo isso explicitado pela evasão escolar dos cotistas. A evasão escolar dos cotistas demonstra que esses sujeitos não conseguem usufruir dessa oportunidade gerada pelas cotas sociais, pois a eles não são dadas as condições para permanência, visto que o principal motivo levantado nessa pesquisa, tem-se como causador da evasão escolar dos cotistas sociais a falta de tempo para se dedicarem aos estudos, devido a necessidade de trabalhar. (WATAKABE, 2005, p. 97).

Uma outra pesquisa, de Faria (2013), refere-se a estudos sobre a evasão nos cursos da modalidade EJA numa escola da rede municipal de Belo Horizonte e aponta que não houve nenhum motivo relacionado diretamente à escola como metodologias ou dificuldades em acompanhamento nas disciplinas como gerador da evasão. Os motivos apontados corresponderam à causas externas à escola como as condições sociais dos alunos e sua participação na sociedade. Para tanto, a autora sugere pesquisas constantes com os alunos a fim de verificar suas reais dificuldades, tentar suprir os problemas sociais e ter metodologias e entretenimento atrativos para esse público.

Narciso (2015) analisa a evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do norte de Minas Gerais – campus Arinos. Suas conclusões revelam um conjunto de variáveis heterogêneas que coopera para o abandono dos bancos escolares, subdividindo-se em intra e extraescolares, formando um conjunto de fatores pertinentes ao aluno, à escola, à família e à sociedade, sendo de diversas ordens como:

(...) reprovação, notas baixas, problemas com a instituição, conflitos na relação aluno-professor e aluno-aluno, problemas pessoais e familiares, problemas de saúde, dificuldade financeira, necessidade de trabalhar, desinteresse pelo curso, ausência de perspectivas futuras, conhecimento limitado dos componentes curriculares das séries anteriores, dificuldade de acesso à instituição, estrutura física da escola deficitária, indisciplina, incompatibilidade de horário entre trabalho e estudo, violência, dentre outros. (NARCISO, 2015, p.221)

Ainda, Narciso (2015) salienta que tais fatores coexistem e não se excluem, “ou seja, quando o aluno abandona a escola, muitas vezes, ocorre uma sobreposição de determinantes e não de um particularmente que seja o responsável por sua saída” (p.221).

Percebe-se a partir dos estudos comentados que o estudo sobre a evasão pode ter vários enfoques, mas qualquer um deles só vem a contribuir para o conhecimento das causas de evasão na Instituição e tomadas de decisões para minimizá-la.

No âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, a evasão constitui-se no principal desafio da instituição, conforme constatado no PDI do IFSP de um modo geral, e também evidenciada no câmpus Sertãozinho.

A alta evasão nos Institutos Federais pode ser explicada pelas características do público atendido, que, em sua maioria, conforme os dados analisados, se caracteriza como a classe trabalhadora ou a classe que vive do trabalho³².

A classe trabalhadora nos dias atuais compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho – a classe que vive do trabalho - e que são desprovidos dos meios de produção. (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 336)

Esta classe foi metabolizada pelo processo de globalização e sob o controle do capital “tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham” (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 335).

Dessa forma, esse público deve ser entendido como um público diferenciado, com características próprias, vítimas de um processo social injusto que limita a participação integral e completa desse aluno no sistema educacional, que busca primeiramente a sua subsistência, tornando a evasão um sintoma evidente deste processo.

³² A classe-que-vive-do-trabalho ou a classe trabalhadora atual, engloba a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, e engloba também os trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços servindo tanto o setor público ou o capitalista e que não se constituem como elemento diretamente produtivo ou como elemento vivo do processo de valorização do capital e criação de mais valia. (ANTUNES, 2009).

Além disso, na cidade de Sertãozinho, a instituição ainda é pouco conhecida e participa de uma disputa com relação a instituições renomadas como USP, Unicamp, Unesp e UFSCar, sendo que alguns de seus calouros evadem ao conseguirem vagas em listas remanescentes destas instituições. Quanto ao ensino médio, ainda sofre grande concorrência também com as ETECs e escolas privadas, as quais são mais conhecidas da população.

Os dados contidos na Tabela 20 demonstram que os maiores índices de evasão no IFSP-SRT nos cursos técnicos são os da modalidade EJA, atingindo um percentual médio de 54% nos anos analisados, com alguns cursos mostrando evasão média de 65% como é o caso dos cursos na modalidade EJA em Fabricação Mecânica e Administração oferecidos durante 2010 a 2012. Com relação aos cursos superiores o maior índice de evasão, considerando-se o índice médio do período 2008-2016, está no curso de Licenciatura em Química, com índice médio de 70%, porém, sendo o único curso de licenciatura oferecido até o ano de 2016 no IFSP câmpus Sertãozinho. No ano de 2017 tem início o curso de Licenciatura em Letras que poderá, talvez, substituir e melhorar a evasão nos cursos de licenciatura. Pelo gráfico 13, pode-se obter uma visão proporcional da evasão por curso durante o período analisado (2008 a 2016).

Tabela 20 - Média de evasão nos cursos do IFSP – SRT - período de 2008 a 2016

Cursos IFSP		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Média Anual	Evasão Média %
Tecnólogo Automação Industrial *	I	43	43	45	53	48	48	53	44	49	426	47	59%
	E	23	28	24	37	38	32	32	19	20	253	28	
Tecnólogo Fabricação Mecânica *	I	42	45	41	46	53	-	-	-	-	227	45	40%
	E	25	19	17	16	14	-	-	-	-	91	18	
Tecnólogo em GRH	I	-	-	-	57	55	50	49	42	44	297	50	38%
	E	-	-	-	25	19	23	30	7	10	114	19	
Engenharia Mecânica	I	-	-	-	-	-	56	54	54	68	232	58	42%
	E	-	-	-	-	-	27	32	21	18	98	25	
Licenciatura em Química	I	42	48	38	38	45	39	35	40	49	374	42	70%
	E	29	38	26	29	36	31	27	25	21	262	29	
Técnico Administração - EJA *	I	-	-	42	40	-	-	-	-	-	82	41	66%
	E	-	-	25	29	-	-	-	-	-	54	27	
Técnico Administração - concom.	I	-	-	-	-	-	-	-	-	41	41	41	22%
	E	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	9	

continua...

Tabela 20 - Média de evasão nos cursos do IFSP – SRT - período de 2008 a 2016 - *continuação*

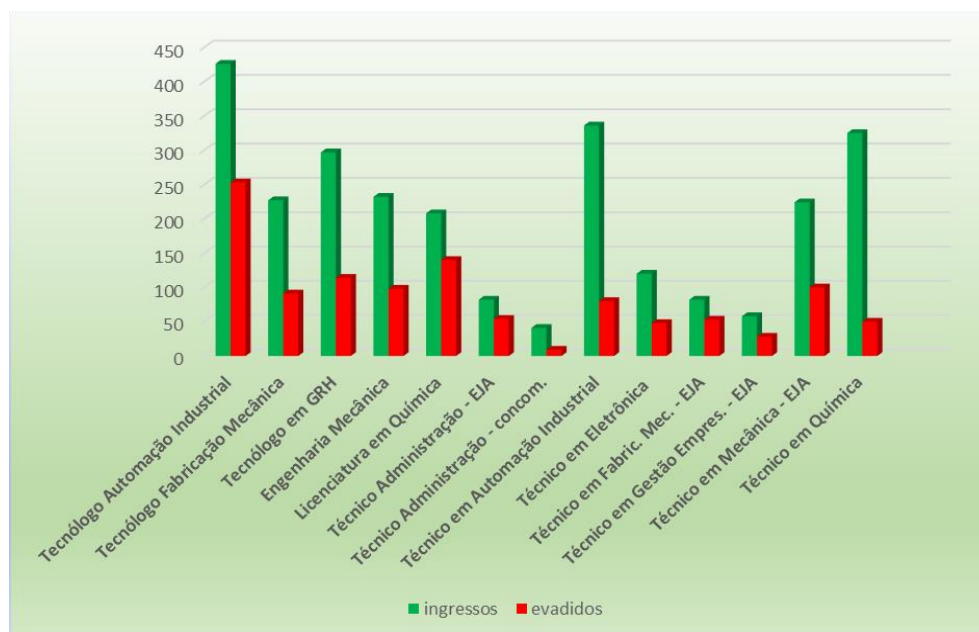
Cursos IFSP		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Média Anual	Evasão Média %
Técnico em Automação Industrial	I	25	28	41	40	39	41	40	42	40	336	37	24%
	E	2	10	18	16	10	5	12	5	2	80	9	
Técnico em Eletrônica **	I	-	-	-	-	39	-	40	-	41	120	40	40%
	E	-	-	-	-	21	-	21	-	6	48	16	
Técnico em Fabric. Mec. - EJA *	I	-	-	43	39	-	-	-	-	-	82	41	65%
	E	-	-	26	27	-	-	-	-	-	53	27	
Técnico em Gestão Empres. - EJA *	I	22	36	-	-	-	-	-	-	-	58	29	48%
	E	4	24	-	-	-	-	-	-	-	28	14	
Técnico em Mecânica - EJA	I	24	41	-	-	32	30	38	19	40	224	32	45%
	E	2	16	-	-	21	16	23	5	17	100	14	
Técnico em Química	I	24	18	40	41	39	42	41	40	40	325	36	15%
	E	2	8	9	9	8	7	3	3	1	50	6	

Legenda: I= nº alunos ingressos; E= nº de alunos evadidos (abandono ou desligado)

Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram obtidos nos relatórios disponibilizados pela Coordenadoria de Registros Escolares, extraídos do SISTEC – IFSP Câmpus Sertãozinho em 30/04/2017

* cursos extintos ou substituídos

** o curso era ofertado na modalidade subsequente em parceria com a SEESP, sendo a partir de 2016 ofertado na modalidade integrada, como curso regular do IFSP

Gráfico 13 - Evasão média nos cursos do IFSP-SRT – 2008 a 2016

Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram obtidos nos relatórios disponibilizados pela Coordenadoria de Registros Escolares, extraídos do SISTEC – IFSP Câmpus Sertãozinho em 30/04/2017 e acesso aos sistemas Escolac e SUAP-Edu.

Conforme análise dos Relatórios de Gestão do IFSP, acredita-se que a alta evasão nos cursos da modalidade EJA têm relação com a alta vulnerabilidade social do público ingressante neste tipo de curso. São alunos que vivem do trabalho, muitas vezes sem emprego fixo ou tendo que buscar novas opções de ganho (“bicos”) para sua subsistência, além de deslocamento de cidade devido ao emprego, cujos problemas com as faltas os leva muitas vezes a desistir do curso, sendo que este problema também traz consequências quanto ao recebimento do auxílio financeiro ofertado pela instituição, que, além de insuficiente, muitas vezes atrasa.

Com relação ao curso de Licenciatura em Química não há um diagnóstico preciso, mas a alta evasão pode estar relacionada, dentre outros fatores, com o baixo interesse pela profissão docente e também pelo curso ser oferecido na USP câmpus Ribeirão Preto, com uma carga horária maior que a oferecida pelo câmpus Sertãozinho. Como a oferta de cursos pelos IFs devem ser pensadas levando em consideração o APL local a existência de um curso semelhante já oferecido na cidade de Ribeirão Preto, pode indicar ter havido algum equívoco quando da decisão de oferta deste curso pelo câmpus Sertãozinho.

Para um diagnóstico efetivo das causas da evasão e tentativas de aumento da retenção por meio de implementação de ações estratégicas, o câmpus conta com comissão

constituídas para este fim, como a CIPEE - Comissão Interna de Permanência e Êxito dos Estudantes.

Além disso, os discentes contam com apoio psicológico, social e pedagógico por meio de atendimento individual e coletivo, efetuado pelo setor sociopedagógico (equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistente social, psicólogo e TAEs – Técnicos em Assuntos Educacionais), que atua nos projetos de contenção da evasão, na Assistência Estudantil através do PAE – Programa de Assistência Estudantil criado em 2011, e NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), numa perspectiva dinâmica e integradora por meio de ações inclusivas. Dentre as suas funções está o acompanhamento permanente dos estudantes, utilizando-se de pesquisas sobre os dados dos alunos e sua realidade, dos registros de frequência e rendimentos / notas, além de outros elementos que se tornarem necessários.

A Tabela 21 mostra que, apesar de ainda altos, ao se analisar o comportamento dos índices de evasão ao longo do período analisado, os mesmos têm decrescido ao longo do tempo:

Tabela 21 - Índices de evasão por cursos no período de 2008 a 2016

Cursos IFSP	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Tecnólogo Automação Industrial *	53%	65%	53%	70%	79%	67%	60%	43%	41%
Tecnólogo Fabricação Mecânica *	60%	42%	41%	35%	26%	-	-	-	-
Tecnólogo em GRH	-	-	-	44%	35%	46%	61%	17%	23%
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	48%	59%	39%	26%
Licenciatura em Química	69%	79%	68%	76%	80%	79%	77%	63%	43%
Técnico Administração - EJA *	-	-	60%	73%	-	-	-	-	-
Técnico Administração - concom.	-	-	-	-	-	-	-	-	22%
Técnico em Automação Industrial	8%	36%	44%	40%	26%	12%	30%	12%	5%
Técnico em Eletrônica **	-	-	-	-	54%	-	53%	-	15%
Técnico em Fabric. Mec. - EJA *	-	-	60%	69%	-	-	-	-	-
Técnico em Gestão Empres. - EJA *	18%	67%	-	-	-	-	-	-	-
Técnico em Mecânica - EJA	8%	39%	-	-	66%	53%	61%	26%	43%
Técnico em Química	8%	44%	23%	22%	21%	17%	7%	8%	3%

Fonte: Elaborado pela autora. Os dados foram obtidos nos relatórios disponibilizados pela Coordenadoria de Registros Escolares, extraídos do SISTEC – IFSP Câmpus Sertãozinho em 30/04/2017

* cursos extintos ou substituídos

** o curso era ofertado na modalidade subsequente em parceria com a SEESP, sendo a partir de 2016 ofertado na modalidade integrada, como curso regular do IFSP

Os índices apresentados demonstram a necessidade de um amplo tratamento à questão da evasão no câmpus Sertãozinho, apesar de se apresentarem dentro da média de evasão de cursos técnicos e superiores apresentadas pelo Relatório do Tribunal de Contas da União aprovado em 2012 (Taxa de conclusão dos Cursos Técnicos em torno de 50%) e pelo Censo Escolar 2015 do INEP/MEC (Taxa de conclusão dos Cursos Superiores em torno de 51%).

A perspectiva da Educação Profissional é a formação integral do indivíduo, sendo que atender as demandas do mercado se configura como uma possibilidade. Sendo assim, não é possível pensar a educação profissional nos moldes pleiteados pelos Institutos Federais sem pensar nas características do público atendido, que é o público da classe desfavorecida que vive da venda de sua força de trabalho.

Esta pesquisa visa trazer contribuições a fim de se melhorar a permanência dos estudantes nos cursos e a oferta de uma educação de qualidade, além da inserção sólida e confiável de jovens profissionais no mundo do trabalho ou progressão da vida acadêmica, a partir da concepção dos alunos em curso.

5.2 Resultados e discussões dos dados obtidos no IFSP-SRT

Nesta seção serão descritos, analisados e interpretados os dados da pesquisa realizada com alunos que ainda estão matriculados e cursando as modalidades/cursos selecionados no câmpus do IFSP da cidade de Sertãozinho. Ressalto que um dos objetivos da aplicação dos questionários foi elencar as sugestões dos alunos quanto aos motivos de evasão, contribuindo assim para a compreensão das causas mais comuns e recorrentes do fenômeno no câmpus e possibilitar a construção de estratégias para sua superação. A pergunta a que se intencionava responder era: o que os alunos estudantes no IFSP-SRT pensam a respeito dos principais motivos que levam à evasão?

A pesquisa foi realizada por meio de aplicação de questionários aos alunos em curso, conforme relatado na subseção 4.2, tentando empreender suas concepções com relação a aspectos motivacionais de ingresso e permanência, questionando sobre dificuldades pessoais

ao iniciar o curso, dificuldades de aprendizagem, avaliação, motivos pessoais e infraestrutura da instituição, além de satisfação com a gestão, bem como os motivos que levam um aluno à evasão e suas opiniões a respeito do que falta à instituição para motivar a permanência desses alunos³³.

Vale ressaltar que a aplicação do questionário foi muito bem aceita pelos alunos que se sentiram valorizados ao poderem contribuir com suas opiniões a respeito de um problema institucional, o que fizeram com bastante afinco, sendo que, do total de 407 questionários aplicados, não houve nenhum entregue totalmente sem respostas e apenas dois questionários contendo parte das respostas em branco.

A intenção primordial desta pesquisa é servir como um instrumento de avaliação permanente, fornecendo subsídios, como instrumentos de meta-avaliação (GREGO, 1997, apud FREDENHAGEN, 2004), a fim de favorecer intervenções pontuais que se façam necessárias, nos campos pedagógico, administrativo, de ingresso, curricular, e em outros de cunho organizacional e social, de forma que contribua para minimizar a vulnerabilidade da permanência do aluno na escola, bem como as barreiras de acesso, e para consolidar a terminalidade: “A efetiva consolidação da democracia no Brasil passa pela universalização do acesso à instituição escolar com garantia de permanência e aprendizagem” (MOLL, 2010).

Conforme notícia divulgada pelo jornal *on line* “El País”, a rede de escolas federais é considerada uma ilha de excelência em comparação às escolas municipais, estaduais e até mesmo particulares no Brasil, mostrada pela avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 2015 (PISA, em inglês), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Sendo assim, a constante busca pela melhoria de sua eficácia disponibilizando educação de qualidade a um público que se constituiria como excluído em outras épocas vem a ser considerado de extrema importância.

O objetivo desta pesquisa consistiu, portanto, em identificação das principais dificuldades e satisfações dos estudantes com relação aos cursos e à instituição e suas concepções e propostas a respeito das desmotivações de alunos e consequente abandono dos cursos.

A seção se divide em dez subseções de análise de motivos de evasão e permanência sendo elas: 1) motivações de ingresso; 2) motivos que auxiliaram a permanência

³³ Apesar da pesquisa e mapeamento de dados socioeconômicos e perfil do ingressante contemplarem o período de 2008 a 2016, na pesquisa realizada com os estudantes em curso sobre suas concepções a respeito da instituição e das dificuldades que motivam os índices de evasão, o ano de 2017 foi acrescentado, já que a pesquisa foi realizada com alunos em curso, contemplando todas as turmas de cada modalidade, incluindo os primeiros períodos.

nos cursos; 3) principais dificuldades ao iniciar o curso; 4) dificuldades em acompanhamento nas disciplinas; 5) grau de satisfação sobre aspectos institucionais e pessoais que interferem na aprendizagem; 6) uso da estrutura do câmpus em horários extra aulas; 7) percepção sobre a colaboração da gestão para a permanência dos alunos; 8) aspectos referentes a desistências de cursos/disciplinas; 9) concepções dos estudantes sobre os motivos que levam outros alunos a evadirem e, por fim, 10) as opiniões dos estudantes sobre o que fazer para garantir a permanência dos alunos.

5.2.1 Motivações de ingresso

Quanto aos motivos que levaram os alunos a ingressarem nos cursos, o questionário visava elencar os motivos que contribuíram para a escolha dos cursos por eles. Foram utilizados dois tipos de questionário; um destinado aos cursos de nível médio, apontava para 4 opções levando em consideração afinidade com a área, a qualidade da instituição na preparação para o ENEM, o fato de já atuar profissionalmente na área e por isso a escolha, ou para obter qualquer tipo de capacitação profissional, podendo ser indicado mais de uma opção, conforme solicitado pelos alunos. Houve também espaço para indicação de outros motivos caso coubessem. Para o questionário destinado aos cursos superiores, esta questão apontava mais três alternativas sendo: a escolha devido à nota de corte obtida no ENEM, a duração do curso e a escolha apenas para obtenção do diploma. Os resultados indicados conforme ocorrências apontadas pelo questionário nos cursos analisados seguem conforme Tabelas 22 e 23:

Tabela 22 - Motivações de ingresso – cursos de nível médio

Ocorrência	Cursos		
	TQ	TA	EJA
Afinidade com a área	15%	44%	23%
Qualidade da instituição na preparação para o ENEM	52%	2%	17%
Já atua na área e busca qualificação	1%	16%	23%
Obtenção de qualquer tipo de qualificação profissional	24%	37%	33%
Outros	8%	0%	3%
Total de Questionários	115	33	25

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Como pode ser observado, constatou-se que o interesse pelo ingresso nos cursos de nível médio varia conforme a modalidade, ou seja, para o curso Técnico em Química modalidade integrado, o interesse da maioria dos alunos se volta para a conhecida qualidade da instituição na preparação para o ENEM, seguida da escolha a fim de obter uma qualificação profissional qualquer, já que o curso fornece um certificado de técnico, possibilitando a entrada seguida no mundo do trabalho. A afinidade com a área aparece em terceiro lugar.

O público pesquisado neste curso era composto por 115 alunos, divididos em quatro turmas, do primeiro ao quarto ano, sendo a maioria do sexo feminino (63%), branca (55%), seguida de pardos (31%) e pretos (14%). São, em sua maioria (82%) originários da cidade de Sertãozinho, e de escolas da rede pública (90%), além da maioria se dedicar somente aos estudos (87%), sendo que o curso é oferecido no período vespertino. Apesar desse curso apresentar um público com alta vulnerabilidade, entre os cursos técnicos é o de maior representação em renda conforme apontado no quadro 21, além de ser o curso de menor índice de evasão do câmpus no período analisado de 2008 a 2016.

Como “Outros”, foram apontadas 6 ocorrências sendo uma delas apontando como motivo de ingresso a ótima qualidade do ensino na instituição independente da preparação para o ENEM, e, principalmente quando comparada com as escolas estaduais. Neste ponto foi apontado também como fator motivador o fato da escola oferecer oportunidades como monitoria, projetos científicos e de extensão. Outros fatores apontados: pressão familiar para realização de um ensino médio de qualidade (1 apontamento), o fato da mãe ser da área e ter possibilidade de ajuda em casa nas dificuldades (1 apontamento), histórico familiar (1 apontamento), o fato de a escola ser gratuita (1 apontamento) e ser uma opção de reingresso aos estudos após período de crise (1 apontamento).

No público do curso Técnico em Mecânica – modalidade EJA, surge a nitidez da vulnerabilidade dos educandos dessa modalidade, sendo a escolha do curso motivada em adquirir qualquer tipo de qualificação (33%), ou seja, buscam uma melhor inserção no mundo do trabalho, seguida, no mesmo patamar do fato de já atuarem na área (23%) e ter afinidade com a mesma (23%). Percebe-se que este público vem em busca, muitas vezes, de uma qualificação alternativa que possa lhe trazer novas oportunidades de renda. De um público de 25 alunos, 6 deles apenas estudam, pelo motivo de estarem desempregados, o restante concilia trabalho com estudo, sendo o curso oferecido no período noturno. Neste público, o interesse na instituição pela qualidade na preparação para o ENEM aparece em quarto lugar correspondendo a 17%. Apesar disso, este dado demonstra o pensamento desses alunos na

possibilidade de seguimento dos estudos. A pesquisa contou com a participação de 25 alunos apenas, distribuídos entre as turmas dos três anos do curso, devido à altíssima evasão, conforme pode ser observada no quadro 23, oferecendo uma visão do público evadido até 2016.

Neste curso, o público é composto por homens, em sua maioria (92%), contendo 52% de brancos, 28% de pardos, 16% de pretos e 4% de indígenas (1 aluno), sendo 88% dos integrantes originários da cidade de Sertãozinho e 100% advindos de instituições públicas de ensino. Dos 25 alunos pesquisados, 24 recebem bolsa auxílio-EJA e apenas um aluno recebe somente auxílio transporte.

Como “outros” motivos, foi apontado por esse grupo 2 ocorrências sendo, a primeira, a vontade de terminar o ensino médio para cursar Engenharia Mecânica e, a segunda, ter o ensino médio junto com o técnico para maiores possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

Finalizando as modalidades oferecidas em nível médio de escolaridade apresenta-se o curso Técnico em Administração na modalidade concomitante, também oferecido no período noturno. Entre as motivações para ingresso neste curso se destaca a afinidade com a área (44%), seguida da pretensão de obter uma qualificação para o mundo do trabalho (37%). Nesta modalidade o aluno cursa a parte técnica neste curso, já tendo cursado ou estando cursando o ensino médio regular em outro período. Acredita-se que são alunos que não tiveram a oportunidade ou não conseguiram ingressar num curso superior e buscam a modalidade técnica como uma qualificação para o mundo do trabalho, ou seja, buscam novas alternativas de empregabilidade e renda. Outro item que aparece em terceiro lugar (16%), porém em menor escala é o fato de alguns já atuarem na área e buscarem qualificação profissional. Neste curso a pesquisa contou com a participação de 33 alunos sendo 64% de mulheres e 36% do sexo masculino. São, em sua maioria brancos (45%) e pardos (42%), incluindo uma pequena parcela de pretos (9% correspondendo a 3 alunos) e indígena (3% correspondendo a 1 aluno), sendo 83% do público originário da cidade de Sertãozinho e 17% advindos de outras localidades. A maioria (94%) vem de escola da rede pública e apenas 39% desse público só estuda; o restante concilia trabalho com estudo. Como “outros” motivos para ingresso neste curso foi apontada apenas uma ocorrência: curiosidade.

A Tabela 23 abaixo mostra a pesquisa de motivação de ingresso com alunos dos cursos superiores pesquisados:

Tabela 23 - Motivações de ingresso – Superior

Ocorrência	Cursos		
	EM	GRH	LQ
Afinidade com a área	50%	34%	57%
Nota de corte do ENEM	13%	24%	24%
Já atua na área	11%	7%	2%
Duração do curso	5%	10%	2%
Obtenção de qualquer tipo de qualificação profissional	5%	9%	6%
Obtenção de certificação de 3º grau	4%	4%	0%
Outros	12%	12%	9%
Total de Questionários	114	81	39

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Diferente do ensino médio, na pesquisa com os cursos superiores nas modalidades Engenharia, Tecnólogo e Licenciatura, prevaleceu como principal motivo para ingresso nos cursos a afinidade com as áreas dos cursos, seguida do ingresso pela nota de corte do ENEM. Como “outros” motivos para ingresso nos cursos foi citada a questão do curso ser gratuito, a proximidade da residência e o gosto pelo ensino no caso do curso de Licenciatura.

O público mais relevante em números da pesquisa nos cursos superiores foi o curso de Engenharia Mecânica. A pesquisa neste curso atingiu 114 alunos distribuídos pelas 5 turmas do curso (do primeiro ao último ano), sendo constituído em 90% do gênero masculino e 10% do gênero feminino. Desse público, 68% são brancos, 26% pardos, 5% pretos e 1% amarelo. Quanto à residência de origem, 48% são da cidade de Sertãozinho enquanto 52% são de outras localidades. Em termos de origem escolar pretérita, 52% são advindos de escolas da rede privada e 33% deste público só estuda. O curso é oferecido no período noturno e é o público de maior renda na instituição, com 50% do público concentrando renda familiar *per capita* acima de 2,5 salários mínimos, conforme constatado entre os participantes da pesquisa.

O curso de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos contou com participação de 81 alunos sendo 78% do gênero feminino e apenas 22% do gênero masculino, constituído por 60% de brancos, 28% de pardos, 6% de pretos e 2% de amarelos. Desse público, 2% não declararam o gênero. Quanto à residência de origem, assim como na Engenharia, a maior parte vem de outras localidades (56%) e 23% do público só estuda. Quanto à origem escolar pretérita, 81% advém de escolas da rede pública. Diferente do curso

de Engenharia, 72% do público do curso de Tecnólogo em GRH apresentou renda familiar *per capita* abaixo de 2,5 salários mínimos.

Quanto ao curso de Licenciatura em Química, o qual apresenta o maior índice médio de evasão do câmpus no período considerado de 2008 a 2016, e no qual constam apenas 4 alunos no último período, a pesquisa contou com a participação de 39 alunos distribuídos entre os quatro anos do curso, sendo o curso oferecido no período matutino. Esse público é composto de 64% de alunos do gênero feminino e 36% do gênero masculino, sendo ainda 82% brancos, 15% pardos e 3% pretos. Seguindo a característica dos cursos superiores pesquisados 56% dos alunos são originários de outras cidades e 44% são originários de Sertãozinho. Quanto à origem escolar pretérita, 59% são advindos de escolas da rede pública e 67% desse público só estuda. Quanto à renda familiar *per capita*, 69% apresentaram renda abaixo de 2,5 salários mínimos. O que se percebe aqui é que o altíssimo índice de evasão não está tanto atrelado à vulnerabilidade dos alunos, como no caso dos cursos da modalidade EJA (curso de maior evasão em nível médio), sendo que a maioria dos estudantes se dedica somente aos estudos, o que nos leva à hipótese de estar havendo alguma inconformidade quanto ao oferecimento deste curso na instituição ou quanto ao currículo desenvolvido no curso.

5.2.2 Motivos que auxiliaram a permanência no curso

Na sequência do questionário, foi apresentada uma questão aberta sobre os motivos que os têm levado a permanecer no curso escolhido, já que a pesquisa foi realizada com o público estudante no IFSP-SRT. Seguem as ocorrências de acordo com as modalidades de cursos (Tabelas 24 e 25):

Tabela 24 - Motivos para permanência nos cursos de nível técnico

Ocorrências	Nº de Ocorrências/Cursos		
	TQ	TA	EJA
Ter aulas práticas	0	0	1
Oferecer auxílio financeiro	11	0	2
Ensino gratuito	5	0	0
Qualidade do ensino ofertado	44	8	4

continua...

Tabela 24 - Motivos para permanência nos cursos de nível técnico – *continuação...*

Ocorrências	Nº de Ocorrências/Cursos		
	TQ	TA	EJA
Interesse pela área	10	7	1
Busca qualificação na área	0	8	5
Preparação para o vestibular	4	0	4
Possibilidade de sair do Ensino Médio com uma profissão visando melhoria de vida	34	5	7
Apoio familiar	9	1	0
Interesse em concluir o EM	7	0	13
Proximidade da residência	2	0	0
Complemento de currículo	2	0	1
Amizades	3	1	0
Oferecer atividades variadas e possibilidade de participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e estágio	1	1	0
Foco nos estudos	4	1	0
Possuir um setor Sociopedagógico	1	0	0
Duração do curso	0	1	0
Horário do curso	0	1	0
Indicação	0	1	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Nesta questão, o curso Técnico em Química Integrado ao EM apontou como principal motivação para continuidade no curso a qualidade do ensino oferecido, seguida da questão do curso de ensino médio ser integrado ao técnico oferecendo oportunidades de trabalho após conclusão do mesmo e depois o fato do curso oferecer auxílios financeiros e a afinidade com a área. A questão de preparação para o ENEM ou vestibulares foi pouco mencionada, porém, parece estar contemplada na ocorrência “qualidade do ensino ofertado”. Outros apontamentos de menor relevância que contribuem para a permanência no curso foram: o apoio familiar, o desejo de obter um certificado de ensino médio e o fato do ensino ser gratuito.

Também no curso Técnico em Administração concomitante, a qualidade do ensino ofertado apareceu como primeira posição, juntamente com a busca por qualificação profissional, seguida da oportunidade de sair do curso com uma profissão, conferindo o que foi apresentado na questão anterior sobre os motivos de ingresso.

Para o público do curso Técnico em Mecânica – modalidade EJA, foi apresentado como motivo para continuidade no curso a vontade de concluir o ensino médio, seguida da possibilidade de sair deste curso com uma profissão possibilitando a melhor inserção no mundo do trabalho. Outros pontos apontados em menor escala foram a busca por qualificação na área, a qualidade do ensino ofertado e a preparação para o vestibular.

Tabela 25 - Motivos para permanência nos cursos de nível superior

Ocorrências	Nº de Ocorrências/Cursos		
	EM	GRH	LQ
Oferecer auxílio financeiro	3	3	5
Ensino federal e gratuito	16	9	1
Qualidade do ensino ofertado, com bons professores e infraestrutura	21	19	10
Afinidade com a área e mundo do trabalho	32	19	11
Qualificação profissional possibilitando aumento de renda	30	25	4
Possibilidade de mudança de profissão	2	1	-
Apoio familiar	10	3	3
Necessidade / desejo em finalizar um curso superior	11	11	6
Proximidade da residência / facilidade de locomoção	11	4	5
Complemento de currículo		1	-
Influência do ensino público no mundo do trabalho da região	4	3	1
Oferecer possibilidade de participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e outros	-	-	6
Foco no aprendizado	5	6	5
Não precisar trabalhar	5	-	-
Seguir carreira acadêmica	1	-	3
Período de oferta do curso	7	-	1
Bolsa monitoria	2	-	-
Histórico familiar	1	-	-
Aproveitamento de disciplinas	1	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Com relação aos cursos superiores, a afinidade com a área e com o mundo do trabalho foi a principal razão de motivação para a permanência nos cursos de Engenharia Mecânica e Licenciatura em Química. Para o Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, a principal motivação foi almejar qualificação na área como possibilidade de aumento de renda, o que foi também bem colocado pelo curso de Engenharia Mecânica. A qualidade do ensino e

da instituição e o fato da instituição ser federal e oferecer ensino gratuito foram também colocações de grande relevância nos cursos superiores.

Como se observa, obter qualificação é o que motiva a continuidade nos cursos, o que só é possível ao público que consegue superar as dificuldades financeiras e as barreiras de aprendizagem advindas de deficiências educativas das etapas anteriores.

5.2.3. Principais dificuldades ao iniciar o curso

Um outro aspecto pesquisado tem relação com as dificuldades encontradas ao iniciar as atividades nos cursos. Foi questionado sobre a intensidade sentida com relação a dificuldades financeiras, dificuldades de aprendizagem e de relacionamento com professores, colegas, gestão e funcionários. Os apontamentos expressos demonstram que a principal dificuldade sentida com maior intensidade em todos os cursos refere-se a dificuldades de aprendizagem ou de acompanhamento dos conteúdos, o que leva a crer que os alunos chegam com uma base deficitária do ciclo de ensino antecedente. Em seguida, a maior dificuldade apontada foi a questão financeira, conforme mostrado na Tabela 26:

Tabela 26 - Dificuldades pessoais enfrentadas no início dos cursos

Ocorrência	%					
	TQ	EJA	EM	GRH	LQ	TA
Financeira	21%	25%	27%	30%	33%	22%
De aprendizagem ou de acompanhamento em disciplinas	39%	33%	37%	33%	37%	42%
De relacionamento com professores	14%	6%	7%	11%	13%	8%
De relacionamento com colegas	12%	6%	7%	10%	4%	3%
De relacionamento com a gestão	8%	6%	12%	6%	8%	6%
De relacionamento com funcionários	3%	6%	4%	2%	5%	0%
Não opinou	3%	18%	6%	8%	-	19%
Total de Questionários	115	25	114	81	39	33

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

No campo “outros”, os alunos podiam apontar outros tipos de dificuldades sentidas ao iniciar as atividades nos cursos. Houveram apontamentos nos cursos: Técnico em

Química, Técnico em Administração, Engenharia Mecânica, Tecnólogo em GRH e Licenciatura em Química, como segue na tabela 27 abaixo, sendo a dificuldade com transporte a de maior destaque. Não houveram apontamentos pelo curso Técnico em Mecânica modalidade EJA.

Vale ressaltar que na tabela anterior as dificuldades de relacionamento com professores e com a gestão também foram significativamente apontadas por alguns cursos.

Tabela 27 - "Outras" dificuldades enfrentadas no início dos cursos

Curso	“Outros” apontamentos de dificuldades encontradas	Nº de ocorrências
Técnico em Administração	Problemas com o coordenador do curso	1
	Dificuldade de acompanhamento na disciplina de matemática financeira	1
Técnico em Química	Dificuldade em conciliar horários	1
	Ensino muito exigente	1
	Depressão devido à extensa carga de conteúdos	2
	Dificuldades com transporte	1
Engenharia Mecânica	Entrar no meio do semestre	1
	Ter que mudar de cidade	1
	Tempo para estudo em casa	1
	Muita dificuldade com transporte	2
Tecnólogo em GRH	Dificuldade em acompanhamento de conteúdo devido à falta de tempo para estudar	1
	Dificuldades com transporte	1
	Valor insatisfatório do PAE	1
	Falta de ar condicionado nas salas de aula	1
	Dificuldades em conciliar o horário do transporte com os horários de trabalho e do curso	1
	Dificuldades com transporte intermunicipal	1
Licenciatura em Química	Localização / logística	1
	Dificuldades com transporte	1
	Falta de tempo para estudar	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

5.2.4 Dificuldades em acompanhamento nas disciplinas

Ao se questionar se os estudantes possuíam dificuldades de acompanhamento nos conteúdos das disciplinas ocorreu algo interessante. De acordo com as respostas apresentadas, em formato sim / não, os cursos que mais declararam passar por dificuldades de acompanhamento nas disciplinas foram os cursos: Técnico em Química modalidade Integrado, curso que detém o menor índice de evasão entre os cursos analisados e o curso de Licenciatura em Química, curso com o maior índice de evasão entre os cursos analisados, ambos da mesma área. Além desses, o curso de Engenharia Mecânica também mostra que sofre razoavelmente com dificuldade de acompanhamento em disciplinas no curso.

Seguem os resultados apresentados na Tabela 28:

Tabela 28 - Dificuldades em acompanhamento nas disciplinas

Curso	Passa por dificuldade (SIM)	Não passa por dificuldade (NÃO)
TQ	62%	38%
TA	36%	64%
TM-EJA	32%	68%
EM	41%	59%
GRH	38%	62%
LQ	49%	51%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

5.2.5 Grau de satisfação com aspectos institucionais e pessoais que interferem na aprendizagem

Nesta questão, buscou-se verificar o grau de satisfação dos estudantes sobre aspectos que poderiam interferir na aprendizagem, a fim de se ter um diagnóstico do que os alunos pensam a respeito de vários aspectos sobre professores e desenvolvimento das aulas, sobre os tipos de avaliação, sobre dificuldades pessoais e sobre a instituição. Seguem os resultados obtidos nas tabelas abaixo, conforme o percentual de respostas em cada item (Tabelas 39 a 34). As respostas foram segregadas por curso.

Tabela 29 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Técnico em Química modalidade Integrado

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva	6%	14%	11%	42%	27%
Utilização de metodologias atrativas nas aulas	2%	21%	9%	46%	22%
Apoio extraclasse	3%	11%	23%	27%	36%
Relação teoria com prática	2%	17%	9%	39%	33%
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas	3%	18%	22%	36%	21%
Tipo de avaliação	2%	27%	14%	38%	19%
Retorno sobre resultado das provas	4%	15%	16%	41%	24%
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio	7%	16%	10%	34%	34%
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)	6%	15%	45%	21%	12%
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula	4%	7%	17%	25%	46%
Tempo para estudar	11%	28%	12%	34%	15%
Sobre a Instituição...					
Espaço físico	3%	3%	3%	26%	66%
Estrutura da biblioteca	3%	1%	2%	16%	79%
Laboratórios	3%	7%	2%	34%	54%
Suporte tecnológico	3%	8%	11%	37%	41%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 30 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Técnico em Administração modalidade Concomitante/Subsequente

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva	0%	6%	6%	43%	45%
Utilização de metodologias atrativas nas aulas	0%	16%	18%	45%	21%
Apoio extraclasse	3%	9%	39%	24%	25%
Relação teoria com prática	0%	9%	18%	45%	28%
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas	0%	15%	31%	42%	12%
Tipo de avaliação	0%	3%	9%	64%	24%
Retorno sobre resultado das provas	3%	15%	9%	45%	28%
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio	0%	31%	12%	30%	27%
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)	3%	36%	36%	21%	4%
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula	0%	9%	24%	39%	28%
Tempo para estudar	15%	39%	15%	24%	7%
Sobre a Instituição...					
Espaço físico	6%	12%	3%	27%	52%
Estrutura da biblioteca	0%	9%	6%	18%	67%
Laboratórios	3%	7%	21%	30%	39%
Suporte tecnológico	6%	3%	28%	33%	30%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 31 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Técnico em Mecânica modalidade EJA

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva	12%	4%	24%	16%	44%
Utilização de metodologias atrativas nas aulas	8%	4%	29%	29%	29%
Apoio extraclasse	8%	16%	28%	20%	28%
Relação teoria com prática	16%	8%	20%	16%	40%
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas	16%	12%	20%	28%	24%
Tipo de avaliação	8%	8%	28%	32%	24%
Retorno sobre resultado das provas	13%	8%	21%	29%	29%
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio	20%	16%	24%	12%	28%
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)	12%	16%	36%	20%	16%
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula	8%	4%	52%	12%	24%
Tempo para estudar	44%	16%	24%	8%	8%
Sobre a Instituição...					
Espaço físico	16%	8%	8%	4%	64%
Estrutura da biblioteca	16%	4%	20%	4%	56%
Laboratórios	16%	8%	8%	12%	56%
Suporte tecnológico	16%	4%	20%	16%	44%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 32 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Engenharia Mecânica

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva	1%	12%	5%	55%	27%
Utilização de metodologias atrativas nas aulas	2%	16%	11%	51%	20%
Apoio extraclasse	5%	11%	30%	22%	32%
Relação teoria com prática	2%	25%	22%	32%	19%
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas	4%	12%	13%	42%	29%
Tipo de avaliação	3%	12%	15%	46%	24%
Retorno sobre resultado das provas	4%	16%	18%	32%	30%
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio	6%	25%	7%	21%	41%
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)	2%	18%	31%	17%	32%
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula	1%	11%	32%	27%	29%
Tempo para estudar	14%	22%	8%	25%	31%
Sobre a Instituição...					
Espaço físico	3%	7%	5%	42%	43%
Estrutura da biblioteca	0%	11%	11%	36%	42%
Laboratórios	2%	16%	16%	38%	28%
Suporte tecnológico	3%	17%	16%	40%	24%
Processo de aproveitamento de disciplinas e trancamento	4%	11%	45%	25%	15%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 33 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso: Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva	7%	9%	4%	33%	47%
Utilização de metodologias atrativas nas aulas	0%	20%	4%	49%	27%
Apoio extraclasse	1%	20%	19%	25%	35%
Relação teoria com prática	0%	22%	14%	42%	22%
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas	2%	12%	4%	56%	26%
Tipo de avaliação	2%	11%	5%	47%	35%
Retorno sobre resultado das provas	1%	10%	7%	40%	42%
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio	4%	17%	6%	42%	31%
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)	10%	14%	26%	28%	22%
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula	1%	6%	21%	30%	42%
Tempo para estudar	21%	21%	2%	42%	14%
Sobre a Instituição...					
Espaço físico	1%	7%	1%	22%	69%
Estrutura da biblioteca	0%	7%	2%	21%	70%
Laboratórios	2%	15%	9%	35%	39%
Suporte tecnológico	0%	15%	14%	37%	34%
Processo de aproveitamento de disciplinas e trancamento	1%	1%	48%	16%	34%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 34 - Grau de satisfação quanto a aspectos que interferem na aprendizagem - Curso Licenciatura em Química

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva	3%	23%	0%	56%	18%
Utilização de metodologias atrativas nas aulas	8%	26%	8%	53%	5%
Apoio extraclasse	0%	24%	15%	28%	33%
Relação teoria com prática	3%	23%	5%	49%	20%
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas	0%	15%	13%	46%	26%
Tipo de avaliação	3%	41%	10%	33%	13%
Retorno sobre resultado das provas	10%	31%	0%	44%	15%
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio	18%	23%	5%	21%	33%
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)	8%	10%	41%	18%	23%
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula	5%	18%	13%	23%	41%
Tempo para estudar	10%	31%	5%	31%	23%
Sobre a Instituição...					
Espaço físico	3%	10%	0%	49%	38%
Estrutura da biblioteca	5%	5%	8%	36%	46%
Laboratórios	13%	21%	3%	35%	28%
Suporte tecnológico	10%	33%	8%	28%	21%
Processo de aproveitamento de disciplinas e trancamento	15%	5%	36%	26%	18%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

De acordo com os resultados apresentados, os alunos se sentem satisfeitos com a instituição de um modo geral, não havendo nenhum ponto que declarasse uma total insatisfação com algum dos motivos apresentados, apenas no curso técnico da modalidade EJA, houve uma tendência de insatisfação com o tempo fora da escola, a base do ensino fundamental e o tempo para estudar, apresentados como motivos de dificuldades pessoais. Vale a verificação de que na Tabela 31, referente às respostas dos estudantes da modalidade

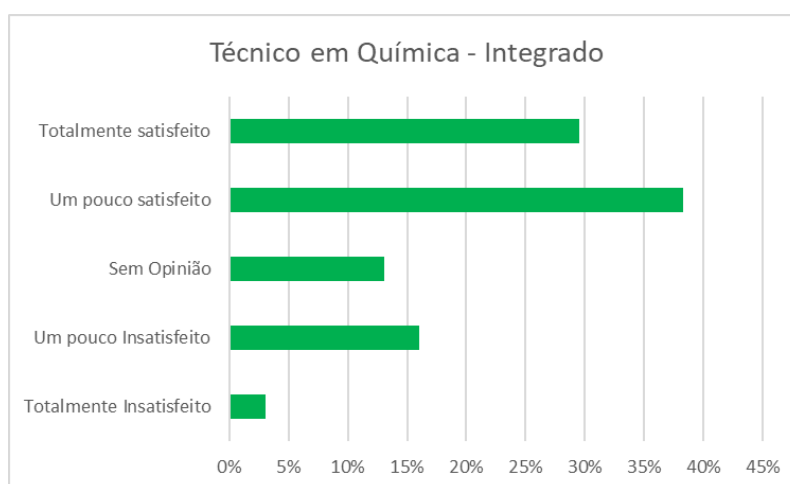
EJA, fica evidente a frequência de respostas “não tenho opinião”, quando comparada às tabelas dos outros cursos pesquisados. Esse resultado demonstra o quanto esses alunos não se envolvem ou não querem se envolver em assuntos da instituição que lhes dizem respeito, podendo evidenciar um distanciamento deste público com a instituição.

No curso de Licenciatura em Química, houve demonstração de um pouco de insatisfação com metodologias, retorno das provas, base do ensino médio e tempo para estudar, se mostrando, na maioria das respostas como satisfeito com os quesitos apresentados. Esse resultado satisfatório talvez tivesse apresentação contrária caso a pesquisa tivesse sido realizada com os alunos evadidos e não com os alunos em curso que, de uma forma ou de outra, conseguiram superar suas dificuldades e insatisfações.

Quanto aos aspectos apontados para demonstração de satisfação como: professores e desenvolvimento das aulas, avaliação, dificuldades pessoais e sobre a instituição, seguem os gráficos que apontam os resultados gerais de cada tópico (Gráficos 14 a 37):

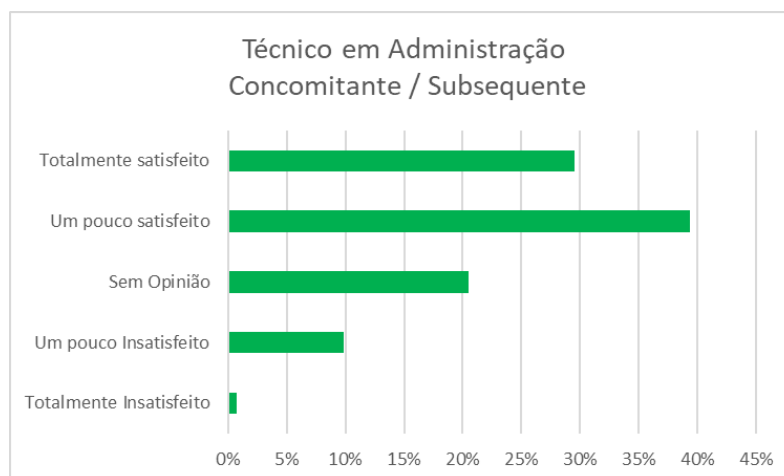
•Sobre professores e desenvolvimento das aulas:

Gráfico 14 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas – Curso: TQ



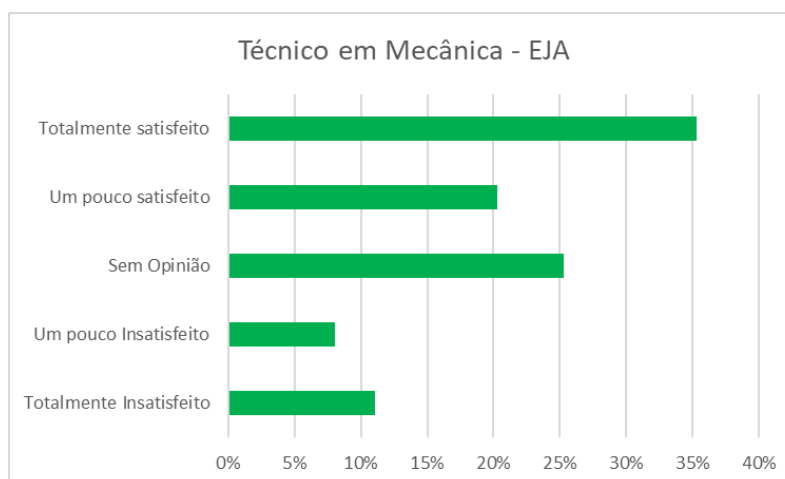
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 15 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas –
Curso: TA



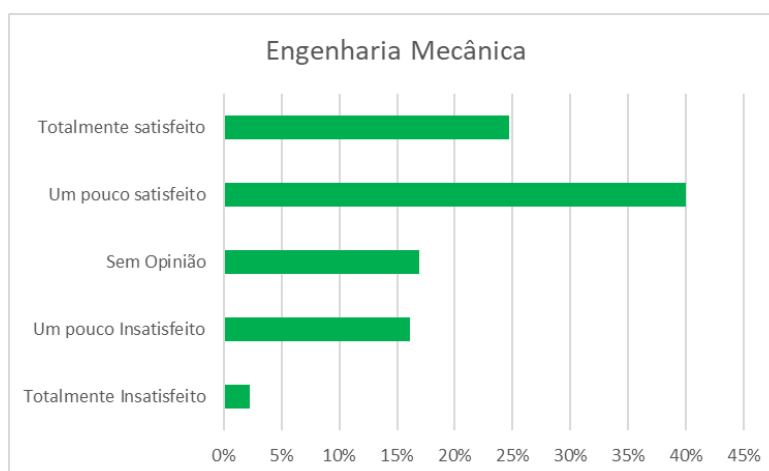
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 16 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas –
Curso TM-EJA



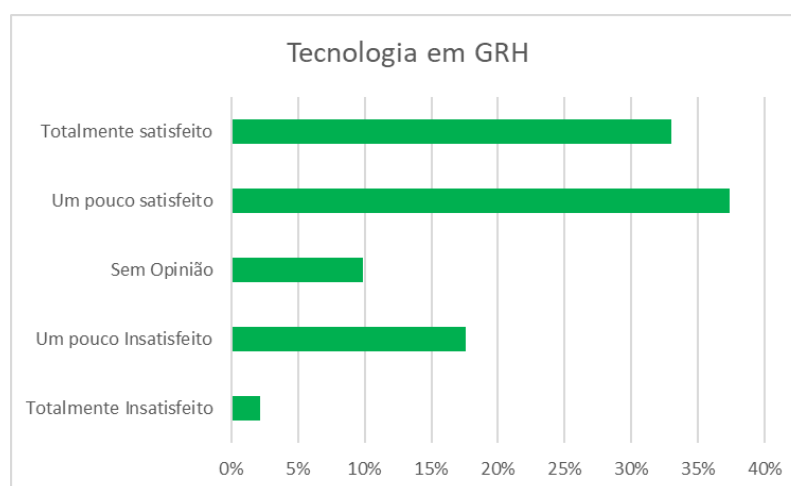
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 17 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas –
Curso: EM



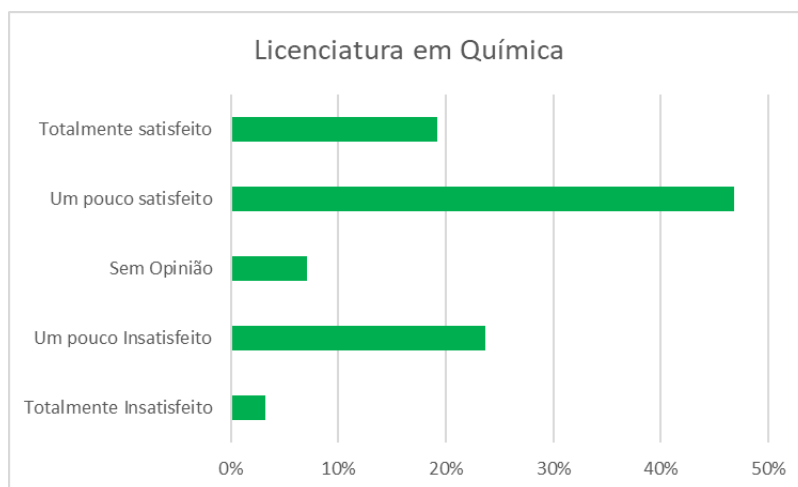
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 18 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas –
Curso: GRH



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

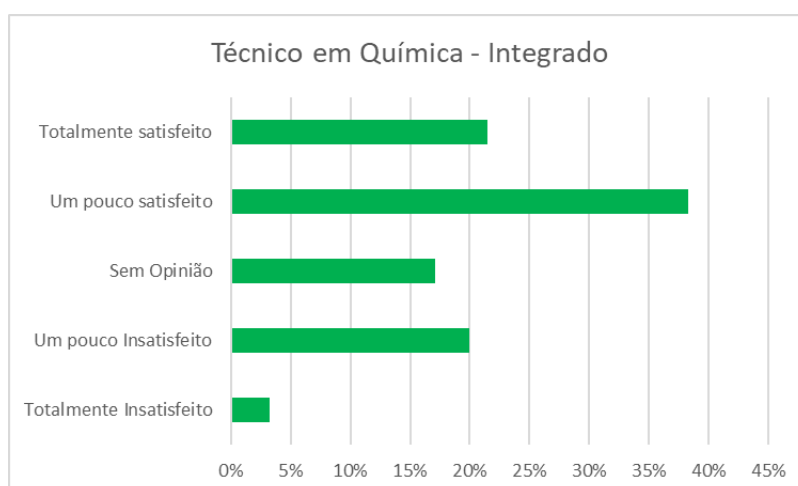
Gráfico 19 – Resultado geral de satisfação sobre professores e desenvolvimento das aulas –
Curso: LQ



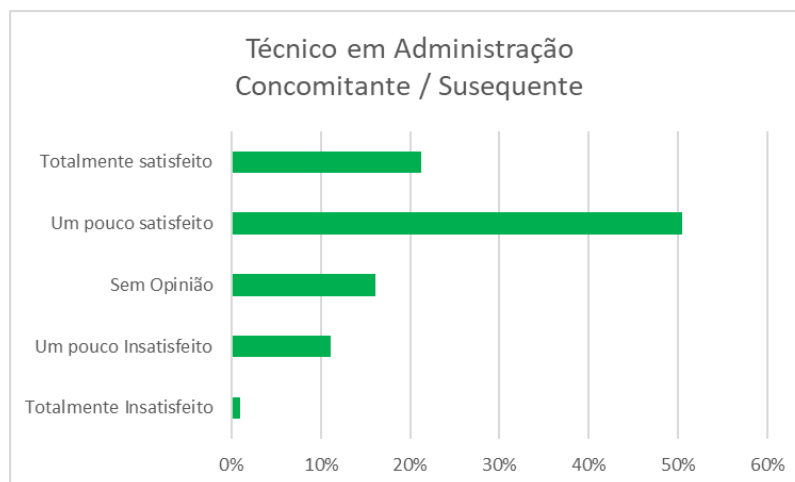
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

•Sobre os tipos de avaliação...

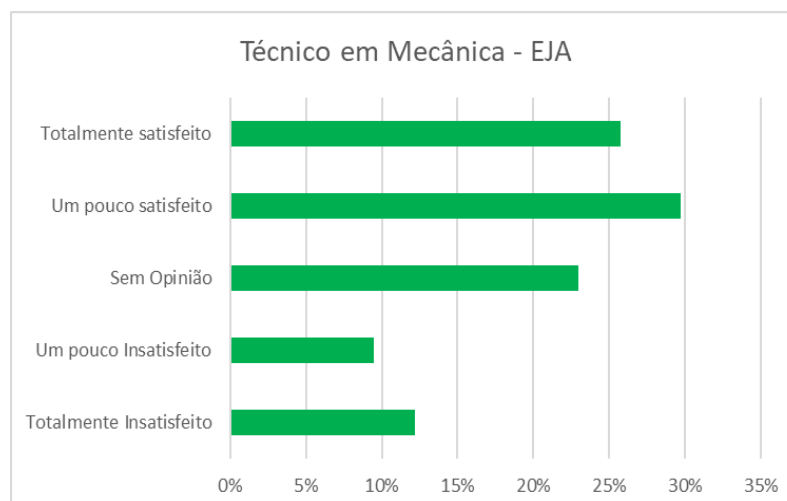
Gráfico 20 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: TQ



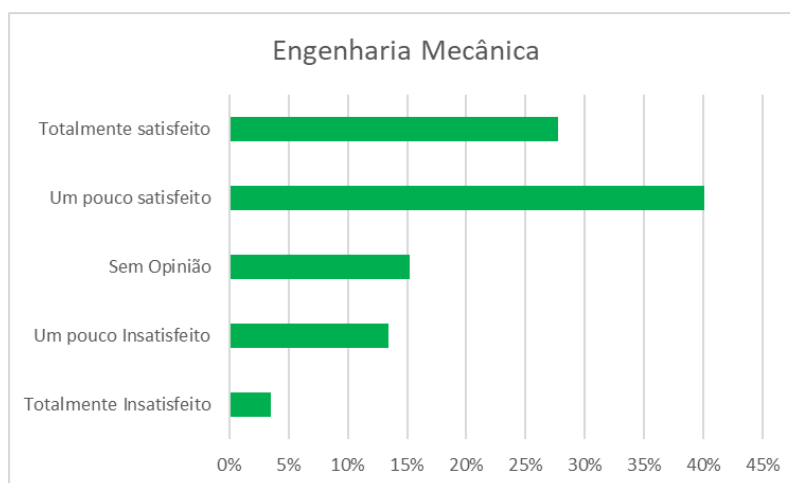
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 21 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: TA

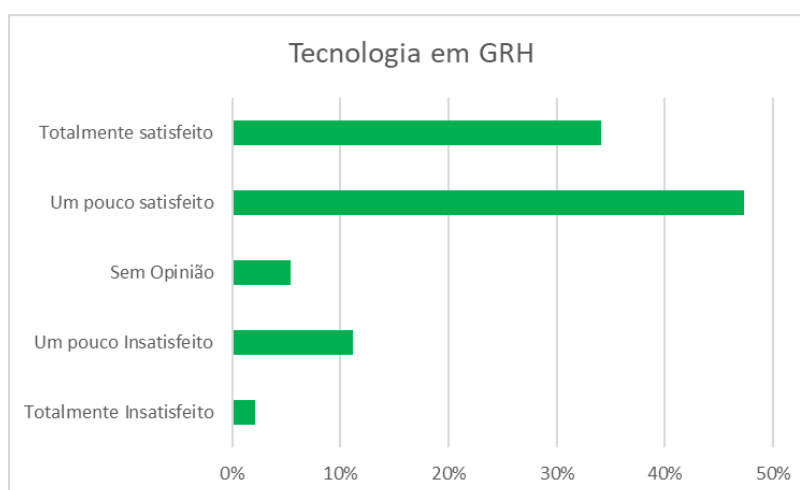
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 22 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: TM-EJA

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

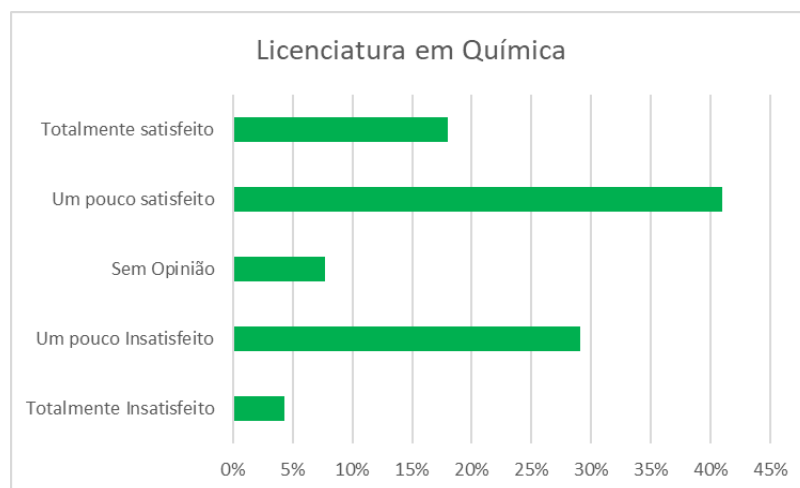
Gráfico 23 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: EM

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 24 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: GRH

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

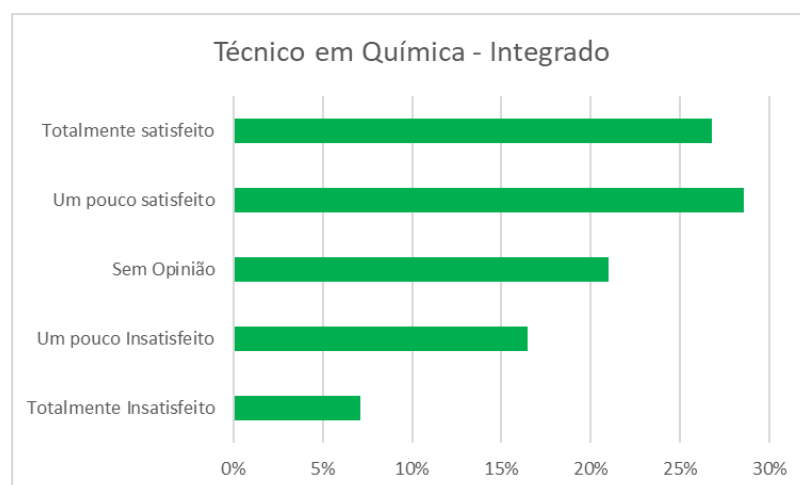
Gráfico 25 – Resultado geral de satisfação sobre os tipos de avaliação – Curso: LQ



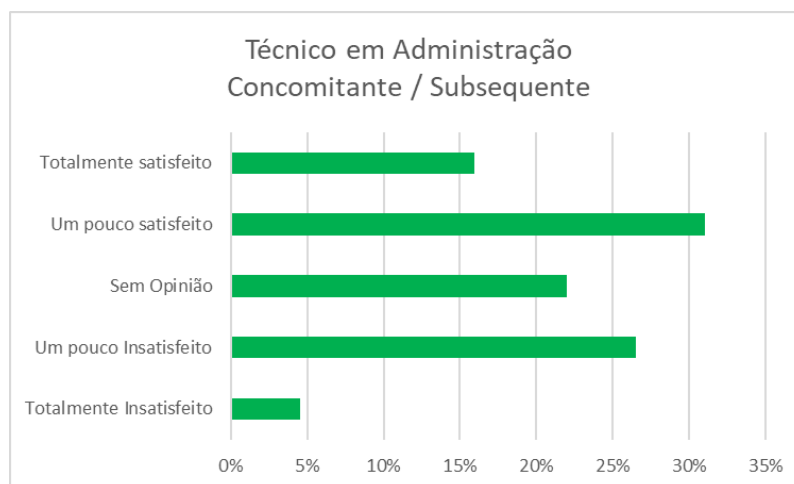
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

•Sobre suas dificuldades pessoais...

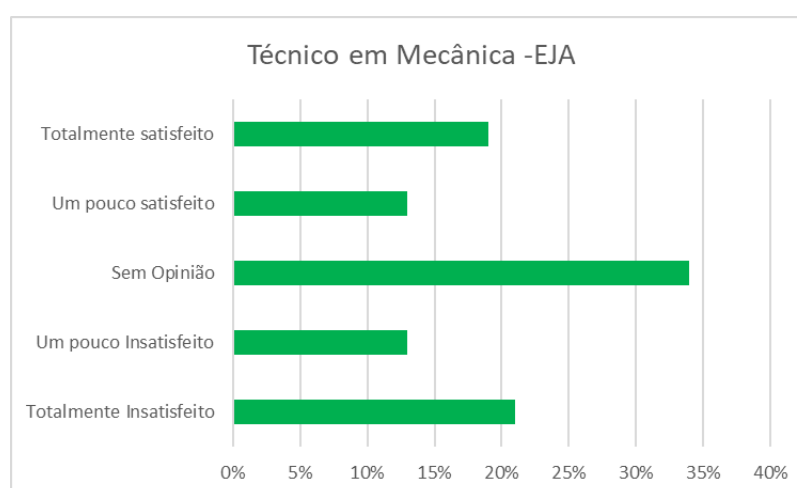
Gráfico 26 – Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: TQ



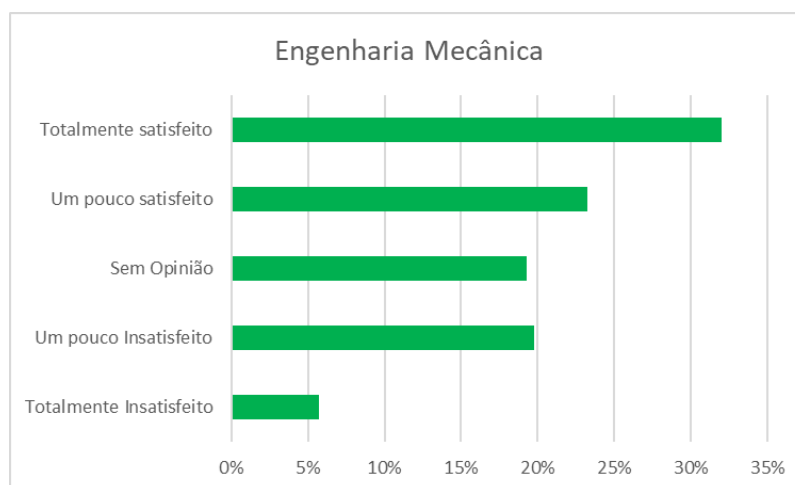
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 27 – Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: TA

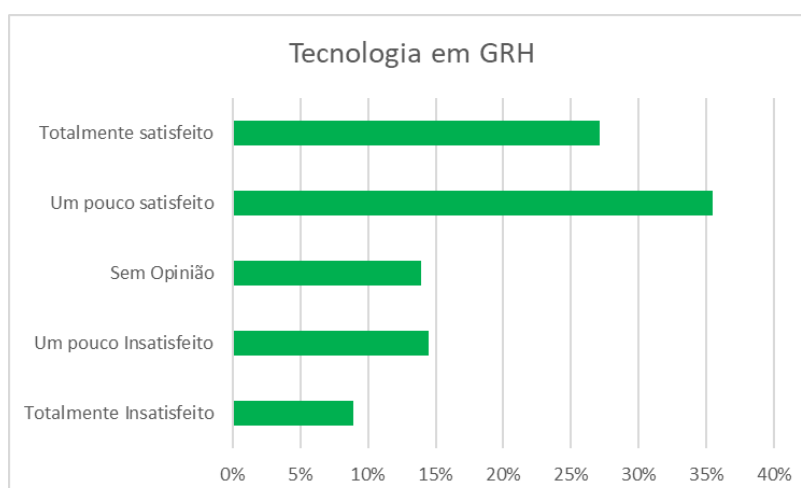
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 28 – Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: EJA

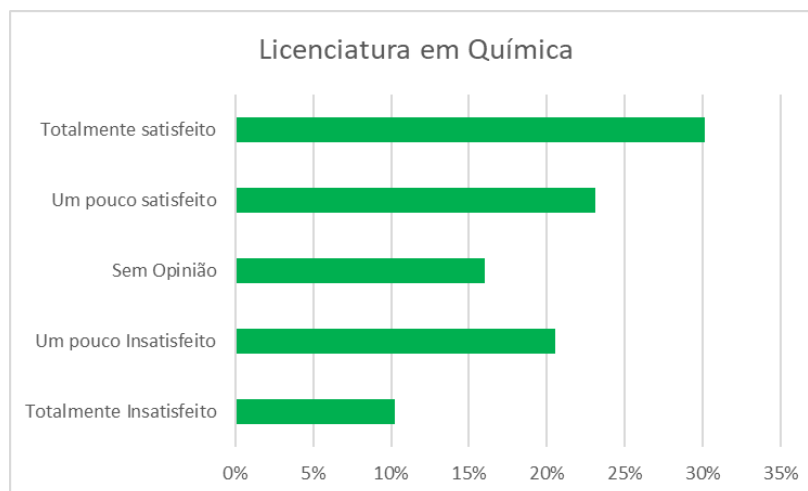
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 29 – Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso : EM

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

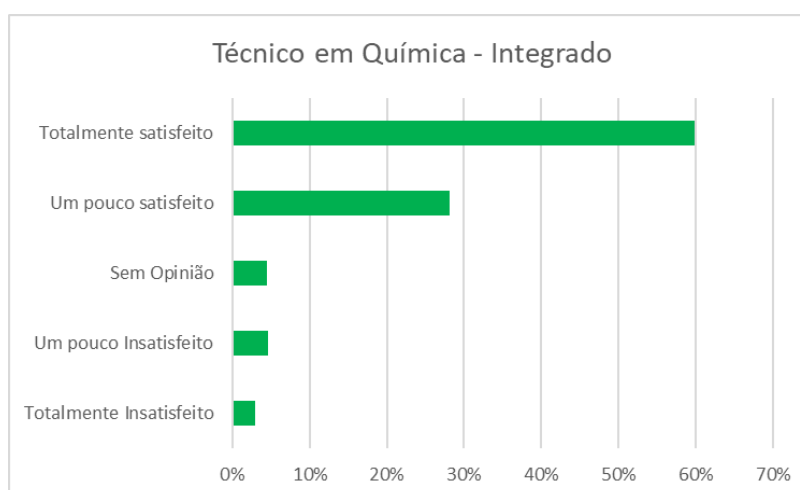
Gráfico 30 – Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais– Curso: GRH

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

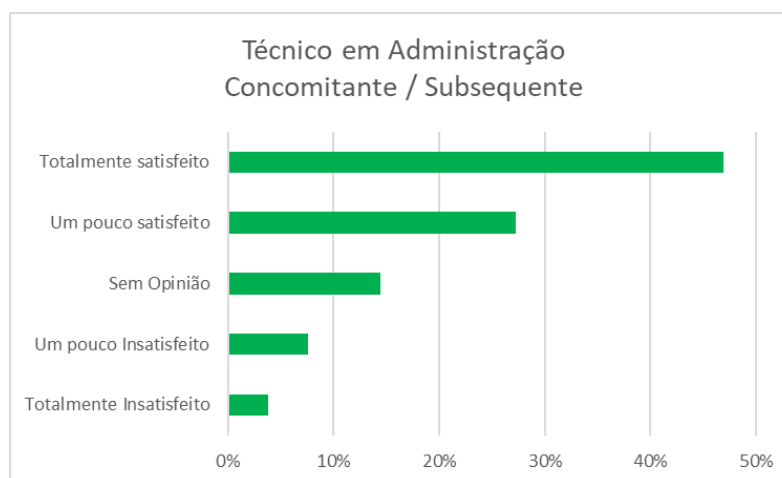
Gráfico 31 – Resultado geral de satisfação sobre as dificuldades pessoais – Curso: LQ

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

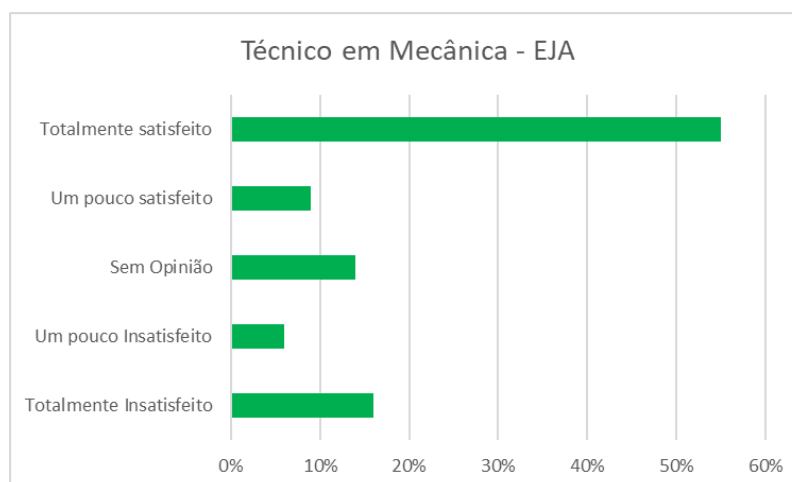
•Sobre a Instituição...

Gráfico 32 – Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: TQ

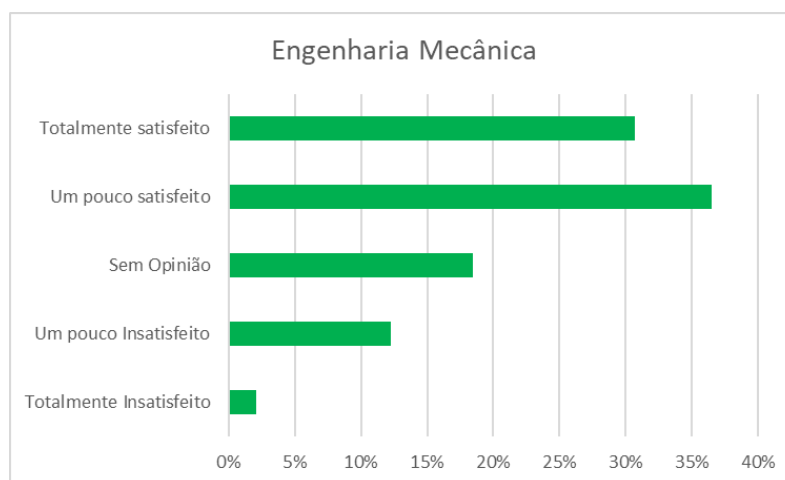
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 33 – Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: TA

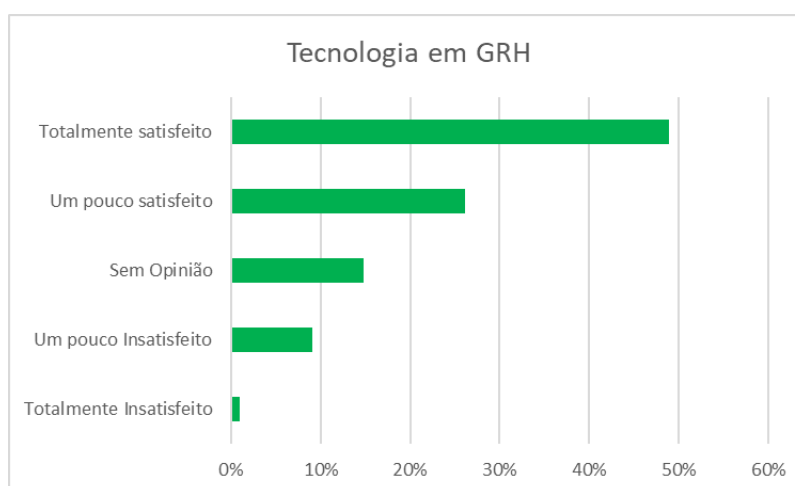
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 34 – Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: EJA

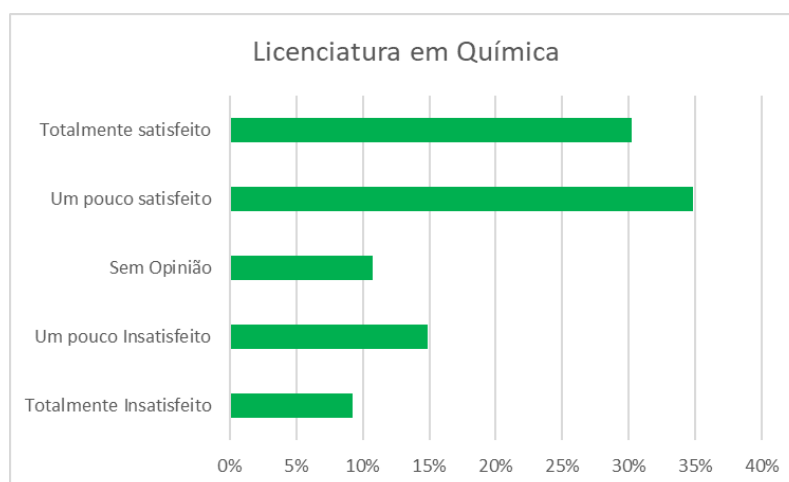
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 35 – Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: EM

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 36 – Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: GRH

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 37 – Resultado geral de satisfação sobre a Instituição – Curso: LQ

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

De acordo com os gráficos, percebe-se uma incoerência nos níveis de satisfação apontados com relação à Instituição no curso Técnico em Mecânica da modalidade EJA e do curso Licenciatura em Química, que não condiz com os altos índices de evasão destes cursos. Para um melhor resultado de análise seria necessária pesquisa com os alunos evadidos.

Apesar de se mostrarem, em sua maioria, satisfeitos com os quesitos acima, os alunos demonstraram outras insatisfações, apontadas no campo “outros”, como segue no quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - “Outras” insatisfações quanto a aspectos que interferem na aprendizagem apontadas pelos estudantes

Curso	Apontamentos
TQ	<ul style="list-style-type: none"> ● Deveria haver mais aulas práticas ● Deveriam servir refeição ao invés de lanche (cookies e achocolatado)

continua...

Quadro 4 - “Outras” insatisfações quanto a aspectos que interferem na aprendizagem apontadas pelos estudantes – *continuação...*

Curso	Apontamentos
EJA	<ul style="list-style-type: none"> • Com os cortes de verbas o suporte aos alunos tem diminuído
	<ul style="list-style-type: none"> • Acha que deveria haver um controle de faltas e aviso aos alunos para que não ultrapassassem o limite
TA	<ul style="list-style-type: none"> • Deveria haver disponibilidade de material didático confeccionado pelos professores, pois há professores que demoram em disponibilizar o material para estudo no Webdiário
	<ul style="list-style-type: none"> • Deveria haver menos palestras obrigatórias sobre Gênero, Raça...
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na limpeza e na manutenção de aparelhos de ar condicionado, além de haver muitos equipamentos que não funcionam
	<ul style="list-style-type: none"> • Muito calor nas salas de aula necessitando com urgência de ar condicionado e conserto dos ventiladores
EM	<ul style="list-style-type: none"> • Percebem que alguns professores desmotivam os alunos pelas aulas dadas ou pelo modo de correção das provas
	<ul style="list-style-type: none"> • Os laboratórios poderiam ser melhor aproveitados no curso e deveriam estabelecer procedimentos para uso de avental e consumo de alimentos no local
	<ul style="list-style-type: none"> • Gostariam que parassem de pensar em mudar o curso para diurno pois o curso noturno oferece mais oportunidades a quem precisa trabalhar
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta conectividade com internet em salas de aula
GRH	<ul style="list-style-type: none"> • Falta espaço para impressões e xerox para os alunos
	<ul style="list-style-type: none"> • Professores sobrecarregados interferindo na aprendizagem dos alunos
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de motivação pelos docentes
	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas pontuais no laboratório de informática
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta disciplina de informática aplicada ao RH ao invés de banco de dados
LQ	<ul style="list-style-type: none"> • Demora de disponibilidade e análise ineficiente do Auxílio Estudantil
	<ul style="list-style-type: none"> • Deveria haver mais disponibilidade de horários de professores para sanar dúvidas no mesmo período das aulas

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Nota-se que os alunos sofrem com a carência de verbas no setor público, sentidas, principalmente neste último ano, impossibilitando a garantia de manutenção de aparelhos eletrônicos e investimento rápido em infraestrutura como por exemplo um restaurante. Além disso se mostraram insatisfeitos também com aspectos relacionados aos

professores e às metodologias e sugerem também que haja um controle mais eficiente das faltas no caso do curso na modalidade EJA sendo que o acompanhamento das faltas é feito pelo webdiário, porém, para melhor controle deve haver a pontualidade dos docentes no lançamento das faltas no mesmo. Também solicitam materiais didáticos confeccionados pelos professores, como apostilas, cuja insatisfação advém também do atraso dos professores em disponibilizar os materiais no webdiário.

Esses dados, advindos diretamente dos alunos, demonstram claramente que os projetos pedagógicos devem pensar o público do IF como um público que trabalha, que vive da venda de sua força de trabalho, sendo o ganho para subsistência seu foco principal, devendo haver motivação e um projeto pedagógico pensado para este tipo de aluno, que vai faltar às aulas, que vai estar muitas vezes cansado, que possui os conhecimentos do mundo do trabalho, da experiência, e, muitas vezes, possuem dificuldades com a linguagem utilizada pelos professores e pelos materiais didáticos disponíveis.

Dessa forma, repensar os conteúdos a serem apresentados e as formas didáticas, os modos de avaliação e a compreensão das faltas apresentando-lhes um outro modo de acompanhamento dos conteúdos, pensando sempre no compromisso ético, político e social da instituição e mantendo-se o nível de qualidade, pode ser o caminho para a contenção da evasão.

5.2.6 Uso da estrutura do câmpus em horários extra aulas

Um outro ponto questionado foi sobre o uso da estrutura do câmpus para estudos além do horário de aula, a fim de verificar a opinião dos alunos sobre a possibilidade de uso de toda a estrutura que o câmpus oferece, ou mesmo identificar se há alguma deficiência neste quesito que atrapalha a permanência dos alunos que necessitam de seu uso.

Tabela 35 - Uso da estrutura do câmpus em horário oposto ao do curso

Curso	Sim, consegue	Não consegue	Por que não consegue
TQ	83%	17%	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades com transporte • Apoio em horário que não consegue comparecer devido a transporte
TA	39%	61%	<ul style="list-style-type: none"> • Reside em outra cidade • Trabalha o dia todo • Faz estágio no período oposto às aulas • Tempo escasso conciliando trabalho, casa e filhos • Dificuldade com transporte por morar longe
EJA	65%	35%	<ul style="list-style-type: none"> • Por não ter condições por morar longe • Por falta de tempo devido a trabalho
EM	59%	41%	<ul style="list-style-type: none"> • Por falta de tempo devido a trabalho • Por problemas com transporte devido trabalhar e residir em outra cidade • Por residir em outra cidade e depender de transporte caro
GRH	52%	48%	<ul style="list-style-type: none"> • Por motivo de trabalho • Por dificuldade de transporte disponível de sua residência até o câmpus • Porque mora longe do câmpus • Trabalha o dia todo e reside em outra cidade
LQ	74%	26%	<ul style="list-style-type: none"> • Por morar em outra cidade e trabalhar • Porque o período da tarde tem muito aluno para poucos recursos no câmpus

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

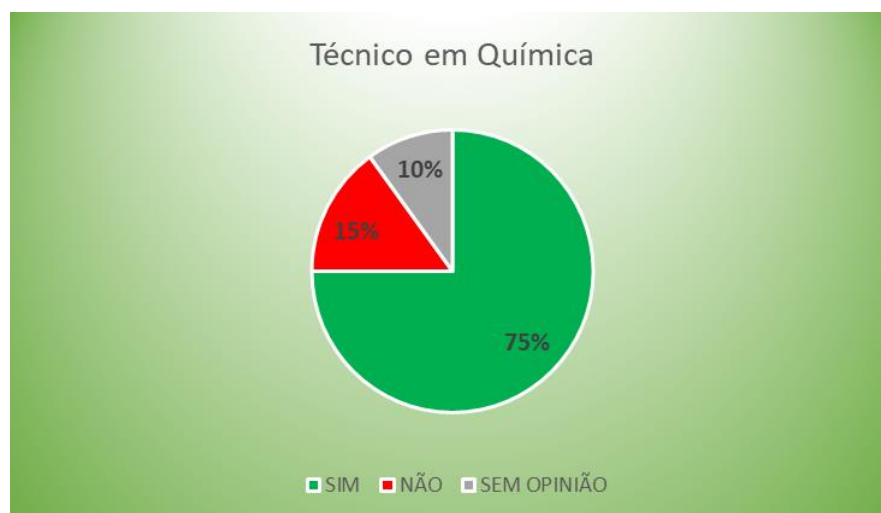
Pelo que os alunos declararam na Tabela 35, os principais motivos de não conseguirem utilizar o que o câmpus oferece, inclusive o horário disponível para sanar dúvidas, são: motivo de trabalho e de dificuldade de transporte/locomoção até o câmpus. Em todo o montante da pesquisa houve somente um aluno do curso de Tecnologia em Gestão de

Recursos Humanos que declarou não utilizar a estrutura do câmpus por motivo de haver muita burocracia para acesso aos locais, o que não foi levado em consideração por não ser relevante.

5.2.7 Visão sobre a colaboração da gestão para a permanência dos alunos

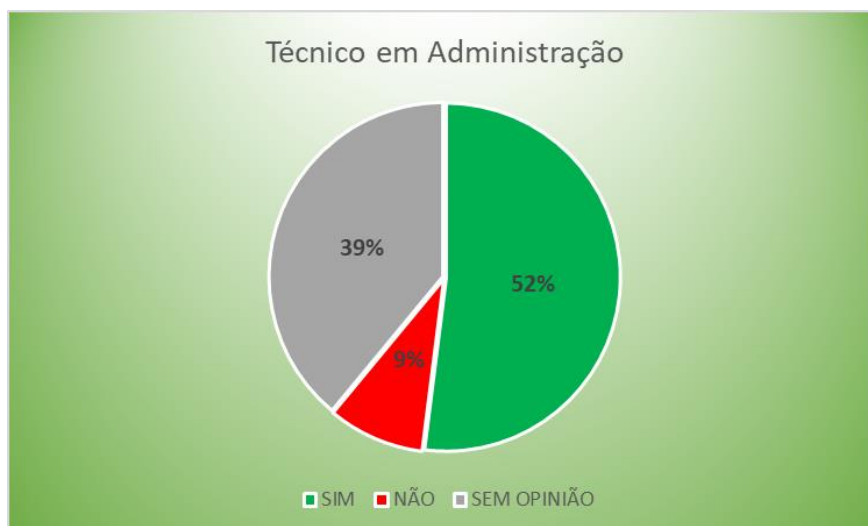
Nesta questão o objetivo era verificar a opinião dos alunos a respeito do trabalho da gestão do câmpus. Para tanto, a questão solicitava a resposta sobre se os alunos achavam que a gestão colaborava para a permanência dos mesmos e de que maneira eles achavam que a gestão colaborava. As respostas foram bastante positivas, porém, havendo um alto número de alunos sem opinião no curso Técnico em Administração e um índice mais alto de respostas negativas no curso de Licenciatura em Química, em relação aos outros cursos (Gráficos 38 a 43). A seguir, buscou-se resposta sobre a visão dos alunos de como a gestão colabora para a permanência dos alunos (Quadros 5 e 6).

Gráfico 38 – Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência –
Curso: TQ



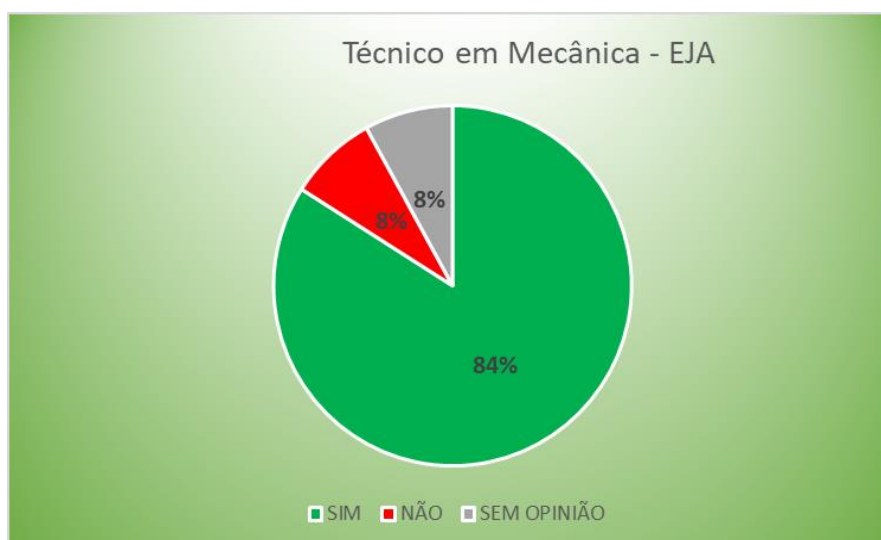
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 39 – Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência –
Curso: TA



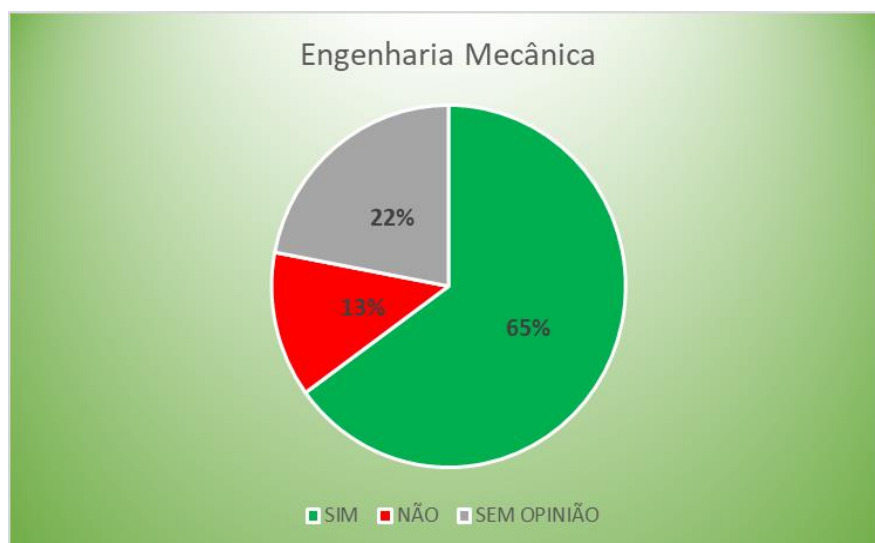
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 40 – Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência –
Curso: TM-EJA



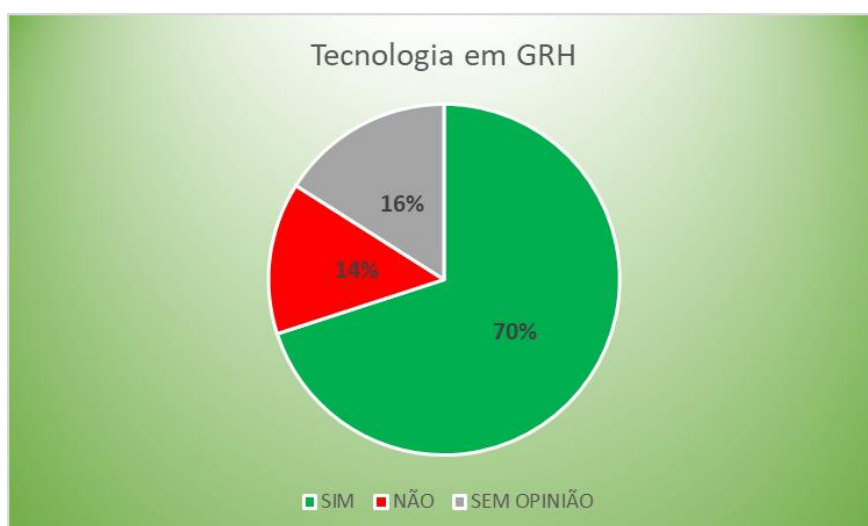
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 41 – Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência –
Curso: EM



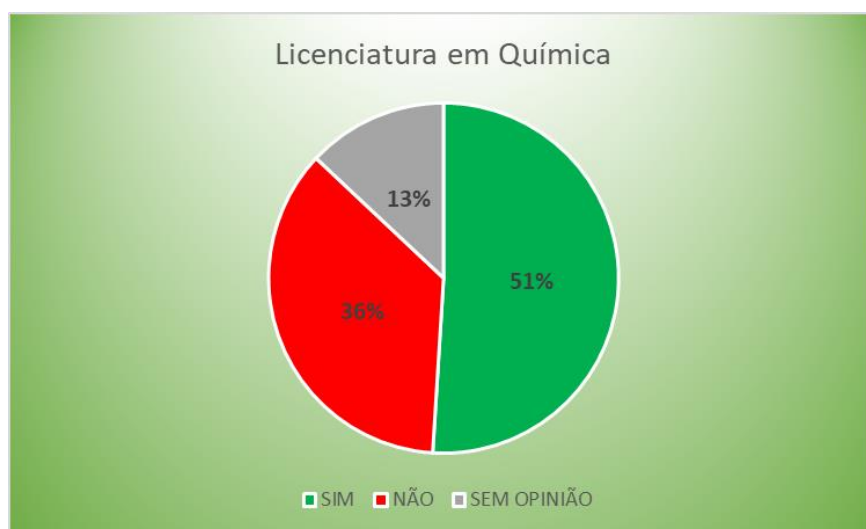
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 42 – Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência –
Curso: GRH



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 43 – Visão dos alunos sobre a colaboração da gestão para a permanência –
Curso: LQ



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Esses dados demonstram que pode estar havendo algum problema de visibilidade da gestão pelos cursos de Licenciatura em Química e Técnico em Administração concomitante/subsequente, que deve ser repensado pela gestão. E isso se revela bastante preocupante quando analisamos que o curso de Licenciatura em Química é o curso de maior índice de evasão da instituição, havendo no último ano apenas 4 alunos para conclusão do curso, sendo também o curso Técnico em Administração concomitante/subsequente um curso de reinício recente no IFSP-SRT e que já conta com alto índice de evasão.

A hipótese é que estes alunos, assim como os dos cursos da modalidade EJA, os quais se mostraram bastante indiferentes em suas respostas, não estão se sentindo parte da instituição, ou seja, não estão sendo ouvidos adequadamente ou tendo a mesma visibilidade que outros cursos pela gestão. A partir desta pesquisa pôde-se constatar que quando o aluno é ouvido ele se sente parte da instituição e consegue contribuir para a melhoria da mesma, já que a escola existe em função do aluno, que é quem usufrui dos serviços oferecidos e pode dar a devida opinião a respeito dos problemas, apontando suas reais necessidades e as fragilidades da instituição em atendê-los.

Ao se questionar os estudantes sobre a forma que o trabalho da equipe gestora e demais funcionários estaria ajudando na permanência dos alunos, a partir de questão aberta, os alunos se mostraram bastante satisfeitos em opinar e os quadros 5 e 6 demonstram essas concepções apontadas separando-as de acordo com aspectos positivos e negativos.

Quadro 5 - Visão dos alunos sobre as formas de colaboração da escola para a permanência dos alunos – aspectos positivos

Aspectos positivos apontados pelos alunos

- Trabalhando para que seja uma das instituições de melhores notas no ENEM
 - Apesar dos cortes anuais de verbas os funcionários ainda conseguem que o câmpus tenha uma boa qualidade de ensino, são competentes e qualificados
 - Pela atenção que dão aos alunos, incentivando-os à permanência
 - Questionam os alunos sobre o curso, além de oferecer auxílio financeiro, pedagógico, psicológico e ter nutricionista, sempre pensando em ajudar o aluno
 - Dialogam com os alunos tentando compreender os problemas e ajudar em dificuldades de aprendizagem e pessoal
 - Pedem opiniões dos alunos a respeito de certos temas
 - Se preocupam com as notas dos alunos, como estão em casa e com o que há de errado
 - Auxiliam na formação do aluno com palestras, congressos, etc.
 - Através do auxílio estudantil e conversas com os alunos para a permanência
 - Sanando as dúvidas e passando informações
 - São prestativos, colaboram, motivam, incentivam
 - Dando apoio psicológico e psicopedagógico
 - Olhando os estudantes como pessoas e não como números
 - Pelo apoio, gentileza, respeito entre as partes e competência
 - Se importam com os alunos e os escutam
 - Tornando o ambiente agradável para quem vai permanecer por 4 anos ou mais
 - Há preocupação com o bem-estar do aluno e respostas rápidas e eficientes
 - São amigos, interativos e se importam com o futuro dos jovens
 - Tentam facilitar os processos e diminuir a burocracia
-

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Quadro 6 - Visão dos alunos sobre as formas de colaboração da escola para a permanência dos alunos – aspectos negativos

Aspectos negativos apontados pelos alunos
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação entre gestão, professores e alunos • Há muita burocracia e complicação na entrega de documentos para estágio • As vezes o atendimento é demorado e acaba prejudicando o aluno • Sentem falta de mais conversa entre gestão e alunos • Sentem falta da presença de Diretores no período noturno • Acham que deveria haver um controle de faltas e aviso aos alunos para que não ultrapassassem o limite • Falta um pouco mais de apoio psicológico e psicopedagógico no câmpus • Falta um pouco de atenção ao curso EJA pelo setor CAE • Falta adequação no tratamento dado aos alunos dos cursos de nível superior • Falta mais dedicação e disponibilidade de algumas coordenações de cursos que não oferecem o apoio necessário ao aluno • Há falhas de comunicação entre gestão e alunos • Alguns funcionários desqualificados e departamentos que não cumprem horários • Falta transparência da gestão com relação aos processos e auxílios concedidos • Os funcionários administrativos deveriam usar identificação, pois a maioria é desconhecida pelos alunos • Os atrasos nos pagamentos dos auxílios (PAE, bolsas, projetos) dificultam a vinda dos alunos à escola

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

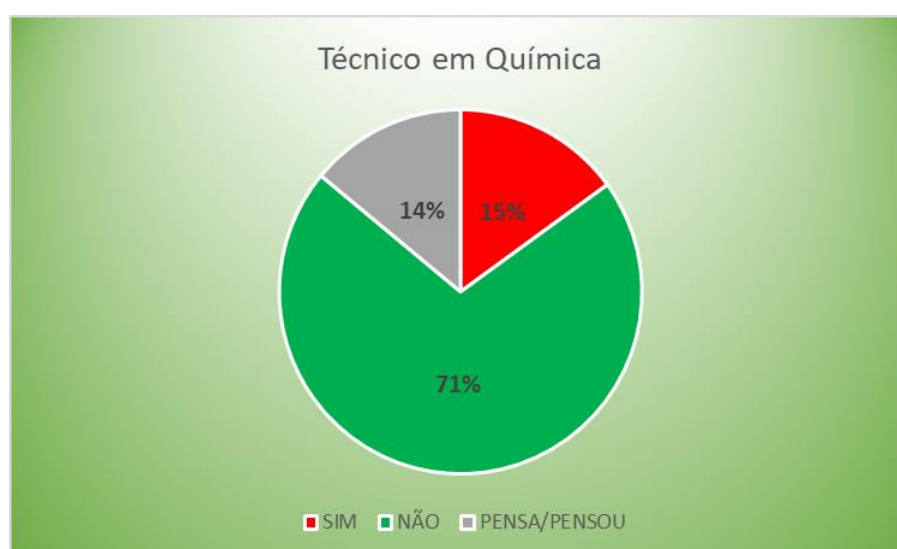
Apesar dos aspectos apresentados, que, tanto positivos como negativos servirão de base para futuras decisões da gestão, vale ressaltar que um aluno do curso Técnico em Mecânica – EJA e dois alunos do curso de Licenciatura em Química apontaram que acham os funcionários administrativos indiferentes à permanência do aluno.

5.2.8 Aspectos referentes a desistências de curso/disciplinas

Um outro aspecto de análise objetivava saber o nível de desistência dos alunos em curso ou em disciplinas e suas concepções ou reclamações a respeito.

Os gráficos 44 a 49 abaixo demonstram o percentual de alunos que continuam em curso, mas que já desistiram do curso/disciplina em algum momento ou não desistiram, mas já pensaram ou ainda pensam. Logo após cada gráfico seguem os quadros (tabelas 36 a 41), com os motivos potencializadores de desistências apontados pelos alunos (dos que fizeram apontamentos, pois a maioria que não desistiu, também não indicou o motivo). Os fatores estão elencados por ordem de relevância nas respostas.

Gráfico 44 – Desistência de curso/disciplina – Curso: TQ



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 36 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – TQ

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso	Nº de apontamentos
Não desistiu	
• Aprendeu a lidar com e valorizar as dificuldades do curso como potencializadora de crescimento pessoal e profissional	4
• Se apaixonou pelo curso	2
• Dedicção por valorizar a qualidade do curso	2
• Não encontrou dificuldades no curso	1

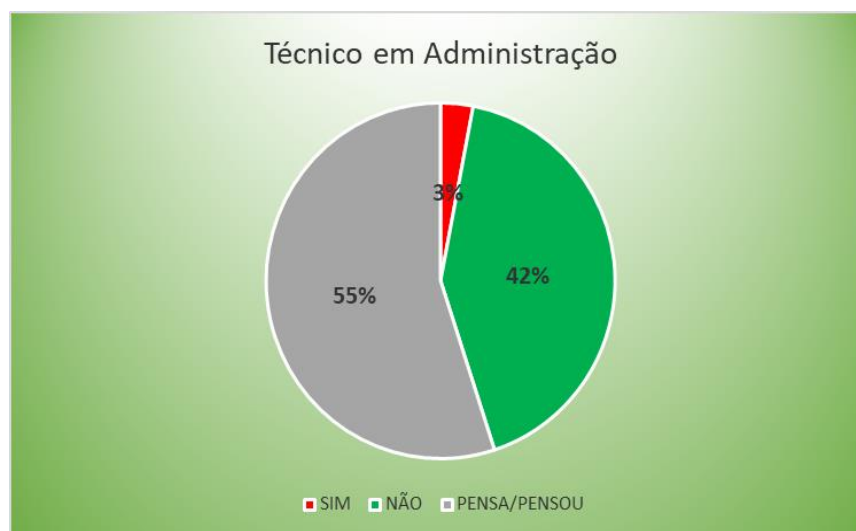
continua...

Tabela 36 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – TQ - *continuação*

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso Pensou, mas não desistiu	Nº de apontamentos
• Dificuldade em acompanhar as matérias	3
• Não se enxergava na área mas quer terminar o que iniciou	3
• Pressão (escola/família)	2
• Pressão psicológica e problemas de ansiedade	1
• Sobrecarga de trabalho, cansaço e desânimo	1
• Motivos pessoais	1
• Insatisfação com as notas	1
• Problemas de relacionamento com professor	1
Total de questionários aplicados neste curso	115
Total de apontamentos	22

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 45 – Desistência de curso/disciplina –Curso: TA

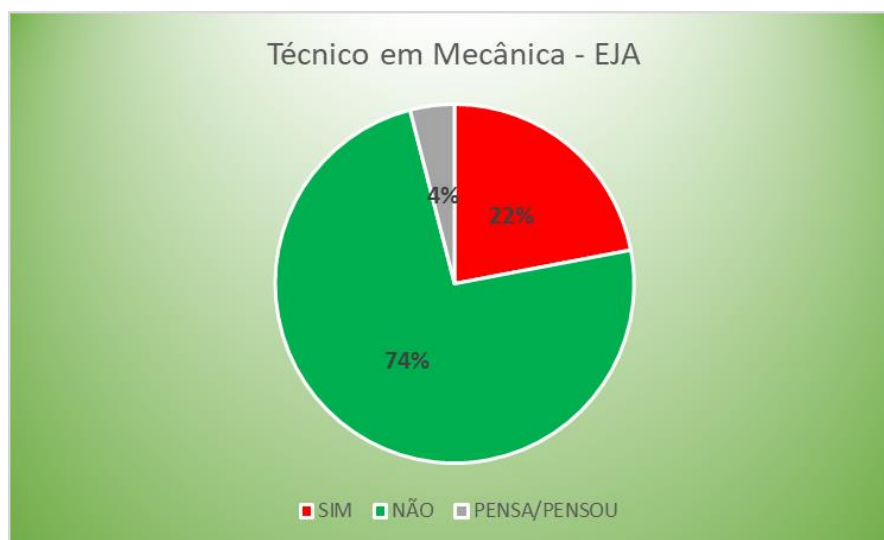


Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 37 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina - TA

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso	
Não desistiu	Nº de apontamentos
Foco em terminar o EM	2
Aprendeu a lidar com e valorizar as dificuldades do curso como potencializadora de crescimento pessoal e profissional	1
Pensou, mas não desistiu	
Sobrecarga de trabalho, cansaço e desânimo	3
Motivos pessoais	3
Problemas de relacionamento com professor	3
Muita exigência no PINA (Projeto Integrador) sem considerar a sobrecarga de trabalhos	2
Ter que viajar muito a trabalho	1
Problemas com transporte por residir em outra cidade	1
Dificuldade em acompanhar as matérias	1
Total de questionários aplicados neste curso	33
Total de apontamentos	17

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 46 – Desistência de curso/disciplina – Curso: TM-EJA

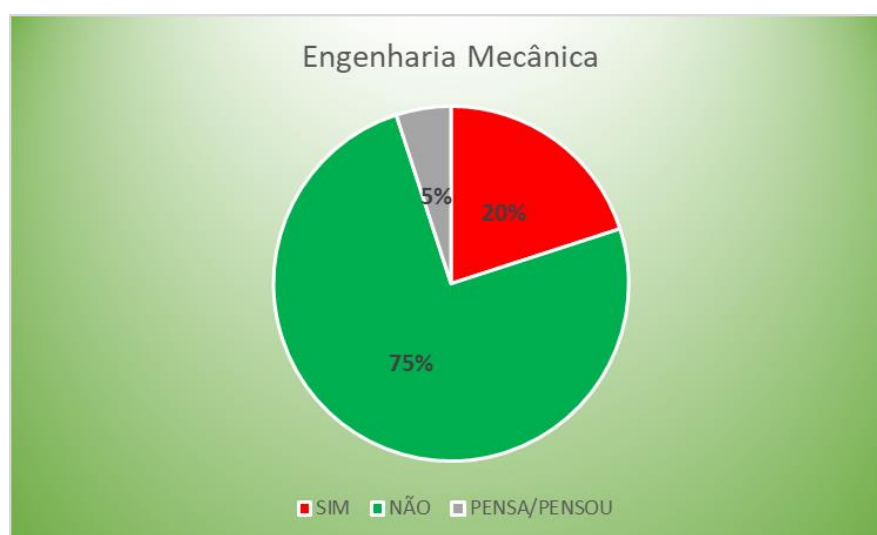
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 38 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – TM-EJA

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso	
Não desistiu	Nº de apontamentos
O curso é muito interessante para a vida profissional	1
Pensou, mas não desistiu	
Cansaço devido acúmulo escola/trabalho	2
Motivos pessoais	1
Dedicação por dar valor à qualidade do curso	1
Devido ao horário que termina	1
Total de questionários aplicados neste curso	25
Total de apontamentos	6

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 47 – Desistência de curso/disciplina – Curso: EM



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 39 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – EM

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso	
Não desistiu	Nº de apontamentos
Foco em terminar o ensino superior	1
Pensou, mas não desistiu	
Dificuldade em acompanhar as matérias	11
Motivos pessoais	3
Ter que viajar muito a trabalho	3
Falta de tempo para estudar devido ao trabalho	3
Cansaço devido acúmulo escola/trabalho	2
Carga excessiva de matérias e disciplinas	2
Avaliações muito exigentes e insatisfação com notas	1
Não encontrou dificuldades durante o curso	1
Motivos financeiros	1
Devido à fraca base do EM	1
Total de questionários aplicados neste curso	114
Total de apontamentos	32

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 48 – Desistência de curso/disciplina – Curso: GRH

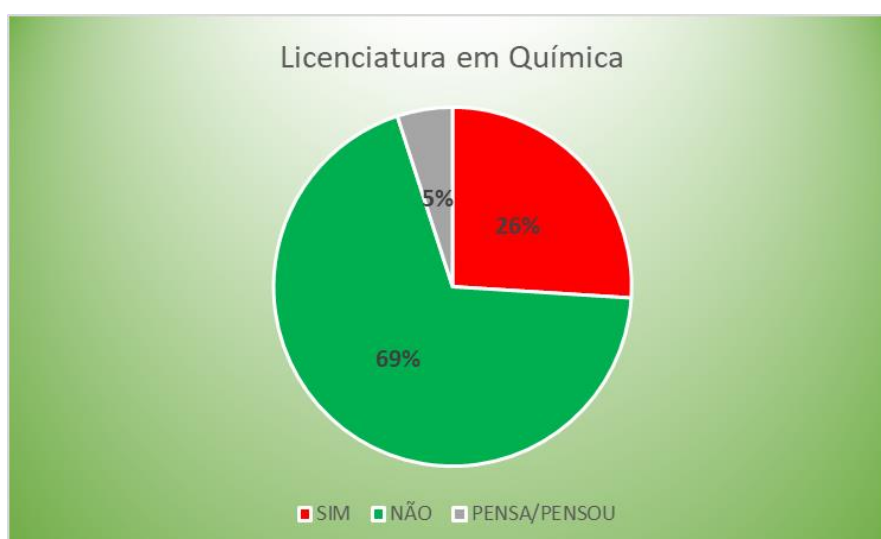
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 40 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – GRH

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso	
Não desistiu	Nº de apontamentos
Foco em terminar o curso	6
Gosta do curso	4
Conseguiu superar as dificuldades durante o curso	3
Aprendeu a lidar com e valorizar as dificuldades do curso como potencializadora de crescimento pessoal e profissional	1
Apoio dos colegas	1
Pensou, mas não desistiu	
Dificuldade em acompanhar as matérias	4
Sobrecarga de trabalho, cansaço e desânimo	1
Motivos pessoais	1
Muitas disciplinas desestimulantes	1
Problemas com professor	1
Problemas com transporte por residir em outra cidade	1
Falta de tempo para estudar devido ao trabalho	1
Dificuldade em conciliar horário trabalho/curso	1
Total de questionários aplicados neste curso	81
Total de apontamentos	26

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 49 – Desistência de curso/disciplina – Curso: LQ



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Tabela 41 - Motivos apontados pelos alunos sobre a não desistência do curso/disciplina – LQ

Motivos de não desistência apontados pelos alunos em curso	
Não desistiu	Nº de apontamentos
Foco em terminar o curso	1
Pensou, mas não desistiu	
Professor desmotivador interessado em política e problemas pessoais	3
Problemas com professor	2
Incompatibilidade de horário de reposição de aulas	2
Dificuldade em conciliar horário trabalho/curso	2
Pressão (escola/família)	1
Conseguiu superar as dificuldades durante o curso	1
Nível baixo do curso em termos de conteúdo e pesquisa	1
Total de questionários aplicados neste curso	39
Total de apontamentos	13

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

5.2.9 Concepções dos alunos em curso sobre os motivos que levam outros alunos a evadirem

Finalizando as pesquisas foi questionado aos alunos em curso suas opiniões sobre quais os fatores que levam um aluno a desistir do curso e, posteriormente, conforme será apresentado na próxima seção, quais suas opiniões sobre o que deveria ser feito para facilitar a permanência nos cursos. Foram apresentados nos questionários 16 motivos, solicitando que os alunos apontassem os 5 motivos mais relevantes. Apesar disso, alguns alunos apontaram mais de 5 motivos e os resultados estão apresentados nos gráficos 50 a 55, conforme a relevância de apontamentos em cada motivo e, posteriormente, outros também que eles apontaram (Quadro 7).

Gráfico 50 – Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: TQ



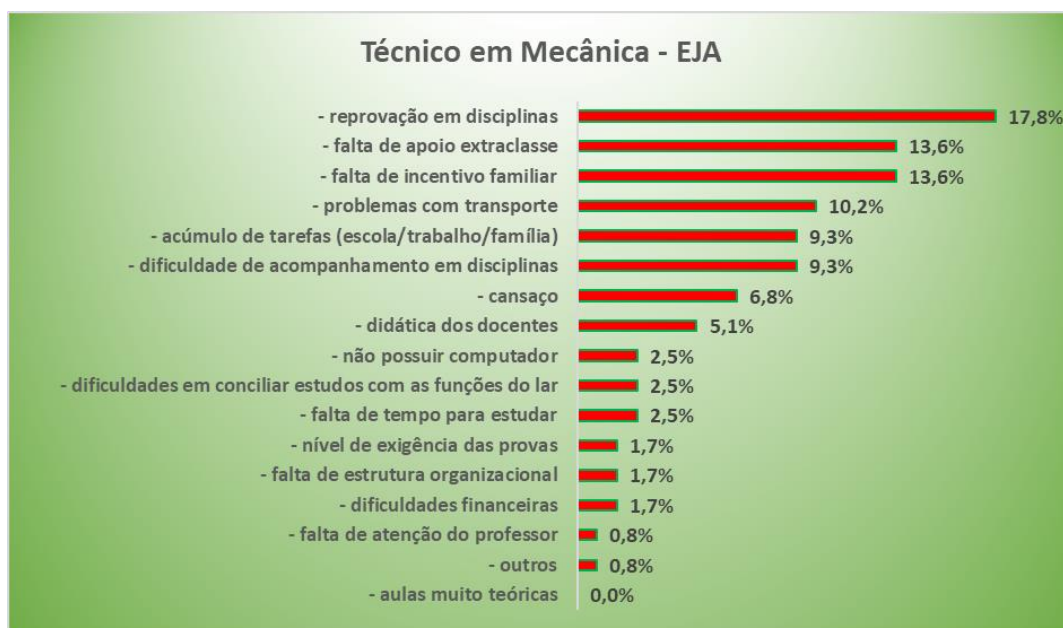
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 51 – Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso:TA



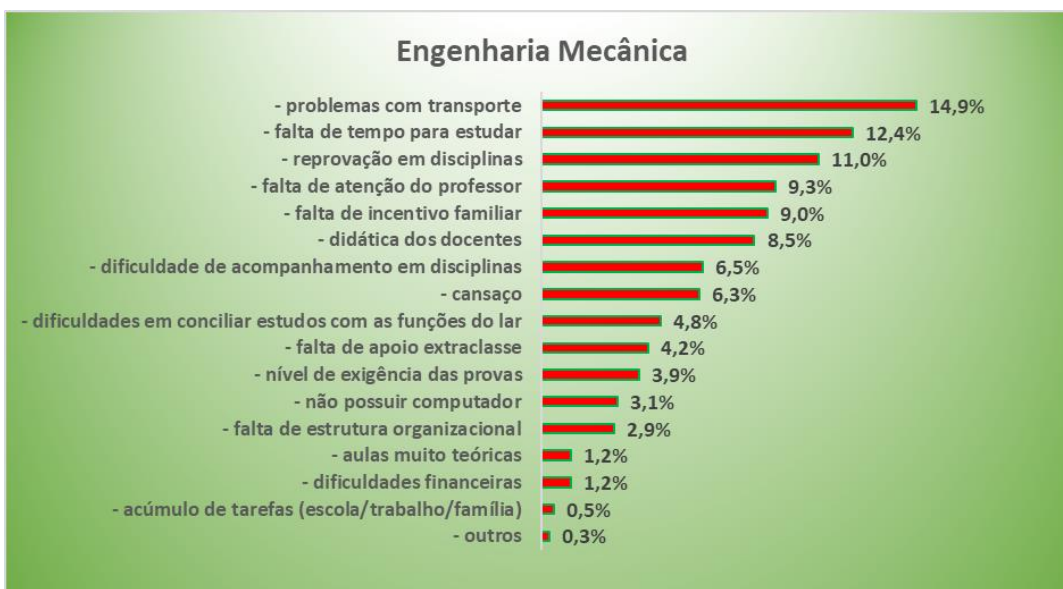
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 52 – Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: TM - EJA



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 53 – Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: EM



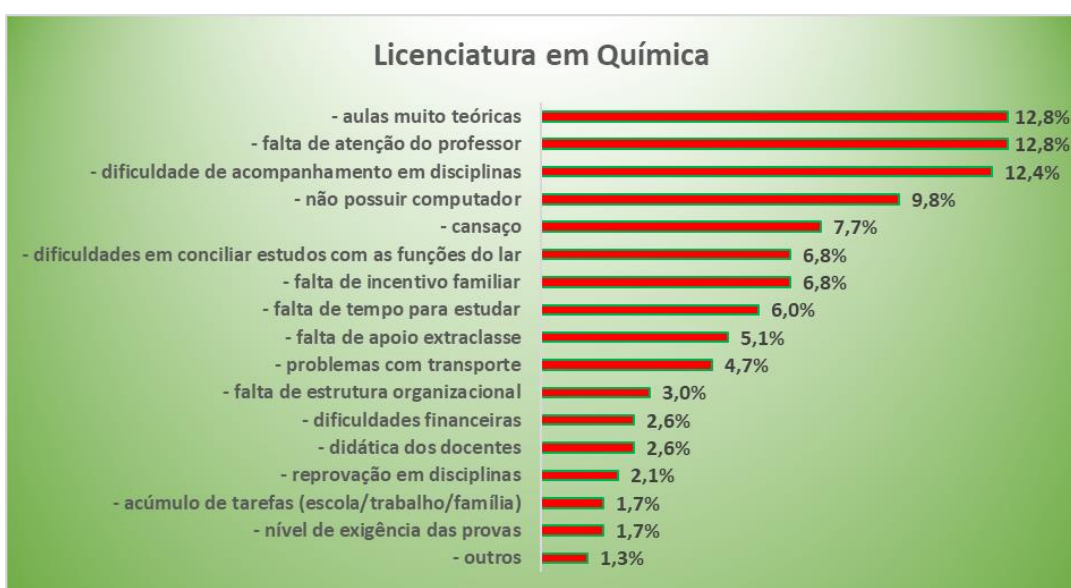
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 54 – Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: GRH



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Gráfico 55 – Motivos de evasão conforme concepção dos alunos – Curso: LQ



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

O quadro 7 mostra os apontamentos como “outros” motivos que levam à evasão apontados pelos alunos. Além das escolhas nos itens sugeridos na questão o espaço “outros” também foi utilizado pelos alunos.

Quadro 7 - “Outros” motivos apontados pelos alunos como motivadores de evasão nos cursos

Curso	“Outros” motivos para evasão
TQ	• Boatos ruins de professores que dizem que o aluno irá mal na escola, que vai reprovar, que perderá a vida social desencorajando o aluno
	• Problemas psicológicos como ansiedade e depressão
TA	• Falta de interesse do próprio aluno
	• Professor trazer problemas de casa e descontar nos alunos
	• Desmotivação por tirar notas ruins e o professor não entender que os alunos trabalham porque precisam
	• Muitas vezes o professor
EJA	• A falta de emprego que leva as pessoas a procurarem emprego em outra cidade ou aceitar trabalho em qualquer horário
EM	• Falta de vontade do aluno não dando valor à instituição que é pública e de ótimo nível de ensino
	• Salas de aula sem ventilação adequada
GRH	-
LQ	• Inflexibilidade da mudança de aulas na grade curricular
	• Professores que não levam o curso a sério e o deixam muito básico o que faz com que alunos bons percam o interesse

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

5.2.10 Opinião dos alunos em curso sobre o que precisa ser feito para garantir a permanência dos alunos

O quadro 8 mostra os apontamentos dos alunos sobre o que deveria ser melhorado para contenção da evasão nos cursos. Percebe-se que esta questão foi utilizada pelos alunos como um “desabafo” sobre suas concepções e necessidades, sendo apontados desde problemas pessoais até problemas com docentes e infraestrutura. A ideia que se tem é

que os alunos consideram os cursos bastante exigentes em termos didáticos e, essa questão, aliada às dificuldades financeiras e psicológicas de conciliação escola/trabalho/lar levam os alunos a evadirem. Seguem os apontamentos em cada curso:

Quadro 8 - Melhorias apontadas pelos alunos para contenção da evasão

Curso	Melhorias sugeridas para conter a evasão
TQ	<ul style="list-style-type: none"> • Mais auxílios financeiros • Oferecer transporte gratuito a todos que necessitam • Melhorar alimentação • Melhorar cantina e ofertar restaurante • Melhorar apoio psicológico e socioeconômico • Pesquisa sobre o nível de dificuldade dos alunos • Mais apoio dos professores a alunos com maior dificuldade • Professores mais motivados, pacientes e apoiadores • Menos terrorismo e pressão por parte dos professores nas disciplinas • Pesquisa de opinião com alunos sobre as aulas / Possibilidade de troca de professores • Solicitar opinião dos alunos sobre atividades para integração de alunos novos e veteranos • Comunicação mais eficiente sobre o que os cursos oferecem • Provas substitutivas em todas as disciplinas para reposição de notas ruins • Alterar sistema de notas para trimestral ao invés de bimestral • Diminuir horas de estágio já que os mesmos, em sua maioria, não são remunerados • Viabilizar contratações nas empresas por meio de carta de apresentação • Flexibilidade nos horários • Investigar alunos evadidos e buscar soluções

continua...

Quadro 8 - Melhorias apontadas pelos alunos para contenção da evasão - *continuação*

Melhorias sugeridas para conter a evasão	
TA	<ul style="list-style-type: none"> • Mais aulas práticas ao invés de teóricas • Oferecer transporte gratuito em parceria com prefeitura • Ofertar o curso à distância • Mais apoio dos professores a alunos com maior dificuldade / aulas de reforço para sanar dificuldades do nível fundamental • Provas menos exigentes • Mais pesquisas com os alunos para conhecer suas dificuldades pois as dificuldades são individualizadas • Tirar o PINA (Projeto Integrador), motivo de desistência do curso, e minimizar a quantidade de trabalhos e seminários • Melhorar fiscalização do PAE • Melhorar apoio psicológico • Revisar carga horária de estágio pois fazendo estágio não há tempo para estudar • Maior flexibilidade nos horários • Melhorar apoio financeiro • Coordenador do curso atender mais ao aluno • Professor ser mais individualista, educado e não generalizar os problemas da sala • Oferecer restaurante com sistema de “bandejão”
EJA	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a questão de faltas por motivo de trabalho • Melhorar a questão do horário de saída do curso que fica muito cansativo para quem trabalha o dia todo • Melhorar a atenção do setor sociopedagógico com o curso • Mesclar mais aulas técnicas com o ensino regular no 1º ano para motivar os alunos • Ofertar o curso à distância

continua...

Quadro 8 - Melhorias apontadas pelos alunos para contenção da evasão - *continuação***Melhorias sugeridas para conter a evasão**

- EM**
- Professores criarem material didático próprio contendo exemplos de exercícios resolvidos
 - Mais atividades práticas no curso
 - Disponibilizar transporte
 - Maior tempo para atividades e trabalhos de casa
 - Programa de auxílios mais elaborado, com apoio financeiro que permita a dedicação somente aos estudos
 - Expandir o câmpus e torna-lo mais competitivo
 - Avaliações menos exigentes
 - Melhoria da didática de alguns professores
 - Criar Restaurante Universitário no câmpus
 - Flexibilizar horário, conteúdo e exigência para quem trabalha
 - Diminuir grade curricular do curso
 - Aumentar as bolsas e o incentivo em pesquisa de IC
 - Pagar os auxílios sem atraso
 - Mais tecnologia virtual nas aulas
 - Evitar reprovações com suavização do nível de exigência nas avaliações
 - Ofertar disciplinas EAD
 - Melhorar apoio psicológico
 - Conscientização dos professores de que o pessoal trabalha e aplicação de mais trabalhos em sala de aula do que em casa
 - Ampliar monitoria
 - Ofertar o curso em outro período também
 - Abrir mais horários para DP, em cursos que tenham a mesma carga horária, em finais de semana, em período oposto ao do curso
 - Garantir maior número de professores disponíveis para DP em regime especial

continua...

Quadro 8 - Melhorias apontadas pelos alunos para contenção da evasão - *continuação***Melhorias sugeridas para conter a evasão**

-
- Melhor fiscalização dos auxílios do PAE para que fique mais justo
 - Novas formas didáticas
 - Reavaliação da grade curricular e dos professores
 - Aumento dos auxílios financeiros e pedagógicos
 - Menos seminários e trabalhos extra-classe pois a maioria dos alunos trabalha
 - Mais conciliação teoria/prática
 - Acompanhamento individual e mais apoio do setor sociopedagógico
 - Menos cobrança e maior entendimento da rotina do aluno que trabalha o dia todo e vai direto para a aula
 - Aulas mais interativas com menos uso de slides (excesso)
 - Visitas técnicas para integração com o mundo do trabalho
- GRH**
- Tirar algumas matérias de informática (excesso)
 - Oferecer o curso no período matutino também (além do atual)
 - Transporte gratuito em parceria com a prefeitura
 - Mais pesquisa com alunos que querem desistir
 - Dar possibilidade do aluno que trabalha não ter a obrigação de frequência nas aulas, realizando apenas uma prova com única nota
 - Rever a grade curricular de modo a facilitar o aprendizado (por ex. disciplina de matemática antes de gestão financeira)
 - Aumentar a tolerância com faltas
 - Mais apoio dos professores fora do horário de aula
 - Mais chance de aprovação além da 3ª prova
 - Flexibilidade de horários
-

continua...

Quadro 8 - Melhorias apontadas pelos alunos para contenção da evasão - *continuação***Melhorias sugeridas para conter a evasão**

-
- Aumentar os incentivos financeiros
 - Oferecer cursos sobre os conteúdos básicos fora do horário de aula como auxílio aos que vêm com base deficitária do Ensino Médio
 - Investir na estrutura: espaço para xerox e restaurante a preços baixos
 - Maior número de bolsas e desenvolvimento de projetos
 - Provas menos exigentes / repensar os métodos de avaliação
 - Garantir transporte
- LQ
- Maior diálogo com alunos para conhecer suas dificuldades
 - Apoio virtual a alunos com falta de tempo
 - Capacitar professores pois muitos deles são os responsáveis pelo desânimo do aluno
 - Aulas mais prática para melhor interação do aluno com o curso
 - Melhorar o processo de análise e aprovação do auxílio estudantil
 - Ter opção de disciplinas EAD
 - O curso de formação de professores ser levado mais a sério desde a gestão até os docentes
 - Pagar os auxílios em dia (muito atraso)
-

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada com os estudantes.

Pelos dados apresentados a visão é de que os alunos consideram os cursos bastante exigentes e com sobrecarga de trabalhos que dificultam a conciliação com trabalho/estágio e lar. Além disso sofrem com questões financeiras sendo a principal delas os gastos com transporte e reclamam dos atrasos nos pagamentos dos auxílios. Requerem também mais projetos e conseqüentemente mais disponibilidade de bolsas que auxiliam financeiramente, além de um restaurante a preços acessíveis para alimentação e local para xerox. Solicitam também maior apoio dos professores quanto à questão do déficit de bagagem que possuem no início do curso para acompanhamento das disciplinas, com aulas de revisão de conteúdos no início dos cursos e monitorias virtuais sobre os conteúdos adequadas à falta de tempo. Os alunos que trabalham, por sua vez, solicitam flexibilidade de horários de aulas, de matérias de DPs (dependências em disciplinas) e oferta de disciplinas na modalidade EAD ensino à distância), além de provas menos exigentes pela falta de tempo para estudar.

Aulas práticas, visitas técnicas, revisão das grades curriculares e maior conscientização pelos professores a respeito da sobrecarga de trabalhos também foram solicitados, além de um programa mais eficiente, transparente e justo da distribuição dos auxílios estudantis e aumento dos mesmos. Como se observa, mesmo a pesquisa não tendo sido feita com alunos evadidos, o que traria dados mais consistentes a respeito da evasão no câmpus, os resultados revelam as potenciais necessidades de um público que trabalha, representantes da classe subalterna e que possui aspectos diferenciados da classe privilegiada que segue a educação propedêutica. Eles não possuem as condições financeiras necessárias e nem o tempo disponível para busca de soluções de aprendizagem e busca de crescimento intelectual fora dos muros da escola. E, ao mesmo tempo, não encontram na escola o apoio e o alicerce necessário para esse crescimento, o que os leva a desistir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) enquanto os filhos da classe dominante têm o tempo para estudar e dedicar-se a outras atividades como dança músicas, línguas estrangeiras, e outras, os filhos da classe dominada mal têm acesso aos cursos noturnos, "*sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento*". (MEKZENAS, 1998, p. 98 apud QUEIROZ, 2002, p. 4).

A presente pesquisa demonstra primeiramente que a evasão é um fator importante para se averiguar a eficácia dos processos de uma instituição escolar seja ela pública ou privada, uma vez que se utiliza de recursos financeiros que devem ser transformados em recursos sociais. No que tange à escola pública a questão se torna ainda fundamental, uma vez que os investimentos se utilizam de recursos públicos advindos da sociedade que espera um retorno justo.

A evasão, conforme apresentada nos estudos de diversos autores vem contribuir para ineficiência na utilização desses recursos e ineficácia nos objetivos da escola, além de causar um dano, muitas vezes irreversível, na vida dos estudantes que chegam na escola almejando uma melhoria de futuro e se perdem no caminho por se acharem incapazes de frequentarem os bancos escolares.

Os resultados do trabalho foram bastante gratificantes e, com certeza, servirão de impulsos para um trabalho de contenção mais elaborado e eficiente pela gestão do IFSP-SRT, baseado agora em uma pesquisa formal, com alunos de todas as modalidades de curso oferecidas, cujo objetivo de se alavancar as concepções dos alunos sobre os problemas motivadores de evasão no câmpus foi alcançado.

O levantamento do perfil socioeconômico do público discente do IFSP câmpus Sertãozinho veio confirmar que se trata de um público altamente vulnerável e que vem de encontro com a missão do IF de inclusão social oferecendo formação integral e oportunizando a inserção no mundo do trabalho de forma igualitária a cidadãos que representariam somente a grande massa trabalhadora subalterna.

O público atendido pelo IFSP câmpus Sertãozinho representa a classe que vive do trabalho (ANTUNES & ALVES, 2004), com suas peculiaridades, ou seja, é um público diferenciado e, conforme Perrenoud (1999), a indiferença à diferença leva ao fracasso escolar e, conseqüentemente, aos altos índices de evasão. E talvez esteja sendo esta a fragilidade do câmpus e da instituição – a fragilidade em lidar com esse público diferenciado, de dar mais atenção às diferenças de um público que necessita trabalhar e, conseqüentemente, esta é a sua prioridade. Por isso, além dos problemas financeiros, que muitas vezes dificultam até a ida do

aluno ao câmpus, existem os problemas com as faltas, com cansaço, com dificuldades em acompanhar os conteúdos que podem ser repensados pelos professores e equipe gestora construindo projetos pedagógicos e adaptando os currículos e as metodologias de forma que atendam a essas necessidades, sem que haja diminuição da qualidade dos cursos, tendo em mente sempre a preocupação com a inclusão social qualitativa destes. As ideias para superação das necessidades já foram alavancadas pelos próprios alunos durante a pesquisa. Sendo o trabalho para subsistência a prioridade deste público, há necessidade de a escola oferecer formas motivadoras de aprendizagem e permanência a este público, principalmente ao público da modalidade EJA.

Outra questão importante é a questão de que a instituição lida com vários perfis de estudantes – técnico de nível médio, EJA, licenciatura, tecnólogo e bacharelado, o que deve acarretar dificuldades aos professores em lidar com essa variação de público, porém, esta tarefa também necessita ser trabalhada para que haja uma melhor preparação, inclusive pelo fato do público estar se diversificando ainda mais também a nível socioeconômico, haja vista os cursos de engenharia com um perfil socioeconômico totalmente diferenciado do restante da instituição.

Quanto ao problema da comunicação e integração, a sugestão é que a equipe gestora procure formas mais eficientes de comunicação com os alunos de modo que sejam ouvidos em sua totalidade e possam contribuir para as resoluções dos problemas, não somente a nível do CONCAM, mas que existam mais pesquisas e rodas de conversas entre alunos e gestão, fazendo com que se sintam parte ativa da instituição.

Todos devemos ter em mente que a escola funciona em função do aluno, que é quem usufrui diretamente dos serviços prestados pela instituição e, portanto, os índices de evasão devem ser também preocupação dos funcionários administrativos, a fim de se garantir maior eficácia, pensando sempre na inclusão social, que é a principal meta dos IFs.

Muitos foram os desafios encontrados durante este trabalho, principalmente devido à mudança de foco no trabalho na etapa de qualificação. No primeiro movimento da pesquisa, mapear o perfil socioeconômico dos estudantes acarretou grande trabalho sendo que os dados não se encontravam compilados em um único programa na época (atualmente isso já está sendo solucionado pelo programa SUAP-Edu), o que gerou trabalho pelo manuseio de vários relatórios e grande auxílio por parte da Coordenadoria de Registros Escolares. No segundo momento, após a qualificação, com a mudança do foco, houve necessidade de abandono das bibliografias pesquisadas já que o foco anterior era inserção no mundo do trabalho e pesquisa de novas bibliografias sobre eficácia e evasão. Além disso, construir os

questionários para a pesquisa realizada com os estudantes também representou grande desafio, sendo que seriam trabalhados com alunos cursantes, já que não haveria tempo hábil para buscar alunos egressos, e seria necessário motivar esses alunos cursantes a revelarem suas concepções a respeito de vários aspectos educacionais e institucionais motivadores do processo de evasão.

A revisão bibliográfica mostra a grande evolução na trajetória das antigas escolas técnicas federais que passaram a ter a missão de inclusão social ainda, porém, com viés de igualdade social, ou seja, passaram da função de dar uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho a cidadãos que representariam somente a grande massa trabalhadora subalterna para a função de formar indivíduos integralmente que possam atuar neste mercado, contribuindo para o processo inovativo e concorrendo de forma igualitária às vagas oferecidas. Além disso, oportunizam que alunos do ensino técnico saiam com um bom preparo para enfrentamento de cursos superiores, além da preparação para o mundo do trabalho.

A hipótese de que o IFSP-SRT é eficaz quanto à formação e preparação de jovens para o mundo do trabalho, no ensino de qualidade, nos cursos ofertados que promovem contribuição ao desenvolvimento local e ao APL foi confirmada pelas diversas respostas demonstrando a qualidade da instituição, do ensino e da importância da mesma no mundo do trabalho da região.

O câmpus Sertãozinho existe na cidade desde 1996, oferecendo cursos de qualificação profissional aos trabalhadores do mercado local, inicialmente sendo uma UNED vinculada à Escola Técnica Federal de São Paulo e mantida com recursos da Prefeitura de Sertãozinho. Em 2002 quase teve suas instalações fechadas por parte de indefinição do MEC quanto à sua gestão. Seu funcionamento dependia, em grande parte, do auxílio e empenho da prefeitura e dos funcionários em manter a escola ativa, que funcionava em três locais diferentes no início: Sede, Oficina Mecânica e Caldeiraria, e, até 2008 viveu numa profunda luta pela sua existência. O primeiro concurso público para nomeação de servidores docentes e técnicos administrativos ocorreu em 2004, assim como a definição de verba para construção de seu prédio definitivo. Em 2007 houve a mudança para o prédio definitivo. Somente após 8 anos de funcionamento, em 2008, houve uma definição clara por parte do governo de que a escola continuaria sendo pertencente à rede federal de educação profissional. Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais, passa a ser denominado câmpus Sertãozinho do IFSP, se consolidando como instituição de referência na cidade e região. O quadro de alunos ingressos mostra o aumento na procura pelo câmpus pela comunidade discente, assim como

aumento significativo também no número de funcionários docentes e técnicos administrativos, além do espaço físico.

Porém, apesar da constante ampliação estrutural e de ingressos, o câmpus ainda sofre com graves índices de evasão que, apesar de serem trabalhados pela Comissão de Permanência e Êxito no câmpus, ainda se apresentam preocupantes. O que fica nítido nos resultados da pesquisa é que o aluno quer estudar, mas não encontra na instituição as condições que se adapte a seu contexto de vida e chegam na instituição sem o devido preparo para encarar os desafios que se apresentam durante os cursos, principalmente atrelados a problemas socioeconômicos que conduzem à evasão e, principalmente, afetam diretamente certas modalidades, como é o caso da modalidade EJA que, além do incômodo do cansaço pelo curso ser noturno e os estudantes, em sua maioria, trabalharem o dia todo, se constitui num público mais despreparado ainda por estarem a mais tempo fora da escola.

Os dados confirmam que o problema da evasão é fruto da injustiça social sendo um problema macrossocial e não somente das escolas, como também evidenciado em outros estudos pesquisados. É um processo que não ocorre de forma instantânea, mas sim de forma gradual, em que o aluno passa por vários desafios com relação a sua situação econômica, com relação à modalidade de curso, o que vai fazendo com que ele perca a crença na possibilidade de terminar o curso e evade.

Além da escola, há também a questão das políticas públicas que devem ser repensadas pois, mesmo revoluções nas metodologias de ensino, por si só, não irão assegurar a melhoria dos índices de evasão se os alunos não tiverem as condições financeiras para frequentar as aulas e suprir suas famílias.

É sabido que, em se tratando de instituição pública, essa questão é bastante difícil de resolução, uma vez que as políticas públicas da educação não suprem as reais necessidades e estão longe de se constituírem como prioridades dos governos atuais. Sabe-se que a instituição e os professores possuem metas a cumprir, com burocracias, prazos, demonstrações numéricas de qualidade, eficiência e eficácia e, além disso, a instituição sofre carências de professores, de funcionários administrativos e de verbas que garantam a plena eficácia de seu trabalho.

Porém, internamente podem e devem ser pensadas soluções viáveis e rápidas para esse problema que afeta a imagem dos Institutos Federais, a fim de minimizar este descompasso que acarreta a evasão, principalmente levando em consideração o cenário político atual brasileiro.

Vale ressaltar que em nenhum outro momento político houve grande preocupação com o empoderamento e inclusão desta classe, proporcionado pela criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e que, constantemente, será alvo do sistema neoliberal. Basta observar o enorme esforço empreendido para manutenção da existência das antigas escolas técnicas profissionais como pertencentes à rede pública de ensino.

O projeto de expansão dos IFs se apresenta como positivo a partir dos dados apresentados, sendo que está acolhendo, formando tecnicamente e empoderando uma classe antes considerada a classe marginalizada da sociedade.

Como informado anteriormente, não foi possível durante este trabalho o contato com alunos envolvidos no processo de evasão, o que seria uma sugestão para trabalhos futuros, já que a pesquisa atual leva em conta concepções de alunos em curso, que, apesar de relatarem as dificuldades encontradas, conseguiram de alguma forma superá-las e seguir adiante no curso. Mas seria muito interessante ouvir a parte que, por um motivo ou outro, não conseguiu essa superação acarretando a interrupção nos estudos.

Finalmente, como trabalhos futuros também, sugere-se: o estudo da inserção do aluno no mundo do trabalho, que consiste em verificar se o aluno que se forma no IFSP-SRT consegue uma condição diferenciada neste mercado que lhe oportunize mobilidade social, ideia original deste trabalho, o que vem a colaborar ainda mais para a garantia da eficácia nas ações do câmpus Sertãozinho; uma pesquisa sobre os motivos de evasão diretamente com os alunos evadidos trazendo dados ainda mais relevantes para o IF, incluindo também uma pesquisa com o corpo docente, administrativo e equipe gestora a fim de se obter a visão destes sobre o problema da evasão e, finalmente, um estudo sobre o comportamento dos índices da evasão e das características do ensino desde o período das Escolas Técnicas Federais até a constituição dos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10/04/2018.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

ARROYO, M. G. **Fracasso/Sucesso**: um pesadelo que perturba nossos sonhos. Em Aberto, Brasília, v. 17, nº 71, jan. 2000. Disponível em: <www.emaberto.inep.gov.br>; Acesso em 12/01/2014 apud SOUZA, J. A. S. **Permanência e evasão escolar**: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juíz de Fora. Minas Gerais, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitães dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909. Seção 1, p. 6975. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf> Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 26 jul. 2004. Seção 1, p. 18. Disponível em:< [http //www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)> Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 1937. Seção 1, p. 1210. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 09 fev. 1942. Seção 1, p. 1997. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm> Acesso em: 15 mai. 2017(a).

_____. **Decreto Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 27 fev. 1942. Seção 1, p. 2957. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 mai. 2017(b).

_____. **Decreto Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1943. Seção 1, p. 19217, Retificação em 06 jan. 1944. Seção 1, p. 209. Disponível em:<

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 23 ago. 1946. Seção 1, p. 12019. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm.> Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 17 fev. 1959. Seção 1, p. 3009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 17 fev. 2017

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm.> Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/11/1968, Página 10369. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Decreto Lei nº 547, de 18 de abril de 1969.** Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/4/1969, Página 3377. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-547-18-abril-1969-374120-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.> Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 jul. 1978. Seção 1, p. 10233. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm.> Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 out. 1982. Seção 1, p. 19539. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm.> Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 dez. 1994. Seção 1, p. 18882. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm.> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. **Convênio de Cooperação Técnica nº 001/96.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Prefeitura Municipal de Sertãozinho e Escola Técnica Federal de São Paulo. Brasília, DF, 31 jan. 1996. 5p.(a)

_____, **Projeto de Lei n. 1603/96, de 8 de outubro de 1996.** Dispõe sobre a educação profissional, a organização da Rede Federal de Educação Profissional, e dá outras providências, 1996 (b).

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.> Acesso em: 16 mai. 2017 (c).

_____. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o par. 2 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Seção 1, p. 7760. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm.> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.** Altera os arts. 1º, 2º, 3º e 9º da Lei Federal nº 8.948/94. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mai. 1998. Seção 1, p. 5. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm.> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional: Legislação Básica.** 5. ed. Brasília, DF. PROEP, janeiro de 2001. 118p. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LegisBasica.pdf>.> Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Seção 1, p. 5. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção Extra, p. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Emenda constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da Administração Pública, Servidores e Agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico de 05/06/1998, P. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: 02/12/2017.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação: um enfoque gerencial.** São Paulo: Atlas, 1996. p. 20-23 apud CASTRO, R. B de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** In: EnANPAD 2006 – 30º ENCONTRO DA ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Artigo. Salvador / BA. 11p. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>> Acesso em 05/12/2017.

CARVALHO, B. M. P. **A educação profissional tecnológica de graduação sob os impactos do neoliberalismo.** 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

CASTRO, R. B de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** In: EnANPAD 2006 – 30º ENCONTRO DA ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Artigo. Salvador / BA. 11p. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>> Acesso em 12/12/2017.

CASTRO, T. L., SALES, P.E.N. **Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais.** Anais do IV Observatório da Educação. Brasília-DF, 2011.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

CUNHA, L. A. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.** São Paulo, SP: UNESP, 2000. 270 p.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo,SP: EDUNESP: Brasília: FLACSO, 2005. 248 p.

CRUZ, P. N. da. **A importância do papel do ensino profissionalizante em Juiz de Fora face ao desenvolvimento industrial.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8074>> Acesso em 01/07/2016.

DALF, Richard L. **Teoria e Projetos das Organizações.** 6.ed. Rio de janeiro: LTC, 1999. p.39-45 apud CASTRO, R. B de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** In: EnANPAD 2006 – 30º ENCONTRO DA ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Artigo. Salvador / BA. 11p. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>> Acesso em 12/12/2017.

DETRREGIACHI FILHO. E. **A evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas.** São Paulo-SP. Cultura Acadêmica. 2012. 177 p.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** In: Cadernos de Pesquisa, v.41 n.º.144 Set./Dez. 2011, p. 772 a 789.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Dados Socioeconômicos - Ranking IDH.** Disponível em:< : [http://apps2.fiesp.com.br/regional - DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx](http://apps2.fiesp.com.br/regional-DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx).> Acesso em 16/06/2017.

_____. **Dados Socioeconômicos - Dados Gerais.** Disponível em:< [http://apps2.fiesp.com.br/regional/\(S\(wdfqxgv1blretgdwdhugnvok\)\)/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx](http://apps2.fiesp.com.br/regional/(S(wdfqxgv1blretgdwdhugnvok))/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx).> Acesso em 19/05/2017.

FARIA, R. S. de. **Evasão e permanência na EJA: por um trabalho de qualidade na gestão de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte.** 2013. 117 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2013.

FILHO, R. L. L. e S. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro.** In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 641 a 659.

FONSECA, M. **O Banco mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro.** Publicado pela Revista da Faculdade de Educação. vol. 24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998. P. 37-69. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59613/62710>.> Acesso em 28/07/2016.

FREDENHAGEM. S. V. **Evasão escolar no âmbito do instituto Federal de Brasília.** Revista EIXO, Brasília - DF, v.3 n.2, p. 49 a 71, julho – dezembro de 2014.

FREITAS, K. S. de. **Gestão educacional e evasão de estudantes.** In: XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, XXIII, 11 a 14 de novembro de 2007. Cadernos ANPAE n.º 4, Porto Alegre, 2007, 19p. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/225.pdf.> Acesso em 05/12/2017.

FRIGOTTO, G. **Apresentação. Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século.** 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação. 231 p.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Linha do tempo Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em:< portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf.> Acesso em 06/05/2017.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS SEADE-IMP. **Perfil municipal.** Disponível em:< <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>>. Acesso em 10/06/2017.

GUARESCHI, N. et al. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência.** In: STREY, M. N et al. **Violência, gênero e Políticas Públicas.** Porto alegre: Editora EDIPUCRS, 2004. apud MATTA, C.H. et.al. **Análise dos fatores envolvidos na**

evasão escolar dos cursos técnicos do IF Sudeste MG do campus Santos Dumont. In: III CONEDU. 05 a 07 de outubro de 2016. Natal-RN. Resumo. Editora Editoralize. 2016.

GLOBO.COM / EDUCAÇÃO. **Saem notas do ENEM 2011 por escola.** Disponível em: - <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/mec-divulga-notas-do-enem-2011-por-escola.html>>. Acesso em 16/06/2017.

_____. **Ranking das escolas no Enem 2012.** Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ranking-das-escolas-no-enem-2012.html>>. Acesso em 16/06/2017.

_____. **ENEM 2013 – Média por escola.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2013/enem-2013-medias-por-escola.html>>. Acesso em 16/06/2017.

_____. **Resultado do Enem 2014 por escola é divulgado pelo Inep; veja a lista.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/resultado-do-enem-2014-por-escola-e-divulgado-pelo-inep-veja-lista.html>>. Acesso em 16/06/2017.

_____. **Lista do ENEM 2015: Notas das escolas.** Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/educacao/enem/2015/enem-2015-medias-por-escola>>. Acesso em 16/06/2017.

_____. **Governo exclui 96% dos institutos federais em divulgação do Enem por escola.** Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-exclui-96-dos-institutos-federais-em-divulgacao-do-enem-por-escola.ghtml>>, acesso em 14/12/2017.

GREGO, S. M. D. **A avaliação institucional dos cursos de graduação.** A meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. In SGUISSARDI, V. (Org). *Avaliação universitária em questão*. Campinas: Editora Autores Associados, 1997. p.91-116. Apud FREDENHAGEM, S. V. **Evasão escolar no âmbito do instituto Federal de Brasília.** Revista EIXO, Brasília - DF, v.3 n.2, p. 49 a 71, julho – dezembro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais mínimos – conceitos.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em 10/06/2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Relatórios de Gestão.** Disponível em:<<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em 22/05/2017.

_____. **Alunos são avaliados com nota máxima no Enade.** Disponível em:<<http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/1360-alunos-do-ifsp-sao-avaliados-com-nota-maxima-no-enade.html>>. Acesso em 22/05/2017.

_____. **Resolução nº 351 de 10 de junho de 2011.** Disponível em:<<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/105-resolues-2011.html>>. Acesso em 28/05/2017.

_____. **IFSP- Vídeo Institucional 2013.** Disponível em:<
<http://www.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/ifsp.html>>. Acesso em 23/05/2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Disponível em:<
<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em
 22/05/2017.

_____. **I Jornada IFSP – Abertura.** Disponível em:<
<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/246-fernando-haddad-abre-a-programacao-da-1-jornada-do-ifsp-participe>>. Acesso em 06/02/2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
 CÂMPUS SERTÃOZINHO. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica.**
 Disponível em:< <http://www.ifsp.edu.br/index.php/33-sertaozinho.html>> Acesso em
 19/06/2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração.** Disponível em:<
<http://www.ifsp.edu.br/index.php/33-sertaozinho.html>> Acesso em 19/06/2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE
 JANEIRO. **Projeto Pedagógico Institucional.** Disponível em:
 <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/491>. Acesso em: 24 fev. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
 TEIXEIRA. **INEP divulga indicadores de qualidade da educação superior 2015.**
 Disponível em:<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior-20-1/21206> Acesso em 17/06/2017.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º Grau: o Trabalho como Princípio Educativo.** 3. ed. São
 Paulo, SP: Cortez, 1997. 166p.

LIBONI, L. B.; TONETO JR, R.; OLIVEIRA, B. G. de; KRUGNER, A. E.; PEREIRA, S. M.
O Arranjo produtivo de Máquinas e Equipamentos de Sertãozinho. 1. ed. Sertãozinho,
 SP: Tempo Soluções Gráficas, 2015. 80p.

MARQUES, L. O. **A implementação da reforma da educação profissional no
 CEFET/SP–Unidade de Sertãozinho.** Ribeirão Preto, 2012.105f. Dissertação de Mestrado -
 Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto-SP, 2012.

MARTINS, M. F. **Ensino Técnico e Globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP:
 Autores Associados, 2000. 113 p.

MATIAS, C. R. **Reforma da Educação Profissional: Implicações na Unidade-Sertãozinho
 do CEFET-SP.** 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário
 Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2004.

MATTA, C.H. et al. **Análise dos fatores envolvidos na evasão escolar dos cursos técnicos
 do IF Sudeste MG do câmpus Santos Dumont.** In: III CONEDU. 05 a 07 de outubro de
 2016. Natal-RN. Resumo. Editora Editoralize. 2016.

MEGGINSON, Leon C. et al. **Administração: conceitos e aplicações**. 4.ed. São Paulo:Harbra,1998, p.11-12 apud CASTRO, R. B de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. In: EnANPAD 2006 – 30º ENCONTRO DA ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Artigo. Salvador / BA. 11p. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>> Acesso em 15/12/2017.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992 apud QUEIROZ, L. D. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social**. 25ª Reunião anual da Anped , Caxambu, v. 1, n.1, p. 01-01, 2002

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H dos. **Verbetes UNED (Unidade de Ensino Descentralizada)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/uned-unidade-de-ensino-descentralizada/>>. Acesso em: 19/05/2017.

_____. **Verbetes Reforma Capanema**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>> Acesso em: 20/06/2016.

MOLL, J. (org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

MOURA, D. H. **Ensino médio integrado e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração**. In: MOLL, J. (org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

NARCISO, L. G. de S. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP). – Florianópolis, SC, 2015.262 p.

NEVES, L. M. W. **Educação e Política no Brasil de Hoje**. 2.ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999. 120p

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional: O processo de desmantelamento dos CEFET's**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. 96 p.

OLIVEIRA, R. **Ilhas de excelência em meio ao caos**. El Pais o Jornal Global.São Paulo. 12/12/2016. Inovações na educação. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/economia/1481304596_960196.html> Acesso em 15/11/2017.

ORTIGARA, C. **Institutos Federais: uma nova concepção de educação ou reorganização administrativa? Anais do II Colóquio Nacional – A produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal, IFRN, 2013.

OTRANTO, C. R. **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan-jun 2010, p. 89-110. Disponível em: <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>> Acesso em 08/12/2017.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília, 2011. Fundação Santillana – Editora Moderna.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação.** Porto Alegre: Artmed, 2000, apud SOUZA, J. A. S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional.** 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juíz de Fora. Minas Gerais, 2014.

PEREIRA, L. A. C. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf> Acesso em: 24 fev. 2017.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIRES, C. **A Investigação-ação como suporte ao desenvolvimento profissional docente. EDUSER: Revista de educação, inovação em educação, Vol 2(2).** Instituto Politécnico de Bragança, 2010, pp. 62-83.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO. **Conheça Sertãozinho.** Disponível em:<<http://www.sertaozinho.sp.gov.br/nossahistoria.htm>> Acesso em 17/05/2017.

QUEIROZ, L. D. . **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social.** 25ª Reunião anual da Anped , Caxambu, v. 1, n.1, p. 01-01, 2002.

RIBEIRO, S. C. **A pedagogia da repetência.** Estudos Avançados. Vol. 5. Nº 12. São Paulo. 1991. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200002&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 24 out. 2017.

ROMANELLI, O. de O. **Historia da Educação no Brasil.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. 267 p.

RUMBERGER, R. **Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools.** American Educational Research Journal, v.32, n.4, p.583-625, 1995 apud DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** In: Cadernos de Pesquisa, v.41 nº.144 Set./Dez. 2011, p. 772 a 789.

SILVA, M. das G. B. **Da Arte do Ofício à Especialização:** Natal, RN: UFRN. 1991. 66 p. Dissertação de Mestrado em Educação apud MATIAS, C. R. **Reforma da Educação**

Profissional: Implicações na Unidade-Sertãozinho do CEFET-SP. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2004.

SILVA, J. M. **O ensino médio e a educação profissional.** In: BARROS, HAIDAR et al. Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira, 1998. 402 p.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p apud CASTRO, R. B de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** In: EnANPAD 2006 – 30º ENCONTRO DA ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Artigo. Salvador / BA. 11p. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>.> Acesso em 08/12/2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Dicionário Direito Fácil.** Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/munus-publico>.> Acesso em 31/05/2017.

SILVA, V. C. N. **A implementação do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:** visão dos gestores. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília: Brasília (DF), 2010.

SOUZA, J. A. S. **Permanência e evasão escolar:** um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juíz de Fora. Minas Gerais, 2014.

STONER, James A. F. e FREEMAN, R. Edward. **Administração.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1995. p. 136-239 apud CASTRO, R. B de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** In: EnANPAD 2006 – 30º ENCONTRO DA ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Artigo. Salvador / BA. 11p. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>.> Acesso em 12/12/2017.

WATAKABE, T. **A evasão escolar dos alunos cotistas sociais na educação profissional.** Sociologia: Revista Espaço Acadêmico n° 170, Julho/2005, pág. 87-98.

ANEXOS

ANEXO A – Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural;

considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante;

considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prevenir e evitar possíveis danos aos participantes;

considerando que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma aceção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico;

considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas;

considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948;

considerando a existência do sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa;

considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades;

considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

considerando a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Capítulo I DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Resolução, adotam-se os seguintes termos e definições:

I - assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa: criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável;

II - assistência ao participante da pesquisa: é aquela prestada para atender danos imateriais decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa;

III – benefícios: contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

IV – confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada.

V - consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos;

VI – informações de acesso público: dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados.

VII - dano material: lesão que atinge o patrimônio do participante da pesquisa em virtude das características ou dos resultados do processo de pesquisa, impondo uma despesa pecuniária ou diminuindo suas receitas auferidas ou que poderiam ser auferidas;

VIII - dano imaterial: lesão em direito ou bem da personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem, e privacidade, ilicitamente produzida ao participante da pesquisa por características ou resultados do processo de pesquisa;

IX - discriminação: caracterização ou tratamento social de uma pessoa ou grupo de pessoas, com conseqüente violação da dignidade humana, dos direitos humanos e sociais e das liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

X - esclarecimento: processo de apresentação clara e acessível da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, concebido na medida da compreensão do participante, a partir de suas características individuais, sociais, econômicas e culturais, e em razão das abordagens metodológicas aplicadas. Todos esses elementos determinam se o esclarecimento dar-se-á por documento escrito, por imagem ou de forma oral, registrada ou sem registro;

XI - estigmatização: atribuição de conteúdo negativo a uma ou mais características (estigma) de uma pessoa ou grupo de pessoas, com conseqüente violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

XII - etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com "estudos exploratórios" ou com "pesquisas piloto", que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros;

XIII - participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta resolução;

XIV - pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante;

XV - pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente;

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção;

XVII - pesquisador responsável: pessoa com no mínimo título de tecnólogo, bacharel ou licenciatura, responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem estar dos participantes no processo de pesquisa. No caso de discentes de graduação que realizam pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa será registrada no CEP, sob responsabilidade do respectivo orientador do TCC;

XVIII - Preconceito: valor negativo atribuído a uma pessoa ou grupo de pessoas, com conseqüente violação dos direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais;

XIX - privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados

pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa;

XX - processo de consentimento e de assentimento: processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro de sua obtenção necessariamente escrito;

XXI - protocolo de pesquisa: conjunto de documentos contemplando a folha de rosto e o projeto de pesquisa com a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais e as informações relativas ao participante da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis. Aplica-se o disposto na norma operacional do CNS em vigor ou outra que venha a substituí-la, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução;

XXII - registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas;

XXIII - relatório final: é aquele apresentado no encerramento da pesquisa, contendo todos os seus resultados;

XXIV - ressarcimento: compensação material dos gastos decorrentes da participação na pesquisa, ou seja, despesas do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação;

XXV - risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente; e

XXVI - vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Art. 3º São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e

X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Capítulo III

DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO E DO ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Art. 4º O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Art. 5º O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas.

§ 1º O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa.

§ 2º No processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido, o participante deverá ter a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma.

Art. 6º O pesquisador deverá buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa.

Art. 7º O pesquisador deverá assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura.

Art. 8º As informações sobre a pesquisa devem ser transmitidas de forma acessível e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV - ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V - decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI - ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII - o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Seção I

Da obtenção do Consentimento e do Assentimento

Art. 10. O pesquisador deve esclarecer o potencial participante, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios.

Art. 11. O consentimento do participante da pesquisa deverá ser particularmente garantido àquele que, embora plenamente capaz, esteja exposto a condicionamentos específicos, ou sujeito a relação de autoridade ou de dependência, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia.

Art. 12. Deverá haver justificativa da escolha de crianças, de adolescentes e de pessoas em situação de diminuição de sua capacidade de decisão no protocolo a ser aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deverão ser obtidos o assentimento do participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia do participante, de acordo com a sua capacidade.

Art. 13. Em comunidades cuja cultura reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, como é o caso de algumas comunidades tradicionais, indígenas ou religiosas, por exemplo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Art. 14. Quando for inviável a realização do processo de Consentimento Livre e Esclarecido, a dispensa desse processo deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP para apreciação.

Seção II

Do Registro do Consentimento e do Assentimento

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

§ 1º Quando não houver registro de consentimento e do assentimento, o pesquisador deverá entregar documento ao participante que contemple as informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa.

§ 2º A obtenção de consentimento pode ser comprovada também por meio de testemunha que não componha a equipe de pesquisa e que acompanhou a manifestação do consentimento.

Art. 16. O pesquisador deverá justificar o meio de registro mais adequado, considerando, para isso, o grau de risco envolvido, as características do processo da pesquisa e do participante.

§ 1º Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP.

§ 2º A dispensa do registro de consentimento ou de assentimento não isenta o pesquisador do processo de consentimento ou de assentimento, salvo nos casos previstos nesta Resolução.

§ 3º A dispensa do Registro do Consentimento deverá ser avaliada e aprovada pelo sistema CEP/CONEP.

Art. 17. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e

X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

§ 1º Nos casos em que algum dos itens não for contemplado na modalidade de registro escolhida, tal informação deverá ser entregue ao participante em documento complementar, de maneira a garantir que todos os itens supracitados sejam informados aos participantes.

§ 2º Nos casos em que em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido não for registrado por escrito, o participante poderá ter acesso ao registro do consentimento ou do assentimento sempre que solicitado.

§ 3º Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido for registrado por escrito uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, deve ser entregue ao participante.

§ 4º O assentimento do participante da pesquisa deverá constar do registro do consentimento.

Capítulo IV DOS RISCOS

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos.

§ 1º Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP.

§ 2º O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da

autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos.

§ 1º A tramitação dos protocolos será diferenciada de acordo com a gradação de risco.

§ 2º A gradação do risco deve distinguir diferentes níveis de precaução e proteção em relação ao participante da pesquisa.

Capítulo V

DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA NO SISTEMA CEP/CONEP

Art. 22. O protocolo a ser submetido à avaliação ética somente será apreciado se for apresentada toda a documentação solicitada pelo sistema CEP/CONEP, tal como descrita, a esse respeito, na norma operacional do CNS em vigor, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução, considerando a natureza e as especificidades de cada pesquisa.

Art. 23. Os projetos de pesquisa serão inscritos na Plataforma Brasil, para sua avaliação ética, da forma prevista nesta Resolução e na Resolução específica de gradação, tipificação de risco e tramitação dos protocolos.

Art. 24. Todas as etapas preliminares necessárias para que o pesquisador elabore seu projeto não são alvo de avaliação do sistema CEP/CONEP.

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§1º. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

§ 2º. A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/CONEP incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes.

Art. 26. A análise ética dos projetos de pesquisa de que trata esta Resolução só poderá ocorrer nos Comitês de Ética em Pesquisa que comportarem representação equânime de membros das Ciências Humanas e Sociais, devendo os relatores serem escolhidos dentre os membros qualificados nessa área de conhecimento.

Art. 27. A pesquisa realizada por alunos de graduação e de pós-graduação, que seja parte de projeto do orientador já aprovado pelo sistema CEP/Conep, pode ser apresentada como emenda ao projeto aprovado, desde que não contenha modificação essencial nos objetivos e na metodologia do projeto original.

Capítulo VI

DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Art. 28. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Será instituída instância, no âmbito da Conep, para implementação, acompanhamento, proposição de atualização desta Resolução e do formulário próprio para inscrição dos protocolos relativos a projetos das Ciências Humanas e Sociais na Plataforma Brasil, bem como para a proposição de projetos de formação e capacitação na área.

Parágrafo único. A instância prevista no caput será composta por membros titulares das Ciências Humanas e Sociais integrantes da CONEP, representantes das associações científicas nacionais de Ciências Humanas e Sociais, membros dos CEP de Ciências Humanas e Sociais e de usuários.

Art. 30. Deverá ser estimulado o ingresso de pesquisadores e demais profissionais atuantes nas Ciências Humanas e Sociais nos colegiados dos CEP existentes, assim como a criação de novos CEP, mantendo-se a interdisciplinaridade em sua composição.

Art. 31. Os aspectos relacionados às modificações necessárias na Plataforma Brasil entrarão em vigor quando da atualização do sistema.

Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Aplica-se o disposto nos itens VII, VIII, IX e X, da Resolução CNS nº 466, de 12, de dezembro de 2012, no que couber e quando não houver prejuízo ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS nº 466 de 2012.

Art. 33. A composição da Conep respeitará a equidade dos membros titulares e suplentes indicados pelos CEP entre a área de Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas que a compõem, garantindo a representação equilibrada das diferentes áreas na elaboração de normas e no gerenciamento do Sistema CEP/CONEP.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

MARCELO COSTA E CASTRO
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO B – Memorando 92/2017 – SRT-DAGP de 17/11/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
 DIRETORIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS
 CÂMPUS SERTÃOZINHO

Sertãozinho, 17 de novembro de 2017.

Mem. 92/2017-SRT-DAGP
De: Diretoria Adjunta de Gestão de Pessoas - DAGP
Para: Fabiana Andréa Fracácio Frighetto
Assunto: Dados sobre quantitativo de servidores entre 2008 e 2016

1. Conforme solicitado em memorando s/ número disponibilizo na tabela abaixo, dados de quantitativo de servidores referente ao período 2010 a 2016:

ANO	DOCENTES	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
2010	47	27
2011	46	35
2012	43	27
2013	53	34
2014	53	36
2015	63	44
2016	87	50

2. Em tempo, justifico a ausência de informações referente ao período 2008 e 2009 devido ausência de registros, tendo como provável razão a mudança hierárquica do setor, ocorrida neste período.
3. Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


Karina Priscila Aparecida Pinto Leite
 Administradora
 Diretora Adjunta de Gestão de Pessoas
 SIAPE 2581879

ANEXO C – Resolução N° 351, de 10 de junho de 2011

RESOLUÇÃO N.º 351, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regulamentares e, considerando a decisão do Conselho Superior na reunião do dia 07 de junho de 2011, resolve:

Aprovar o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, na forma do anexo.



ARNALDO AUGUSTO CIQUELO BORGES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.**

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFSP**

**SÃO PAULO
Junho-2011**

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFSP**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E FINALIDADES**

Art.1º. O Programa de Assistência Estudantil (PAE) no IFSP orientar-se-á pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação e deve atender a todos os níveis e modalidades de cursos presentes na Educação Profissional Científica e Tecnológica, compreendendo:

- I. A prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, visando formação integral do estudante;
- II. O respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e à permanência e convivência escolar e comunitária;
- III. A igualdade de direitos no acesso ao atendimento, ampla divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência estudantil; e
- IV. O incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil.

Art.2º. O PAE no IFSP, em consonância com o PNAES, tem os seguintes objetivos:

- I. Democratizar as condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados no IFSP;
- II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão, em todos os níveis de escolaridade, pelos estudantes;
- III. Reduzir as taxas de evasão; e
- IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

**CAPÍTULO II
DAS AÇÕES E DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

Art.3º. As ações do PAE possuem dois eixos norteadores, sendo definidos como ações de caráter geral, que visam atender, preferencialmente, a toda a comunidade discente, e ações de caráter específico, que visam o atendimento ao aluno em situação de vulnerabilidade social.

Art.4º. As áreas de atuação do PAE serão identificadas e desenvolvidas pelo *campus*, sempre em consonância com o estabelecido pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, e compreendem:

- a. Alimentação
- b. Transporte
- c. Atenção à saúde biopsicossocial
- d. Moradia estudantil
- e. Creche
- f. Esporte
- g. Cultura
- h. Inclusão digital
- i. Apoio didático-pedagógico
- j. Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Art.5º. As verbas do PAE serão divididas, prioritariamente, conforme orientação do quadro abaixo.

Áreas de Atuação	Porcentagem Destinada
a. alimentação b. transporte c. atenção à saúde biopsicosocial d. moradia estudantil e. apoio a estudantes-pais	65% (sessenta e cinco por cento) do montante recebido
f. esporte g. cultura h. inclusão digital	25% (vinte e cinco por cento) do montante recebido
i. apoio didático- pedagógico	5% (cinco por cento) do montante recebido
j. Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	5% (cinco por cento) do montante recebido
TOTAL	100% (cem por cento)

§ 1º. O *campus* poderá alterar as áreas de atuação e a proporção da verba recebida, desde que comunicado previamente e autorizado pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), por meio de justificativa fundamentada, por escrito, proposta pela comunidade escolar, elaborada pelo Serviço Sócio-Pedagógico e ratificada pela Direção-Geral do *campus*.

CAPÍTULO III DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NO IFSP

Art.6º. Para a distribuição dos recursos levar-se-á em consideração o Índice de Assistência Estudantil (IAE), que será obtido pelo número de alunos matriculados (NAM) dividido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município onde o *campus* está sediado, por meio da equação:

$$IAE = \frac{NAM}{IDH}$$

Art.7º. Condiciona-se a utilização dos recursos alocados nos *campi* para o PAE ao estabelecido neste Regulamento e às recomendações emanadas pela Diretoria de Projetos Especiais da PRE.

CAPÍTULO IV DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS

Art.8º. Para implementação do PAE em cada *campus* é necessária a elaboração do Projeto de Assistência Estudantil, com consulta à comunidade escolar, semestralmente, com suas demandas e especificidades em relação às ações descritas no artigo 3º deste Regulamento.

CAPÍTULO V DA INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art.9º. Poderão se inscrever todos os estudantes regularmente matriculados no IFSP, de acordo com o Projeto de Assistência Estudantil do *campus*, tratado no artigo 8º deste

4



Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Regulamento, que apresentem a documentação exigida no Edital e que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

CAPÍTULO VI DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DO PAE, DA RENOVAÇÃO E DA EXCLUSÃO

Art.10. O PAE no IFSP é destinado ao estudante regularmente matriculado nos cursos presenciais em todas as suas modalidades, nos cursos de EAD, Programa PROEJA e PROEJA-FIC, de acordo com a realidade de vulnerabilidade social, a partir da avaliação do Serviço Sócio-Pedagógico do *campus*.

§1º. Os estudantes de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma Integrada, e PROEJA, contemplados pelo PAE, poderão se beneficiar das ações por um ano letivo, admitindo-se a renovação anual durante todo o curso, submetendo-se aos critérios estabelecidos neste Regulamento e nos respectivos Editais.

§2º. Os estudantes de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Concomitante e Subsequente e os estudantes da Educação Superior de Graduação, contemplados pelo PAE, poderão se beneficiar das ações por um semestre letivo, admitindo-se a renovação semestral durante todo o curso, submetendo-se aos critérios estabelecidos neste Regulamento e nos respectivos Editais.

Art.11. Ficam excluídos das ações do PAE os estudantes que possuem vínculo com o IFSP apenas para o cumprimento de Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Atividade Complementar.

CAPÍTULO VII DA SELEÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art.12. Os estudantes que atenderem às condições previstas neste Regulamento serão classificados de acordo com a renda *per capita*, obtida pelo produto da divisão da renda familiar total pelo número de integrantes do grupo familiar, composto por um ou mais indivíduos, todos moradores em um mesmo domicílio.

§1º. Os estudantes serão classificados em ordem crescente de renda *per capita* atendendo os seguintes requisitos:

- I. Possuir renda *per capita* de até meio salário mínimo;
- II. Possuir renda *per capita* de até um salário mínimo; e
- III. Possuir renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

§2º. A classificação em ordem crescente da renda *per capita* estabelecida no parágrafo anterior poderá sofrer alteração, quando analisada e identificada, pelo Serviço Sócio-Pedagógico, situação de vulnerabilidade social.

§3º. O Serviço Sócio-Pedagógico deverá utilizar instrumentais como questionário socioeconômico (ANEXO I), visita domiciliar, entrevista individual e trabalho no grupo, com o objetivo de subsidiar parecer técnico sobre a situação do estudante requerente.

Art.13. Havendo empate, os critérios de desempate serão:

- I. Maior número de integrantes do grupo familiar
- II. Maior idade;
- III. Número de filhos; e
- IV. Casado ou união estável.

Art.14. A seleção será organizada e acompanhada pelo Serviço Sócio-Pedagógico do *campus*, de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento e nas condições estabelecidas no Edital do PAE (ANEXO II).

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Art.15. A divulgação da lista dos estudantes contemplados será de responsabilidade do Serviço Sócio-Pedagógico, por meio de comunicação formal do *campus*.

CAPÍTULO VIII DO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Art.16. O Serviço Sócio-Pedagógico encaminhará semestralmente à Diretoria de Programas Especiais da PRE as ações desenvolvidas quanto à permanência do estudante no PAE.

Art.17. O Serviço Sócio-Pedagógico encaminhará bimestralmente a lista dos estudantes beneficiários em vulnerabilidade social do PAE à Pró-Reitoria de Administração (PRA) e à Pró-Reitoria de Ensino (PRE).

CAPÍTULO IX DA CONTINUIDADE NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

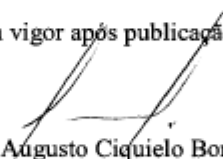
Art.18. O estudante contemplado para continuar no PAE, no semestre subsequente, deverá comprovar:

- I. Ter freqüentado o último semestre;
- II. Ter freqüência superior a 85% (oitenta e cinco por cento) no semestre anterior.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.19. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Diretoria de Programas Especiais da PRE, após ouvir a Direção-Geral e o Serviço Sócio-Pedagógico do *campus*.

Art.20. Este Regulamento entrará em vigor após publicação.


Arnaldo Augusto Ciquielo Borges

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONÔMICO – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Data de nascimento
dd/mm/aaaa
Sexo?
Feminino
Masculino
Etnia
Amarela
Branca.
Indígena.
Preta
Possui alguma Necessidade Educativa Especial?
Não
Sim, Qual:
Você é natural?
Cidade/Estado _____ / _____
Em que Ambiente Domiciliar você nasceu/Viveu?
Urbano: Cidade/Estado _____ tempo de moradia? _____
Rural: Cidade/ Estado _____ tempo de moradia? _____
Município que reside?
Bairro que reside?
Em que situação você mora?
Em casa, apartamento, quarto ou cômodo próprio
Em casa, apartamento, quarto ou cômodo alugado
Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república e etc.
Você mora com?
Sozinho
Pai e/ou mãe
Cônjuge ou companheiro(a)

11 - 7

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Filhos
Irmãos
Outros parentes
Amigos (as)
Qual é o seu estado civil?
Solteiro
Casado / União estável
Divorciado, separado judicialmente
Viúvo
Filhos?
Não Tem
Um
Dois.
Três ou mais.
Qual é sua situação ocupacional atual?
Estudante
Desempregado
Proprietário de empresa média ou grande porte
Proprietário de pequena ou microempresa
Funcionário público da administração direta ou autarquia
Profissional liberal, trabalha por conta própria
Funcionário de empresa privada ou estatal
Autônomo (vive de rendimentos de aluguéis ou de investimentos financeiro)
Aposentado ou pensionista
Serviço Temporário
Recebe ajuda de programas governamentais (ex: Bolsa Família)
11. Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série/ 1º ao 5º ano).
11a. Onde cursou o Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série/ 1º ao 5º ano).
Integralmente em Escola Pública
Integralmente em Escola Particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
11b. Modalidade
Regular
Supletivo / EJA

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Telecurso
11c. Ano de conclusão?
Ano de conclusão
12. Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano)
12a. Onde cursou o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano)
Integralmente em Escola Pública
Integralmente em Escola Particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
12b. Modalidade
Certificação ENCCEJA
Regular
Supletivo / EJA
Telecurso
12c. Ano de conclusão?
Ano de conclusão
13. Ensino Médio (antigo 2º grau)
13a. Onde está cursando / cursou o Ensino Médio (antigo 2º grau)
Integralmente em Escola Pública
Integralmente em Escola Particular
Maior parte em escola pública
Maior parte em escola particular
13b. Modalidade
Certificação ENEM
Regular
Supletivo / EJA
Telecurso
13c. Concluído ou em curso
13d. Ano de conclusão?
Ano de conclusão
14. Em que período você cursou a sua última etapa de seus estudos?
Integral
Matutino
Vespertino

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Noturno
Outros. Especifique _____
15. Já iniciou algum curso técnico?
Não
Sim, mas abandonei. Motivo: _____
Sim, e frequento/frequentarei os dois
Sim, e já conclui
15b. Ano de conclusão
16. Já iniciou algum curso superior?
Não
Sim, mas abandonei. Motivo: _____
Sim, e frequento/frequentarei os dois
Sim, e já conclui
16b. Ano de conclusão
*17. Você pretendia fazer outro curso. Qual?
Não
Sim, Qual: _____
18. Como você ficou sabendo dos cursos oferecidos pelo IFSP?
Internet
Televisão
Rádio
Publicações e folhetos sobre o IFSP
Alunos e ex-alunos do IFSP
Professores e funcionários do IFSP
Em cursinhos Preparatórios
Divulgação do IFSP na sua escola
Outros: especifique: _____
* Quanto tempo se preparou para o processo seletivo?
Não me preparei
Menos de um semestre
Um semestre completo
De um semestre a um ano
De um ano e meio a dois anos

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Mais de dois anos
19. Você utiliza computador para estudar?
Sim
Não
20. Onde você acessa com mais frequência a internet?
Em casa
Na escola
No trabalho
Outros locais
Não uso
21. Você teve/tem alguma experiência em Educação a Distância?
Sim
Não
22. Qual o nível de escolaridade de seu pai?
Nenhum.
Ensino Fundamental incompleto - até a 4ª série.
Ensino Fundamental incompleto - após a 4ª série.
Ensino Fundamental completo.
Ensino Médio incompleto.
Ensino Médio completo.
Superior incompleto.
Superior completo.
Pós-graduação.
23. Qual o nível de escolaridade de sua mãe?
Nenhum.
Ensino Fundamental incompleto - até a 4ª série.
Ensino Fundamental incompleto - após a 4ª série.
Ensino Fundamental completo.
Ensino Médio incompleto.
Ensino Médio completo.
Superior incompleto.
Superior completo.
Pós-graduação.
24. Qual a renda bruta total das pessoas que residem no seu domicílio
-

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

25. Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda total domiciliar?
26. Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar?
27. Qual é a situação profissional do principal responsável pela renda domiciliar?
Desempregado
Proprietário de empresa média ou grande porte
Proprietário de pequena ou microempresa
Funcionário público da administração direta ou autarquia
Profissional liberal, trabalha por conta própria
Funcionário de empresa privada ou estatal
Autônomo (vive de rendimentos de aluguéis ou de investimentos financeiro)
Aposentado ou pensionista
Serviço Temporário
Recebe ajuda de programas governamentais (ex: Bolsa Família)
28. Qual o destino principal dos rendimentos do seu trabalho?
Única renda na família
Ajudar na renda da família
Para meu próprio sustento
Para as duas finalidades
29. Despesas do estudante para frequência e permanência no IFSP
Alimentação
Transporte
Trabalhos / Xerox
Materiais escolares
Outros gastos, especifique o gasto e valor
30. Quais meios de transporte você utiliza para vir ao IFSP - campus?
Automóvel
Bicicleta
Metrô
Motocicleta
Ônibus
Trem
Outros. Especifique: _____
31. Indique as expectativas em relação ao IFSP?

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

Qualidade de ensino
Inserção no mercado de trabalho
Professores qualificados
Apoio pedagógico e Orientação educacional
Qualificação prática para o mercado de trabalho
Continuidade nos estudos
Respeito as diversidades
Ensino ser gratuito
Reforço e acompanhamento
32. Indique as expectativas em relação aos professores?
Boa qualificação com domínio dos conteúdos
Metodologia de ensino que articula teoria e prática
Respeito aos ritmos de aprendizagem
Outras. Especifique: _____
33. Por que ingressou no curso escolhido?
Para continuar os estudos
Para obter formação mais especializada
Expectativa familiar
Porque é gratuito
Não sei
Outros. Especifique: _____

Aprovado pela Resolução n.º 351, de 10 de junho de 2011, do Conselho Superior

ANEXO II

EDITAL N.º. XXX/2011

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PAE DO IFSP CAMPUS XXXXX

1. ABERTURA

O Diretor Geral do *Campus xxxxxxxx* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que, por meio do Serviço Social, estão abertas as inscrições para o Programa de Assistência Estudantil - PAE, para os alunos regularmente matriculados neste *campus*, nos cursos presenciais em todas as suas modalidades, nos cursos de EAD e PROEJA-FIC, observando os critérios abaixo referendados em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

2. DO PROGRAMA E SUAS MODALIDADES

Ao Programa de Assistência Estudantil – PAE caberá desenvolver ações de seleção e acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda e vagas disponíveis, em uma das modalidades de áreas de atuação dos auxílios:

3. DURAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

O tempo de duração das ações específicas do PAE deverão obedecer ao regulamento

4. NÚMERO DE BOLSAS E AUXÍLIOS

A quantidade de auxílios foi definida mediante previsão do orçamento 2011 e estarão distribuídos conforme tabela abaixo:

Obs: Com base na demanda apresentada pelos estudantes, e após análise e parecer do Serviço Social do *Campus*, poderá haver remanejamento/redistribuição das vagas estipuladas para cada modalidade, sem aviso prévio.

5. INSCRIÇÃO

Explicação do processo de inscrição com datas e horários.

6. DOS DOCUMENTOS

A critério do *campus*.

Obs: Conforme a situação apresentada pelo estudante, no decorrer do processo seletivo, o Serviço Sócio-Pedagógico poderá solicitar outros documentos que achar necessário.

7. DA SELEÇÃO

Descrição do processo seletivo

O processo seletivo poderá ser realizado em algumas etapas, a saber:

8. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado deverá ser divulgado de acordo com as determinações do regulamento

Local e Data

Diretor-Geral do *Campus*

APÊNDICE A – Questionário – tipo 1 (nível superior)

PPG Programa de Pós-Graduação em
GOSP Gestão de Organizações e Sistemas Públicos



Questionário para trabalho de mestrado profissional – tipo 1

Com o intuito de aprimorar as ofertas de cursos oferecidas pelo IFSP câmpus Sertãozinho, este questionário busca as principais razões que levam alguns alunos à desistência (evasão) e a busca por possíveis soluções. Sendo assim, solicito sua contribuição com relação a aspectos referentes à sua permanência no curso/câmpus, conforme questionário:

1-Curso:

2-Ano de ingresso no curso: _____ Semestre que está cursando atualmente: _____

3- Data de nascimento:

4-Gênero: () M (.....) F

5- Etnia: () Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo

6- Cidade de domicílio:

7-Atualmente você: () Só estuda) ou () Trabalha e estuda

8- Você cursou o ensino médio em que tipo de instituição?

() somente pública () somente privada () pública e privada

9-Você recebe algum tipo de bolsa via PAE – Política de Assistência Estudantil?

() sim () não

Se sim, qual?

() alimentação

() moradia

() transporte

() outras _____

10-Qual a sua renda familiar *per capita*? (Renda familiar *per capita* consiste na renda de todos os membros da casa dividida pelo número de pessoas na casa)

() até 0,5 salário mínimo

() de 0,5 a 1,0 salário mínimo

Valor Salário Mínimo : R\$ 937,00

() de 1,0 a 1,5 salários mínimos

- () de 1,5 a 2,0 salários mínimos
 () de 2,0 a 3,0 salários mínimos
 () de 3,0 a 5,0 salários mínimos
 () acima de 5,0 salários mínimos

11- Quantas pessoas contribuem para esta renda na sua casa? _____

12- Você contribui para esta renda? () sim () não

13- Quando do ingresso neste curso, o que o motivou?

- () afinidade com a área
 () nota de corte obtida no ENEM
 () duração do curso
 () já atuo nesta área e quero melhorar minha qualificação
 () para obter qualquer tipo de qualificação profissional
 () apenas para obter um diploma
 () Outros (caso sua escolha não esteja contemplada em nenhuma das alternativas anteriores, indique o que fez você procurar por este curso):

14 - Indique os principais fatores que auxiliam a sua permanência no curso:

15- Você sentiu alguma dificuldade ao iniciar as atividades neste curso?

() Sim () Não

Em caso afirmativo (resposta SIM), indique o grau de dificuldade, conforme abaixo:

Indicador de dificuldade	Não tive dificuldade	Tive um pouco de dificuldade	Tive <u>muita</u> dificuldade
Financeira			
De aprendizagem ou acompanhamento dos conteúdos			
De relacionamento com professores			
De relacionamento com colegas			
De relacionamento com a gestão acadêmica			
De relacionamento com funcionários da instituição			
Outras (Se houveram outras dificuldades, indicar quais e o grau de dificuldade):			

16- Você encontra alguma dificuldade de aprendizagem e acompanhamento de disciplinas no curso? () Sim () Não

17- Aponte o seu grau de satisfação nos quesitos apresentados na tabela abaixo sobre aspectos que interferem na sua aprendizagem:

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva					
Utilização de metodologias atrativas nas aulas					
Apoio extraclasse					
Relação teoria com prática					
Sobre os tipos de avaliação...					
Nível de dificuldade das provas					
Tipo de avaliação					
Retorno sobre resultado das provas					
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio					
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)					
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula					
Tempo para estudar					
Sobre a Instituição...					
Espaço físico					
Estrutura da biblioteca					
Laboratórios					
Suporte tecnológico					
Processo de aproveitamento de disciplinas e trancamento					
Outras (caso tenha algo a mais a declarar sobre o que possa impedir sua plena aprendizagem, indicar os motivos): _____ _____ _____ _____					

18 – Você consegue usar a estrutura e apoio do câmpus além do horário de aula? Em caso de resposta negativa, por que não consegue?

19- Você acha que a gestão do IF e os funcionários administrativos colaboram para sua permanência na instituição? De que forma?

20- Você desistiu do curso ou de alguma disciplina em algum momento? Por que?

21- Aponte, na sua opinião, quais os 5 principais motivos que levam um aluno a desistir do curso, enumerando-os conforme a relevância, e aponte outros se necessário:

- dificuldades financeiras
- cansaço
- falta de incentivo ou apoio familiar
- acúmulo de tarefas (escola / trabalho / família)
- dificuldade de conciliar os estudos com as funções do lar
- não possuir computador e necessitar de suporte tecnológico
- problemas com transporte
- dificuldade de acompanhamento nas disciplinas
- falta de tempo para estudar
- didática dos docentes
- falta de atenção ou menosprezo do professor quanto às suas dificuldades de aprendizagem
- falta de apoio docente extra classe
- aulas muito teóricas
- alto nível de exigência nas provas
- reprovações em disciplinas
- falta de estrutura organizacional (biblioteca, laboratórios, cantina, etc)
- outros (caso sua escolha não esteja contemplada em nenhuma das alternativas anteriores, indique quais os motivos que levariam um aluno a desistir do curso):

22- Na sua opinião o que deveria ser feito para facilitar a permanência dos alunos no curso?

23 – Você tem interesse em continuar os estudos em nível de pós-graduação? Por que?

APÊNDICE B – Questionário – tipo 2 (nível médio)

**PPG
GOSP**

Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Organizações e Sistemas Públicos



Questionário para trabalho de mestrado profissional – tipo 2

Com o intuito de aprimorar as ofertas de cursos oferecidas pelo IFSP câmpus Sertãozinho, este questionário busca as principais razões que levam alguns alunos à desistência (evasão) e a busca por possíveis soluções. Sendo assim, solicito sua contribuição com relação a aspectos referentes à sua permanência no curso/câmpus, conforme questionário:

1-Curso:

2-Ano de ingresso no curso: _____ Ano que está cursando atualmente: _____

3- Data de nascimento:

4-Gênero: () M (.....) F

5- Etnia: () Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo

6- Cidade de domicílio:

7-Atualmente você: () Só estuda) ou () Trabalha e estuda

8- Você cursou o ensino fundamental em que tipo de instituição?

() somente pública () somente privada () pública e privada

9-Você recebe algum tipo de bolsa via PAE – Política de Assistência Estudantil?

() sim () não

Se sim, qual?

() alimentação

() moradia

() transporte

() outras _____

10-Qual a sua renda familiar em R\$? (Renda familiar consiste na renda de todos os membros da casa)

11- Quantas pessoas trabalham para esta renda na sua casa? _____

12-Você contribui para esta renda? () sim () não

13-Quando do ingresso neste curso, o que o motivou?

() afinidade com a área

() qualidade da instituição na preparação para o ENEM

() já atuo nesta área e quero melhorar minha qualificação

() obter qualquer tipo de qualificação profissional

() Outros (caso sua escolha não esteja contemplada em nenhuma das alternativas anteriores, indique o que fez você procurar por este curso):

14 - Indique os principais fatores que auxiliam a sua permanência no curso:

15- Você sentiu alguma dificuldade ao iniciar as atividades neste curso?

() Sim () Não

Em caso afirmativo (resposta SIM), indique o grau de dificuldade, conforme abaixo:

Indicador de dificuldade	Não tive dificuldade	Tive um pouco de dificuldade	Tive <u>muita</u> dificuldade
financeira			
de aprendizagem ou acompanhamento dos conteúdos			
de relacionamento com professores			
de relacionamento com colegas			
de relacionamento com a gestão acadêmica			
de relacionamento com funcionários da instituição			
Outras (Se houveram outras dificuldades, indicar quais e o grau):			

16- Você encontra alguma dificuldade de aprendizagem e acompanhamento de disciplinas no curso? () Sim () Não

17- Aponte o seu grau de satisfação nos quesitos apresentados na tabela abaixo sobre aspectos que interferem na sua aprendizagem:

Indicador de dificuldade	Totalmente insatisfeito	Um pouco insatisfeito	Não tenho opinião	Um pouco satisfeito	Totalmente satisfeito
Sobre professores e desenvolvimento das aulas...					
Exposição dos conteúdos e explicações de maneira clara e objetiva					
Utilização metodologias atrativas nas aulas					
Apoio extraclasse					
Relação teoria com prática					
Sobre avaliação...					
Nível de dificuldade das provas					
Tipo de avaliação					
Retorno sobre resultado das provas					
Sobre suas dificuldades pessoais...					
Base na formação de nível médio					
Tempo fora da escola (em casos de parada e retorno dos estudos)					
Dúvidas sanadas com apoio complementar do professor fora do período de aula					
Tempo para estudar					
Sobre a Instituição...					
Espaço físico					
Estrutura da biblioteca					
Laboratórios					
Suporte tecnológico					
Outras (caso tenha algo a mais a declarar sobre o que possa impedir sua plena aprendizagem, indicar os motivos):					

18 – Você consegue usar a estrutura e apoio do câmpus além do horário de aula? Em caso de resposta negativa, por que não consegue?

19- Você acha que a gestão do IF e os funcionários administrativos colaboram para sua permanência na instituição? De que forma?

20- Você desistiu do curso em algum momento? Por que?

21- Aponte, na sua opinião, quais os 5 principais motivos que levam um aluno a desistir do curso, enumerando-os conforme a relevância, e aponte outros se necessário:

- dificuldades financeiras
- cansaço
- falta de incentivo ou apoio familiar
- acúmulo de tarefas (escola / trabalho / família)
- dificuldade de conciliar os estudos com as funções do lar
- não possuir computador e necessitar de suporte tecnológico
- problemas com transporte
- dificuldade de acompanhamento nas disciplinas
- falta de tempo para estudar
- didática dos docentes
- falta de atenção ou menosprezo do professor quanto às suas dificuldades de aprendizagem
- falta de apoio docente extra classe
- aulas muito teóricas
- alto nível de exigência nas provas
- reprovações em disciplinas
- falta de estrutura organizacional (biblioteca, laboratórios, cantina, etc)
- outros (caso sua escolha não esteja contemplada em nenhuma das alternativas anteriores, indique quais os motivos que levariam um aluno a desistir do curso):

22- Na sua opinião o que deveria ser feito para facilitar a permanência dos alunos no curso?

23 – Você tem interesse em continuar os estudos de nível superior no IF (de qualquer região)? Por que?

APÊNDICE C – Memorando S/N de 07 de março de 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SERTÃOZINHO



Mem. S/N

Sertãozinho, 07 de março de 2017

À DRG

Sr. Eduardo André Mossin – Diretor Geral em Exercício

Assunto: solicita acesso a dados de alunos em curso e egressos junto à CRE para desenvolvimento de projeto de mestrado

Prezado senhor

1. Solicito autorização para coleta de dados junto à Secretaria do IFSP – câmpus Sertãozinho para desenvolvimento de Projeto de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da UFSCar câmpus São Carlos. Os dados referem-se a:

- contatos de alunos egressos de cursos superiores e cursos técnicos;
- dados de conclusão/evasão e desempenho (evolução da nota, reprovações, etc.);
- dados referentes a perfil socioeconômico do estudante, se possível;
- origem escolar

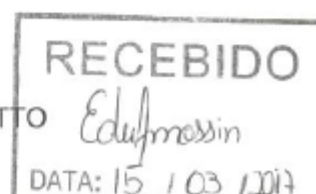
2. Os dados solicitados servirão para apoiar as atividades de coleta de dados para Projeto de mestrado que consiste em pesquisar a Eficácia do IFSP Câmpus Sertãozinho quanto à formação técnica em nível médio e superior e atendimento ao mercado de trabalho local.

3. O que se espera com a presente pesquisa é que os resultados representem dados valiosos para busca de alternativas de melhoria de eficácia pela instituição, além de contribuir para a melhoria de políticas públicas e progresso econômico-social na região de Sertãozinho.

4. Declaro que poderá ser realizado repasse dos resultados obtidos aos interessados.

Atenciosamente,

Fabiana A. Fracácio Frighetto
FABIANA ANDRÉA FRACÁCIO FRIGHETTO
Auxiliar Administrativo
SIAPE: 2116028



APÊNDICE D - Memorando S/N de 13 de setembro de 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
 CÂMPUS SERTÃOZINHO

Mem. S/N

Sertãozinho, 13 de setembro de 2017

À DRG

Sr. Eduardo André Mossin – Diretor Geral do Câmpus Sertãozinho

Assunto: solicita levantamento junto ao setor de Recursos Humanos sobre dados de quantitativo de servidores docentes e técnico-administrativos nos anos de 2008 a 2016, para desenvolvimento de pesquisa de mestrado

Prezado senhor

1. Solicito autorização para coleta de dados junto ao setor de Recursos Humanos sobre quantitativo de servidores técnico-administrativos e docentes, separado ano a ano, durante o período de 2008 a 2106.
2. Os dados solicitados servirão para aprimorar meu trabalho de pesquisa a nível de Mestrado Profissional, sendo uma solicitação dos membros da banca na etapa de qualificação.
3. O que se espera com a presente pesquisa é que os resultados possam trazer valiosas contribuições para busca de alternativas de melhoria da eficácia pela instituição.
4. Declaro que poderá ser realizado repasse dos resultados obtidos aos interessados.

Atenciosamente,

Fabiana A. Fracácio Frighetto
 FABIANA ANDRÉA FRACÁCIO FRIGHETTO
 Auxiliar Administrativo
 SIAPE: 2116028

De acordo 18/10/2017
Eduardo Mossin

RECEBIDO SRT-DAGP POR:	
	
DATA: 20/10/17	<small>Fabiana Fracácio Aparecida Pinta Leite Administradora CRA-SP 114107 IFSP - Câmpus Sertãozinho DC- 33.847.837-7</small>

APÊNDICE E - Memorando S/N de 16 de outubro de 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SERTÃOZINHO

Mem. S/N

Sertãozinho, 16 de outubro de 2017

À DRG / DEN / DAAC

Assunto: **solicito autorização para aplicação de questionários para levantamento de dados sobre aspectos relacionados a evasão e permanência, para desenvolvimento de pesquisa a nível de mestrado profissional, em todos os períodos dos seguintes cursos:**

- Técnico em Mecânica – PROEJA
- Técnico em Química
- Técnico em Administração - concomitante
- Licenciatura em Química
- Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
- Engenharia Mecânica

Prezados senhores


1. Solicito autorização para coleta de dados sobre evasão e permanência no câmpus junto aos alunos dos cursos citados acima através de aplicação dos questionários anexos. Serão aplicados questionários em todos os períodos dos cursos citados.
2. Os dados solicitados servirão para trabalho de pesquisa a nível de Mestrado Profissional, sendo uma solicitação dos membros da banca na etapa de qualificação, a partir dos dados apresentados sobre evasão no câmpus Sertãozinho.
3. Para aplicação dos questionários haverá a necessidade de cessão de parte da aula de alguns professores, a ser previamente agendado em comum acordo com os docentes, a fim de se favorecer o maior número possível de respondentes.
4. O que se espera com a presente pesquisa é que os resultados possam trazer valiosas contribuições para busca de alternativas de melhoria da eficácia pela instituição.
5. Declaro que será disponibilizado repasse dos resultados obtidos ao câmpus e que, caso haja interesse, os questionários poderão ser aplicados posteriormente no restante dos cursos da instituição.

Atenciosamente,

de acordo
20/10/17


Amanda Ribeiro Vieira
Diretora Adjunta Acadêmica
RG 28.206.565-9
IFSP - Câmpus Sertãozinho

Fabiana Andréa Fracácio Frighetto
Auxiliar Administrativo
SIAPE: 2116028

*Recebido
27/10/17*

Prof. Rodrigo Palucci Pantoni
Diretor de Ensino
RG 30.087.297-5
IFSP - Câmpus Sertãozinho

de acordo 16/10/2017
